



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC/ CAMPUS CARIRI
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO SEMIÁRIDO**

REBECCA ISABELLE HERCULANO SILVA

**A MODERNIDADE E SEUS IMPACTOS NO PATRIMÔNIO CULTURAL
EDIFICADO E NA VIDA SOCIAL DO CRATO – CE:
A PRAÇA SIQUEIRA CAMPOS**

**Juazeiro do Norte
2014**

REBECCA ISABELLE HERCULANO SILVA

**A MODERNIDADE E SEUS IMPACTOS NO PATRIMONIO CULTURAL
EDIFICADO E NA VIDA SOCIAL DO CRATO – CE:
A PRAÇA SIQUEIRA CAMPOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de Concentração: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suely Salgueiro Chacon

**Juazeiro do Norte
2014**

REBECCA ISABELLE HERCULANO SILVA

**A MODERNIDADE E SEUS IMPACTOS NO PATRIMONIO CULTURAL
EDIFICADO E NA VIDA SOCIAL DO CRATO – CE:
A PRAÇA SIQUEIRA CAMPOS**

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Desenvolvimento Regional Sustentável

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Suely Salgueiro Chacon (Orientadora)
(Universidade Federal do Cariri – UFCA)

Prof^a. Dr^a. Carmem Maria Sáenz Coopat (Co-orientadora)
(Universidade Federal do Cariri – UFCA)

Prof^a. Dr. Ricardo Ness
(Universidade Federal do Cariri – UFCA)

Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva
(Universidade Regional do Cariri – URCA)

A Deus,
Meu Criador e Grandioso Senhor.

AGRADECIMENTOS

Ao Meu Salvador, Deus Grandioso, Príncipe da Paz e Pai da Eternidade. O Criador de todas as coisas, que, mesmo em sua imensidão e infinito poder, se dedica diariamente em derramar Suas bênçãos e misericórdias em nossas vidas.

A meus pais, Marco e Goretti. Não teria palavras para expressar meus agradecimentos às duas pessoas mais importantes em minha vida, sempre presentes com seu apoio, carinho, dedicação e amor incondicional.

A minhas irmãs, Gabriella e Deborah, companheiras, confidentes, amigas eternas, presente grandioso em minha vida. Pessoas preciosas que merecem meu respeito, admiração e sinceros agradecimentos por toda a força e compreensão.

A Professora Carmen, por sua dedicação, companheirismo, compromisso e competência. Por seu carinho, e principalmente por ser uma pessoa tão maravilhosa, que tem sido um marco em minha trajetória acadêmica.

A Professora Suely, por sua ética, exemplo de sustentabilidade pessoal e por ser uma inspiração para mim e para todos os mestrandos do PRODER que tem passado por essa caminhada de mudança epistemológica.

A professora Valéria, professor Josier, professor Marcelo e professor Ricardo, por suas preciosas sugestões e contribuições como membros da banca avaliadora.

A meus queridos amigos, companheiros de estrada, pessoas que admiro muito e que guardarei com carinho no coração. Entre eles quero deixar um espaço reservado a três pessoas que contribuíram significativamente para meu crescimento no decorrer da pesquisa, Dani, Ângela e Karlinha. Amigas singulares, exemplo de mulheres vitoriosas, mães dedicadas, companheiras que marcaram minha história.

A todos aqueles que participaram direta e indiretamente no decorrer dessa pesquisa. Contribuições valiosas e de extrema significância. Que essa pesquisa abra portas desconhecidas e que inspire outros a desenvolver trabalhos significantes para a sustentabilidade da região.

RESUMO

A cidade do Crato, localizada na região do Cariri, durante muito tempo buscou preservar entre o povo a consciência de suas raízes históricas, valorizando seus artistas locais, cunhando seu patrimônio histórico, sendo assim, considerada como o centro cultural do Cariri. No entanto, essa realidade tem sido modificada devido a fortes influências da cultura de consumo do panorama pós-moderno. A vida social tem sido mediada pelo mercado global, em que novos estilos são ditados e a identidade cultural tem sido transformada. As identidades têm entrado e saído de moda, as mudanças identitárias tem fluído de acordo com o contexto líquido-pós-moderno. Diante desse cenário é possível eleger o patrimônio histórico e cultural como um símbolo que perpetua a experiência de gerações, confirmando o fato de que não há identidade sem memória. De tal forma, o patrimônio histórico cultural torna-se portador e produtor de significados para a materialização do conceito de identidade. A presente pesquisa se propôs a analisar o Patrimônio Histórico Cultural da cidade do Crato, buscando compreender em que medida as Políticas Públicas influenciaram nas transformações da identidade cultural da cidade. A investigação foi delineada como um estudo de caso de natureza qualitativa, sendo escolhidas as fontes orais e documentais como recursos que guardam vestígios de manifestação da oralidade humana. A Historia Oral foi um dos principais procedimentos para a condução da investigação e os métodos escolhidos foram a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos e a análises de fontes orais através de entrevistas semiestruturadas. Assim, ao fazer um resgate histórico e ao descrever os aspectos culturais e sociais da cidade do Crato, especificamente, o estudo verificou a importância dos anos dourados (1950-1970) para a construção da identidade de uma classe burguesa cratense que esteve diretamente ligada ao patrimônio histórico. Nesse contexto, a Praça Siqueira Campos, considerada como o coração da cidade é percebida, nos Anos Dourados, como foco das atenções políticas e sociais, bem como um forte centro comercial e cultural. Diante da percepção da importância da praça como Patrimônio Histórico foi investigada a existência de Políticas Públicas de preservação do patrimônio. Nessa direção, o estudo constatou que o Patrimônio Histórico e Cultural para ser sustentável precisa envolver tanto os poderes constituídos como a participação popular. Para tanto, é necessário estabelecer prioridades sobre a manutenção da cultura, de forma que venha a alavancar o desenvolvimento de nossa sociedade e garantir o direito às gerações futuras de identificar seus próprios valores na conexão entre passado, presente e futuro. Desta forma, o estudo torna clara a percepção desse patrimônio histórico e cultural como um fator dinâmico, que exerce papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do lugar.

Palavras-Chave: Crato. Identidade. Patrimônio Histórico e Cultural. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The city of Crato, located in the area of Cariri, for a long time it looked for to preserve among the people the conscience of your historical roots, valuing your local artists, coining your historical patrimony, being like this, considered as the cultural center of Cariri. However, that reality has been modified due to strong influences of the culture of consumption of the powder-modern panorama. Social life has been mediated by the global market, in that new styles are dictated and the cultural identity has been transformed. The identities have been entering and left of fashion, the changes identity has been flowing in agreement with the liquid-powder-modern context. Before of that scenery it is possible to choose the historical and cultural patrimony as a symbol that perpetuates the experience of generations, confirming the fact that there is not identity without memory. In such a way, the cultural historical patrimony is bearer of a material culture and producing of meanings for the materialization of the identity concept. To present he researches if it proposed to analyze the Cultural Historical Patrimony of the city of Crato, looking for to understand in that measured the Public Politics they influenced in the transformations of the cultural identity of the city. The investigation was delineated as a study of case of qualitative nature, being chosen the oral sources and you document as resources that keep vestiges of manifestation of the human orality. It Histories her/it Oral it was one of the principal procedures for the conduction of the investigation and the chosen methods were the bibliographical research, the analysis of documents and to analyses of oral sources through interviews semistructured. Like this, when doing a historical ransom and when describing the cultural and social aspects of the city of Crato, specifically, the study verified the importance of the golden years (1950-1970) for the construction of the identity of a class bourgeois cratense that was directly linked to the historical patrimony. In that context, the square Siqueira Campos, considered as the heart of the city it is noticed, in the Gold Years, as focus of the political and social attentions, as well as a fort commercial and cultural center. Due to the perception of the importance of the square as Historical Patrimony was investigated the existence of Public Politics of preservation of the patrimony. In that direction, the study verified that the historical and cultural patrimony to be maintainable needs to involve so much the powers constituted as the popular participation. For so much, it is necessary to establish priorities about the maintenance of the culture, so that the leverage it comes the development of our society and to guarantee the right to the future generations of identifying your own values in the connection among past, present and future. This way, the study turns clear the perception of that historical and cultural patrimony as a dynamic factor that exercises fundamental paper in the economical and social development of the place.

Key-Words: Crato. Identity. Historical and Cultural patrimony. Public Politics.

RESUMEN

La ciudad de Crato, localizada en la región de Cariri, durante mucho tiempo buscó preservar entre su pueblo la consciencia de sus raíces históricas, valorando sus artistas locales, acuñando su patrimonio histórico, de esta forma fue considerada como el centro cultural de Cariri. Sin embargo, esa realidad ha sido modificada debido a fuertes influencias de la cultura de consumo del panorama postmoderno. La vida social ha sido mediada por el mercad global, en la que nuevos estilos son dictados y la identidad cultural ha sido transforma. Las identidades han entrado y salido de la moda, los cambios identitários han fluido de acuerdo con el contexto líquido-postmoderno. Frente a ese escenario es posible elegir el patrimonio histórico y cultural como un símbolo que perpetúa la experiencia de generaciones, confirmando el hecho de que no hay identidad sin memoria. De tal forma, el patrimonio histórico cultural es portador de una cultura material y productor de significados para la materialización del concepto de identidad. La presente investigación se propone analizar el Patrimonio Histórico Cultural de la ciudad de Crato, buscando comprender en qué medida las Políticas Públicas influenciaron en las transformaciones de la identidad cultural de la ciudad. La investigación fue delineada como un estudio de caso de naturaleza cualitativa, siendo escogidas las fuentes orales y documentales como recursos que guardan vestigios de manifestación de la oralidad humana. La Historia Oral fue uno de los principales procedimientos para la conducción de la investigación y los métodos escogidos fueron la pesquisa bibliográfica, el análisis de documentos y el análisis de fuentes orales a través de entrevistas semiestructuradas. Así, al hacer un rescate histórico y al describir los aspectos culturales y sociales de la ciudad de Crato, específicamente, el estudio verificó la importancia de los años áureos (1950-1970) para la construcción de la identidad de una clase burguesa cratense que estuvo directamente ligada al patrimonio histórico. En ese contexto, la Plaza Siqueira Campos, considerada como el corazón de la ciudad es percibida, en los Años Dorados, como foco de las atenciones políticas y sociales como un fuerte centro comercial y cultural. Frente a la percepción de la importancia de la plaza como Patrimonio Histórico fue investigada la existencia de Políticas Públicas de preservación de ese patrimonio. En esa dirección el estudio constató que el patrimonio histórico y cultural para ser sostenible necesita envolver tanto a los poderes constituidos como a la participación popular. Para ello es necesario establecer prioridades sobre la manutención de la cultura, de forma que venga a estimular o desarrollo de nuestra sociedad y garantizar el derecho a las generaciones futuras de identificar sus propios valores en la conexión entre pasado, presente y futuro. De esta forma el estudio torna clara la percepción de ese patrimonio histórico y cultural como un factor dinámico, que ejerce un papel fundamental en el desarrollo económico y social del lugar.

Palabras-Clave: Crato. Identidad. Historia y Patrimonio Cultural. Políticas Públicas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Praça da Sé (1934)	36
Figura 2	Praça da Sé (2013)	36
Figura 3	Programa Convite do Centenário	41
Figura 4	Hino do Crato	42
Figura 5	Chegada do Presidente Castelo Branco ao Crato	43
Figura 6	Padre Ágio e seus alunos na SOLIBEL	50
Figura 7	Praça Siqueira Campos Anos Dourados	64
Figura 8	Cassino Sul Americano e Café Crato	65
Figura 9	Planta de Layout da Praça Siqueira Campo	66
Figura 10	Casa de Barbara de Alencar	75
Figura 11	Prédio SEFAZ	75
Figura 12	Visão panorâmica da cidade do Crato no início do século XX	76
Figura 13	Fachada para um palácio episcopal em Crato	77
Figura 14	Bar Ideal (1960)	78
Figura 15	Cassino Sul Americano (1920)	79
Figura 16	Cassino Sul Americano (2014)	79
Figura 17	Colégio Santa Tereza	80
Figura 18	Colégio Santa Tereza e Capela (2014)	81
Figura 19	(a) Estação Ferroviária (1930)	81
	(b) Estação Ferroviária (1930)	82
Figura 20	Estação Ferroviária (2014) atualmente conhecida por Largo da RFFSA	82
Figura 21	Palácio Episcopal (2014)	83
Figura 22	Praça Francisco Sá	84
Figura 23	Praça Francisco Sá (2014)	84
Figura 24	Crato Tênis Clube (2014)	84
Figura 25	Imagem da cidade vista por cima	88
Figura 26	Estabelecimento comercial onde funcionava o antigo Café Crato	100
Figura 27	Museu Vicente Leite (2014)	102

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa da Região do Cariri	30
Mapa 2	Crato em relação às principais cidades do Nordeste.....	35
Mapa 3	Imagem de satélite do centro do Crato.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAJUBAR	Crato, Juazeiro e Barbalha (Municípios)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto Cultural do Cariri
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SOLIBEL	Sociedade Lírica do Belmonte
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 UM LUGAR DE MEMÓRIAS: ASPECTOS METODOLÓGICOS E UM BREVE HISTÓRICO DO CRATO	22
1.1 A construção da pesquisa: a mediação entre fontes orais, documentais e bibliográficas	22
1.1.1 O encontro com o objeto de pesquisa	22
1.1.2 A pesquisa	23
1.1.3 Os sujeitos da pesquisa	26
1.2 Um breve histórico	28
1.2.1 Origem, colonização e povoamento	29
1.2.2 De Missão do Miranda à Vila Real do Crato	33
1.2.3 O Movimento Revolucionário de 1817	37
1.2.4 A cidade do Crato: centenário ou bicentenário?	39
1.3 A memória de um lugar: um lugar de memórias	44
2 OS ANOS DOURADOS E O DESPONTAR DA MODERNIDADE NO CRATO (1950-1970)	47
2.1 A cidade da cultura – Anos Dourados (1950-1970)	48
2.2 O Instituto Cultural do Cariri	53
2.3 Crato e Juazeiro do Norte na luta pela hegemonia da Região	57
2.4 Modernizadores do Crato: uma cidade especial, “adiantada”, pioneira	59
2.5 Praça Siqueira Campos: o coração da cidade	61
2.6 Uma praça esquecida?.....	68
3 O ENCONTRO DO VELHO E DO NOVO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UM POVO	71
3.1 Os tempos mudaram: o processo urbano	72
3.1.1 A questão entre a cidade e o urbano	73
3.2 Evolução urbana e arquitetônica no Crato antes de 1950	74
3.2.1 Ausência de planejamento urbano durante os Anos Dourados	86
3.3 Políticas públicas no contexto sociocultural	89
3.4 Existem hoje políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e cultural no Crato?	93
3.4.1 O que é um patrimônio histórico e cultural?.....	94
3.4.2 Políticas de preservação do patrimônio no Crato.....	98
3.5 Identidade de uma cidade em meio a um contexto globalizado	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS_.....	120
ANEXOS	127
APÊNDICE	137

INTRODUÇÃO

Da memória dos contos e dos cantos, do real e do imaginário, do individual e do coletivo, renasce o passado. [...] Daí surgem os Lugares de Memória que são verdadeiros patrimônios culturais, projetados simbolicamente e podem estar atrelados a um passado vivo que ainda marca presença e reforça os traços identitários do lugar (CYNTIA ANDRADE).

A presente pesquisa propôs-se, a investigar o Patrimônio Histórico Cultural da cidade do Crato, buscando compreender em que medida as Políticas Públicas influenciaram as transformações da identidade cultural de uma parcela da população do Crato que vivenciou os Anos Dourados (1950-1970).

Para tanto, foi necessário esclarecer os nexos entre Patrimônio, Cultura e Sustentabilidade, e compreender como a modernidade influenciou na constituição de novas identidades, considerando que tais relações ocorrem em um contexto historicamente delineado.

Nessa direção, foi importante lembrar que o século XX testemunhou transformações em diversas dimensões da existência humana. O desenvolvimento tecnológico, promovendo um aumento da expectativa de vida e, paradoxalmente sua capacidade de autodestruição, estimulou um contínuo crescimento da utilização de matéria e energia de forma que atendessem às necessidades da sociedade. Porém, essa demanda por bens e serviços não é uniforme, haja vista a grande disparidade dos padrões de vida e de consumo das populações, assim como os crescentes índices de desigualdades sociais.

A sociedade moderna, baseada nas idéias do Iluminismo e do liberalismo econômico, promove o capitalismo como o principal modo de produção da sociedade ocidental, obtendo como resultado a urbanização e o avanço tecnológico que modificam as formas de relações entre os seres humanos. Por outro lado, problemas como o aumento da exclusão social, da miséria, da fome e da violência têm sido acentuados pela modernização da sociedade como em decorrência da intensa urbanização. A falta de planejamento dessas mudanças tem processado “o desaparecimento gradual do cuidado pelo outro, sendo substituído pelo individualismo e pela competição” (OLIVEIRA, 2013, p. 15).

Muito se tem falado em modernidade e em geral faz-se referencia ao moderno em oposição ao tradicional, ao velho, ao superado. Contudo, o fato de que essa modernidade é dinâmica e que vem se modificando ao longo do tempo é algo que tem passado despercebido de muitos. Nesse sentido, a modernidade pode ser percebida além de um momento histórico, podendo ser identificada em diferentes momentos da história de uma sociedade. Nesse caso,

modernizar-se tem um significado de questionar o que está posto, como uma postura crítica. Desta forma, a modernidade é introduzida quando a organização cultural e social e os valores passam a ser questionados, dando lugar a novos valores em contraposição aos antigos (CHACON, 2007).

Para Chacon (2007) não existe uma ‘modernidade pura’. Deve-se, portanto, fazer referencia a modernidades que se identificam a fases diferentes da história da humanidade em que se “instaura uma tensão entre o tradicional e o novo”. Logo, a modernidade pode ser encontrada em diferentes períodos da história considerando que “cada momento é um tempo presente de realização da modernidade” (pg. 72). Assim, no que se refere às civilizações ocidentais, a história de cada povo está diretamente relacionada às transformações indispensáveis à construção de sua modernidade.

No contexto de modernização da sociedade brasileira emerge a cidade do Crato, localizada ao Sul do Ceará, na denominada região do Cariri, considerada historicamente como importante centro de produção e consumo.

Desta forma, estudar esse recorte histórico da cidade do Crato significa compreender um contexto de relações locais que representam um cenário de relações mais amplas em um mundo globalizado. Nesse sentido, entende-se globalização como “processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende sua influencia a todo o globo” (SANTOS, 2001, pg. 438).

É interessante notar que o Crato, sendo classificada como um uma cidade de médio porte¹ pela sua área populacional, na verdade, é uma pequena cidade de interior, dependente dos grandes centros urbanos que se encontram afastados uma distancia aproximada de 500 km. Porém, sua localização interiorana não exclui seus moradores de receber influencia das mudanças identitárias sob o efeito da globalização e em meio as conquistas sociais da modernidade periférica², assim como suas contradições e ambiguidades (SOUZA, 2003).

Durante muito tempo, alguns agentes socioculturais da elite da cidade buscaram preservar entre o povo a consciência de suas raízes históricas, cunhando seu patrimônio sob a égide dos intelectuais e das famílias influentes. O cantor e compositor nordestino, Luiz Gonzaga, ao se referir à cidade do Crato, chamava-a carinhosamente de *Princesinha do*

¹ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obtidos com o Censo 2010, as cidades de médio porte são aquelas com porte populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes.

² A modernização periférica é explicada por Souza (2003) como consequência, “não a partir de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização (...) a partir de inícios do século XIX” (pg.139).

Cariri. Buscava assim, dar ênfase à produção cultural e artística da cidade. Desta forma, foi considerada, por longo tempo, como centro cultural do Cariri, pela manutenção de suas tradições, instrumento essencial à manutenção da robustez e fortalecimento do diálogo cultural.

No entanto, essa realidade tem sofrido modificações em decorrências das fortes influências da *cultura da modernidade*, característica de uma sociedade em processo de globalização. É importante enfatizar que a globalização não transforma lugares, mas atinge pessoas, que conseqüentemente, ao longo do tempo, têm suas características identitárias modificadas.

Nesse contexto, percebe-se que a vida social tem sido invariavelmente mediada pelo mercado global, em que novos estilos são ditados e a identidade cultural sofre rápidas transformações. Os lugares também são alterados, juntamente com a população que os frequenta; as praças são substituídas pelos shoppings centers e, sem perceberem, as pessoas são levadas por uma onda do consumismo e formalismo social anteriormente desconhecida. A mídia parece reger os novos cenários a serem traçados, ordenando o que se deve comer, vestir, falar, usar, e até mesmo pensar. As identidades têm entrado e saído de moda assim como roupas, carros e celulares, e somente aqueles que acompanharem essa fluidez nas mudanças identitárias estarão inseridos no contexto da modernidade líquida³, enquanto os outros tendem a permanecer “resignados às suas identidades fixas e estigmatizadas” (BAUMAN, 2005 *apud* COUTINHO; QUARTIERO, 2009, p. 53).

Segundo Hall (2001) essa mudança característica da modernidade tardia⁴, tem um impacto direto na identidade cultural, pois as relações sociais que antes eram fixas e congeladas, vão se diluindo e as tradições vão se desmanchando no ar. Portanto, vale enfatizar que a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas” é que as últimas estão em constante mudança. Observa-se então, a perda de sentido de si, ou seja, o deslocamento ou descentramento do sujeito em consequência dessas mudanças.

³ “Bauman define modernidade líquida como um momento em que a sociabilidade humana experimenta uma transformação que pode ser sintetizada nos seguintes processos: a metamorfose do cidadão, sujeito de direitos, em indivíduo em busca de afirmação no espaço social; a passagem de estruturas de solidariedade coletiva para as de disputa e competição; o enfraquecimento dos sistemas de proteção estatal às intempéries da vida, gerando um permanente ambiente de incerteza; a colocação da responsabilidade por eventuais fracassos no plano individual; o fim da perspectiva do planejamento a longo prazo; e o divórcio e a iminente apartação total entre poder e política.” (DENNIS DE OLIVEIRA, Revista Cult, Ed. 138)

⁴ A modernidade tardia é definida como “o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos [...]. Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 1973, p. 70). Dessa forma, as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança (HALL, 2001, p. 14).

Dessa forma, de modo geral, a base sólida do indivíduo é alterada e ele é levado a uma perda de sua própria identificação, ocasionando assim uma crise de identidade social, caracterizada por um indivíduo superficial que carrega consigo uma identidade cultural móvel, capaz de se adaptar, ou não, aos diferentes momentos.

Diante de tal panorama é importante esclarecer que o presente estudo, ao tratar da cultura local da sociedade cratense, focaliza uma parcela da população caracterizada por frequentar os espaços onde se fazia uma cultura elitista. Não desconsidero a existência de outros grupos culturais que com suas peculiaridades disponham de amplo material para vários estudos. No entanto, não é proposta desta pesquisa focalizar esses grupos.

Dessa forma, percebe-se que, no Crato, essa perda de identidade diante da modernidade tardia atinge principalmente à população pertencente à classe média, comerciantes, pequenos burgueses, mas geralmente não se refere à população despossuída, vinda das áreas rurais e que começa a configurar os bairros da periferia operária que não tem sido contemplados neste conflito. Esta população até hoje, mantém tradições, costumes e modos de vida contíguos ao rural, e sempre ficou fora dos discursos intelectuais que são tomados como referência neste trabalho.

Nessa direção, em meio a esse conflito emergente, é notável que essa elite do centro, mais culta, ilustrada e economicamente solvente (que cria esse estereótipo de um Crato “ideal”), recebe influência dessa mudança cultural em um moderno estágio social de produção, em que os meios eletrônicos são inseridos trazendo um turbilhão de informações sob uma nova forma de vida. Um grupo social repleto de novos anseios e desejos, mas que, na verdade, muitos tem sido deixado de fora do processo de desenvolvimento implementado pelo sistema econômico e político dominante (CHACON, 2007).

Assim, a cultura como elemento fundamental da construção do homem nesse novo processo de formação social, é também um importante vetor da perpetuação e regulador das antigas relações. A cultura é um elemento cabível no discurso ambiental, no âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável, sendo um instrumento explicativo da condição humana e um dos principais meios de construção e transmissão de pensamentos às novas gerações.

Nessa direção, é importante observar que, a princípio, o desenvolvimento sustentável era visto como ferramenta necessária para revolucionar as formas de gerenciar os recursos mundiais. Segundo Chacon (2007) “esse conceito foi apropriado pelo discurso político como uma *formula mágica* que abre portas, consegue recursos e tudo justifica, legitimando e revestindo de modernidade o antigo jogo de poder que define as políticas”

(pg.33). O Desenvolvimento Sustentável virou moda nos discursos e planos políticos, inserido nas *cartas de intenções* que não se têm traduzido em melhorias verdadeiras para as questões sociais e ambientais.

Essas questões, que estiveram por muito tempo sobrepostas pelas questões econômicas, foram ganhando papel fundamental na vitrine do desenvolvimento. Isso porque a forma de a humanidade pensar sua própria existência foi sendo modificada, trazendo a palavra sustentabilidade sob uma nova ótica. Uma ótica que defende que os primeiros passos para o processo de um desenvolvimento que seja sustentável não devem ser dados apenas em direção à preservação dos recursos naturais ou à estabilidade econômica, mas também no sentido do relevante papel desempenhado da diversidade cultural das comunidades.

Para Chacon (2007) o “respeito às diferenças e o fortalecimento de identidades culturais devem ser elementos essenciais a um processo legítimo de desenvolvimento sustentável” (pg.118). Leff (2001) considera que os componentes ecológicos e sociais, por incluir o ambiente natural e a ação histórica do homem, são essenciais na construção do ser sustentável, de forma que este seja promovida a partir de um amplo diálogo de saberes, “numa hibridação cultural que permita se reformular a própria maneira de pensar e agir do ser humano” (CHACON *et al.*, 2012, p. 169).

Portanto, é possível afirmar que em determinada região, a sustentabilidade não pode ser alcançada sem que haja um profundo conhecimento da construção cultural do seu povo. Sachs (1994) reforça essa idéia ao defender a necessidade de atentar para as características do local, “conhecer sua história e respeitar sua organização social e idiossincrasias culturais”. Dessa forma, entende-se que as questões políticas e econômicas não devem ser contrapostas aos valores culturais e éticos, sendo assim, “a racionalidade econômica deve dar espaço a racionalidade ambiental, que implicaria na formação de um novo saber e na integração interdisciplinar do conhecimento”. (CHACON, 2007, pg.112, 118)

Diante desse contexto interdisciplinar do conhecimento, Sachs (1994) reconhece o *Ecodesenvolvimento*⁵ como base de qualquer sistema vital ou econômico, com dimensões definidas da seguinte forma: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural. Outros autores consideram a sustentabilidade apenas com quatro dimensões: social, ambiental, econômica e político-institucional, estando a cultura inserida na dimensão social.

⁵ Sachs define o *ecodesenvolvimento* como o “desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (XIMENES, 2011, p. 70).

Sendo ou não inserida como uma dimensão, a cultura é capaz de nortear o desenvolvimento local, além de ser um forte eixo de sustentação da vida coletiva. No entanto, a ideia de sustentabilidade só pode ser instituída a partir de um adequado equilíbrio entre todas as dimensões. Assim, a dimensão cultural da sustentabilidade, pode levar em consideração a valorização, preservação e difusão das tradições de um povo, constitui-se o enfoque de análise dessa pesquisa, especialmente por seu domínio representacional e simbólico em que as cidades se movem. Nesse sentido, conhecer a história do Crato, respeitar sua organização social e cultural é fundamental para o real propósito do desenvolvimento sustentável da região.

Busquei então trazer para essa discussão um conceito dialético de cultura que demonstrasse o reconhecimento plural dessa categoria. Desta forma, encontrei em Bossi (1992) e em Canclini (1997) o desenvolvimento de cultura brasileira para culturas brasileiras, e o conceito de culturas de massas, que serão explicitados nos parágrafos seguintes.

De acordo com Alfredo Bossi, estivemos por muito tempo acostumados a nos referir à cultura brasileira no singular, como se houvesse uma única forma de agrupar as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro. O autor afirma ainda que essa uniformidade parece não haver em nenhuma sociedade moderna. Nessa linha de pensamento pode-se pensar em cultura a partir de “uma herança de valores e objetos compartilhados por um grupo humano relativamente coeso”. Desta forma, considerar-se-ia uma cultura erudita brasileira focalizada na educação sistematizada, e uma cultura popular que seria basicamente iletrada, correspondendo ao “homem rústico, sertanejo [...] homem pobre, suburbano, ainda não de todo assimilado pelas estruturas simbólicas da cidade moderna” (BOSSI, 1992, p. 308).

É importante ainda acrescentar duas formas de cultura gerada no seio da sociedade urbano-capitalista. Tratam-se da cultura criadora extra-universitária e da cultura de massas. A primeira inclui escritores, compositores, artistas plásticos, dramaturgos, cineastas e uma gama de intelectuais que mesmo não estando no contexto das universidades compõem um “sistema cultural alto”. A segunda, imbricada com sistema de produção e mercado de bens de consumo, é conhecida como cultura de consumo, ou mais diretamente pelos estudiosos da escola de Frankfurt, como indústria cultural (BOSSI, 1992; CANCLINI, 1997).

Segundo Néstor García Canclini, antropólogo argentino estudioso da pós-modernidade e da cultura latino-americana, a cultura de massas não acabou com as culturas culta e popular, mas se integrou a elas criando culturas híbridas, assim, “o culto, o popular e o massivo não estão onde estamos habituados a encontrá-los” (CANCLINI, 1998, p. 19). Ele defende que é necessário modificar a concepção do mundo moderno de cultura separada em

camadas como: “a história da arte e a literatura se ocupam do ‘culto’; o folclore e a antropologia, consagrados ao popular; os trabalhos sobre comunicação, especializados na cultura massiva” (*id ibid.*). O autor também afirma que no mundo pós-moderno essa divisão rígida entre as culturas não se adéqua a época da globalização, em que as identidades de uma comunidade étnica ou nacional se tornam instáveis. Essa fragmentação da sociedade contribuiu para a formação das culturas híbridas. Pretendo discutir o conceito de cultura com maior ênfase no decorrer da pesquisa.

Nessa perspectiva, os centros históricos, como parte do patrimônio cultural, constituem-se como excelentes meios para avaliar a dialética urbana no contexto das cidades. Deste modo, se a “tradição” é uma forma de lidar com o tempo e o espaço, logo, o patrimônio cultural é um meio extremamente significativo na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência histórica.

Assim, é possível eleger o Patrimônio Histórico Cultural como um símbolo que perpetua a experiência de gerações, confirmando o fato de que não há identidade sem memória. Isso nos leva a entender que os monumentos históricos são equipamentos essenciais de uma cultura material, sendo produtores de significado para a materialização do conceito de identidade.

A partir do cenário que até aqui foi descrito elencamos os questionamentos que nortearam a pesquisa: Como a trajetória histórica e cultural do Crato reflete as mudanças físicas e sociais da cidade? Em que medida os aspectos culturais, sociais e a arquitetura da cidade, nos Anos Dourados (1950-1970), contribuíram para construção de uma identidade específica? Em que medida o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade do Crato reflete as transformações da identidade cultural de uma parte população e como as políticas públicas afetam essa mudança? Existem políticas públicas de preservação do Patrimônio Histórico Cultural da cidade?

Sendo essa a discussão apresentada nesse estudo, desta forma, propus-me a: Analisar o Patrimônio Histórico Cultural da cidade do Crato, buscando compreender em que grau as Políticas Públicas influenciaram nas transformações da identidade cultural de uma parcela da população do Crato que vivenciou os Anos Dourados (1950-1970) da cidade.

Pretendo, mais especificamente: a. Caracterizar a trajetória histórica e cultural do Crato, focalizando nas mudanças físicas e sociais da cidade; b. Descrever aspectos arquitetônicos, culturais e sociais da cidade, particularmente, nos anos dourados (1950-1970), buscando assim, demonstrar sua importância na construção de uma identidade; c. Verificar a presença das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico cultural da cidade, e a

relação destas com as transformações dessa identidade no atual contexto pós-moderno. Dito de uma outra forma, minha proposta nesse estudo é compreender se as modificações na paisagem cultural arquitetônica da cidade estão operando mudanças nas formas de exercer a cidadania e transformando identidades.

Portanto, essa pesquisa vem tratar da cidade do Crato que, nestas duas últimas décadas, tem passado por um intenso processo de degradação da qualidade de vida em virtude da descaracterização dos ambientes urbano/paisagísticos norteadores de uma vida mais humanizada, bem como pelo aprofundamento da pobreza, miséria e outros aspectos indicadores da deterioração urbana. Como muitos núcleos urbanos brasileiros, apesar da heterogeneidade dos contextos históricos, sociais, políticos e urbanos que enfrentam, o Crato tem apresentado problemas comuns, tais como a privatização dos espaços públicos, a degradação do Patrimônio Cultural, e a precária qualidade de vida.

Nesse sentido, é importante um estudo que venha a dar respostas às questões acima apresentadas, considerando que, ao fazer um mapeamento da literatura encontrei poucos trabalhos que se aproximavam da temática, contudo, nenhum que fizesse especificamente essa interface entre o Patrimônio Histórico Cultural, a mudança nas identidades, as políticas públicas locais e as transformações culturais. Essa pesquisa visa preencher essa lacuna.

Assim, ao considerar, as deficiências no contexto dos processos sociais, econômicos, ambientais e institucionais, a exemplo da destruição ou descaracterização do patrimônio edificado, têm resultado em situações desastrosas para a população cratense, tomo o patrimônio histórico da cidade do Crato como foco dessa pesquisa. Em especial por ser um importante elo que reafirma a identidade local de uma parcela da população, sendo um elemento de constituição de valores nacionais e locais.

A presente pesquisa está, portanto, dividida em três capítulos dispostos na seguinte ordem: o primeiro capítulo *Um lugar de memórias: aspectos metodológicos e um breve histórico do Crato*, aborda os princípios teóricos metodológicos que dão suporte à pesquisa. Por ser um capítulo metodológico apresenta o encontro com o objeto de estudo e desvela o processo de construção da pesquisa. Mostra ainda um levantamento da historiografia local como fonte de valorização e resgate da memória.

O segundo capítulo, *Os anos dourados e o despontar da modernidade no Crato (1950-1970)* assinala a trajetória histórica e cultural da cidade com o propósito de compreender as mudanças físicas e sociais da cidade nesse período específico.

No capítulo três *O encontro do velho e do novo na construção da identidade de um povo* desenvolve-se o foco da discussão. Apresenta uma caracterização do processo urbano e

arquitetônico da cidade. Demonstra o atual estado de desvalorização do Patrimônio Histórico Cultural da cidade e discute as políticas públicas de preservação do patrimônio diante desse cenário.

1 UM LUGAR DE MEMÓRIAS: ASPECTOS METODOLÓGICOS E UM BREVE HISTÓRICO DO CRATO

A História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história, isso alarga seu campo de ação [...]. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade [...]. Ela pode dar um sentimento de pertencer a um determinado lugar e a determinada época (PAUL THOMPSON).

1.1 A construção da pesquisa: a mediação entre fontes orais, documentais e bibliográficas

1.1.1 O encontro com o objeto de pesquisa

No percurso de minha investigação, compreendi que o objeto de estudo é algo que vai sendo definido aos poucos na percepção do investigador. Meu objeto de pesquisa sofreu algumas mudanças até que se tornasse claro para mim. Nesse contexto, foi definidor para demarcação do mesmo o dia em que resolvi me deslocar à Praça Siqueira Campos para observar os movimentos e entrar em contato com os personagens e suas memórias.

Embora eu ainda não tivesse um direcionamento claro do que estava procurando, fui levada pelo sentido de que as praças são espaços públicos e locais de encontros. Portanto, procurei encontrar pessoas em faixa etária que demonstrassem ter vivenciado um período em que a cidade recebera o título de Capital da Cultura.

Nesse dia, ao chegar no local, observei que a Siqueira Campos era uma praça de passagem, onde muitos iam e vinham, contudo, observei também movimentações pontuais. Uma delas ocorria nos bancos próximos à rua Senador Pompeu, ponto de encontros dos taxistas e de antigos frequentadores da praça. Outros dois espaços em que percebi que convergia a presença dessas pessoas foram as mesas de xadrez e a banca de café do Sr. Jucier Flora.

Aproximei-me da banca do Sr. Jucier e iniciamos uma conversa informal com ele sobre minha pesquisa, o que foi suficiente para suscitar memórias expressas em palavras acerca da importância cultural do Crato e da Praça Siqueira Campos como o coração da cidade. Enquanto Jucier falava, aproximou-se um senhor e pediu um cafezinho, era Huberto Cabral, que segundo Jucier, era um grande conhecedor da história local e que poderia me fornecer maiores informações. Falei sobre minha pesquisa e não pude deixar de perceber o olhar saudosos: o silêncio que expressava reportá-lo ao passado. Em seguida, passou uma minuciosa descrição de momentos e fatos vividos no período conhecido como os Anos Dourados do

Crato, fato que me propiciou uma cenário mais claro do que deveria ser o foco da minha pesquisa.

Desse contexto pude perceber que o Patrimônio Histórico Cultural dessa cidade, amplamente conhecida como a Cidade da Cultura, poderia ser um importante eixo da minha investigação. Ao contemplar o atual movimento da Praça Siqueira Campos em contraste com o relato tanto de Cabral, como o de Linard, e de outras pessoas com quem conversei, percebi que as transformações ocorridas naquele espaço influenciaram a forma de viver, de agir e de socializar das pessoas que costumavam frequentá-la. Desta forma, compreendi a importância de estudar o contexto em que essas mudanças ocorreram e o que direcionava essas transformações.

1.1.2 A pesquisa

Nesse processo, identifiquei a pesquisa como um estudo de caso de natureza qualitativa. Logo, a pesquisa qualitativa atua com “um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]” (MINAYO, 2010, p. 21). A abordagem é ainda do tipo qualitativa por considerar o ambiente natural como fonte direta de dados. Também por focalizar o interesse maior no processo do que nos resultados e por entender que o significado atribuído pelas pessoas à suas vidas e aos artefatos que fazem parte dela, devem ser focos de atenção especial do pesquisador (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Trata-se, portanto, de um estudo de caso por investigar um fenômeno contemporâneo, não separar o fenômeno do seu contexto, por buscar obtenção de dados com maior nível de profundidade e ainda por utilizar-se de múltiplos procedimentos de coleta de dados (GIL, 2010). Gil enfatiza ainda que os estudos de caso investigam um fenômeno que esteja delimitado a um período de tempo e que favorecem o entendimento da dinâmica específica dos grupos e, por isso, são adequados para a compreensão do processo de mudança. Logo, o estudo de caso mostrou-se como a escolha mais adequada para a pesquisa em questão.

Desta forma, buscando analisar o Patrimônio Histórico Cultural da cidade do Crato no período de 1950-1970 e compreender como as Políticas Públicas influenciaram nas transformações da identidade cultural da população, percebi que as fontes orais e documentais forneceriam os subsídios necessários a minha pesquisa. Meyhi e Holanda (2007, p. 13) definem Fonte Oral como “recurso que guarda vestígios de manifestação da oralidade humana”. Eles ressaltam ainda que tudo que é gravado e preservado torna-se um documento oral e que as

entrevistas são História Oral em sentido estrito. Portanto, a História Oral foi um dos principais procedimentos para a condução dessa investigação e é definida por Alberti (2003, p. 1,2) como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

Desta forma, diante da problemática apresentada da cidade do Crato, e considerando as categorias, conceitos e métodos que norteiam a análise dos espaços urbanos, optei pela técnica de pesquisa história oral, de forma que foram realizadas entrevistas e outros procedimentos articulados entre si no intuito de registrar importantes fatos e acontecimentos de um passado próximo, através da memória coletiva dos aspectos urbanos (MARCONI; LAKATOS, 2008).

A proposta de trabalhar com a técnica de História Oral nessa pesquisa fundamenta-se em Meihy e Holanda (2007) que a apresentam como manifestação contemporânea cujo espaço e tempo são “o aqui e o agora”, tendo como resultado um documento. Desta forma, os dados obtidos se constituirão em fonte oral reunida a partir do depoimento de pessoas que relatam algo que lhes é comum.

Os métodos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa estão fundamentados em três eixos estruturantes: pesquisa bibliográfica, análise de documentos e análises de fontes orais através de entrevistas semiestruturadas. Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica fornece dados para uma melhor fundamentação e maior variedade de cobertura do fenômeno investigado. Ela dispõe de meios de análise através de materiais impressos como livros, revistas, teses, dissertações, dicionários, enciclopédias, anuários, almanaques e etc., além de outros formatos: discos, fitas magnéticas, CDs e materiais publicados na internet (GIL, 2010).

Nesse caso, fiz um mapeamento da literatura específica sobre o Crato e de certa forma me surpreendi, positivamente, com o acervo literário que encontrei sobre a temática, destes destaco: *Crato, evolução urbana e arquitetura (1740-1960)* de Waldemar Arrais de Farias Filho; *Anos de Chumbo: movimento político estudantil e a Ditadura Militar no Crato* de Jurandy Temóteo; *Anos Dourados: praça Siqueira Campos* organizado por Eleonora de Albuquerque Batista; e as *Revistas Itaytera* e *A Província*, que me forneceram informações sobre trajetória histórica e cultural do Crato.

Utilizei-me também do livro organizado por Fernando Guilherme Tenório *Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise; O poder dos donos: planejamento e clientelismo*

no Nordeste de Marcel Bursztyn; *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos* de Leonardo Secchi que me subsidiaram no conceito de Políticas Públicas.

Sobre identidade e modernidade fundamentei-me em Stuart Hall *A identidade cultural na pós-modernidade*; Tomas Tadeu da Silva, *Identidade e diferença*. Os livros *A Gramática do Tempo*; e *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* de Boaventura de Sousa Santos; e *O Sertanejo e o Caminho das Águas* de Suely Chacon me auxiliaram a um melhor entendimento das relações existentes entre Globalização, Modernidade e Sustentabilidade.

Para a categoria patrimônio, utilizei o livro de Pedro Funari e Sandra Pelegrini, *Patrimônio histórico e cultural*; e o artigo por Nestor Garcia Cancline na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico. Outros autores citados também foram de grande valor para o andamento dessa pesquisa.

A análise de documentos também se mostrou uma ferramenta de grande utilidade para a realização da pesquisa. As fontes documentais são “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” ou que “podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2011, p. 51). Nesse trabalho, os documentos investigados são classificados pelo mesmo autor como documentos de arquivos, por tratar-se de documentos de órgãos públicos. Nesse caso, utilizei-me da Lei Orgânica do Município do Crato do Estado do Ceará, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Crato, Plano Diretor Municipal, Diário Oficial do Município do Crato, além de jornais recentes e antigos, informações essas obtidas na Prefeitura do município, na Biblioteca Pública e em bancos de dados.

Para caracterizar a trajetória histórica e identificar os marcos culturais do Crato, a partir das mudanças físicas e sociais, realizei entrevistas semiestruturadas com personagens que protagonizaram essa história. A entrevista é um procedimento de pesquisa utilizado com o propósito de obter informações sobre determinado assunto mediante uma conversação de natureza profissional. A entrevista do tipo não estruturada foi selecionada por proporcionar ao entrevistado liberdade para encaminhar a conversa na direção desejada, expressando assim suas opiniões e sentimentos. Nesse caso o entrevistador tem a função de incentivar, direcionando o informante a falar do assunto desejado, mas não deve forçá-lo a responder (MARCONI; LAKATOS, 2008). As entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa constituíram-se em excelentes fontes de dados, visto que estes viveram o período dos Anos Dourados do Crato, e vivenciam o processo de mudança pelo qual a sociedade cratense tem passado.

1.1.3 Os sujeitos da pesquisa

No item em que descrevo a construção do objeto de pesquisa, faço o relato de como estabeleci contato com o que defini serem os primeiros sujeitos dessa pesquisa. Logo, o processo de escolha dos sujeitos que poderiam me fornecer maior fonte de dados deu-se como uma espécie de corrente que une cada um de seus elos. O contato inicial com Jucier Flora levou-me no mesmo momento a Huberto Cabral, deste tive a indicação de Chaguinha. Cheguei a Waldemar Arrais, inicialmente, pela indicação de um amigo, Linard Costa, e pelo livro de sua autoria. Waldemar indicou-me Nivaldo Soares e Huberto Tavares, mais conhecido como Bebeto. João Ulisses Filho, também conhecido como João do Crato, foi indicado por se tratar de um personagem popular, envolvido com as causas culturais e sociais; e Vicente de Paulo Silva, por ser funcionário da Secretaria de Cultura e ter amplos conhecimentos dos movimentos culturais locais contemporâneos. Desta forma, foram selecionados os oito sujeitos da pesquisa, cada um com sua especificidade e, ao mesmo tempo, com múltiplas relações entre si.

Jucier Flora é comerciante, passou as últimas três décadas no Café Crato servindo café aos intelectuais, políticos e grandes nomes do Cariri, além de ouvir das mais diversas histórias.

Francisco das Chagas trabalha a 60 anos na Praça Siqueira Campos como engraxate, tendo como benfeitor Huberto Cabral que financiou seus estudos desde garoto.

Waldermar Arrais de Farias Filho nasceu na cidade do Crato, graduou-se em Engenharia Civil pela UNIFOR (1985), e em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB (1995). Obteve título de mestre em Administração de Empresas pela UFPB, em 1994. Autor do livro *Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)* e membro itinerante do Instituto Cultural do Cariri - ICC.

José Huberto Tavares de Oliveira, também conhecido como Bebeto, é atual diretor e coordenador do ICC. Foi também vereador do Crato na gestão de 2001 a 2004.

Nivaldo Soares de Almeida é Engenheiro Agrônomo e mestre em Desenvolvimento Regional pela URCA. Foi Secretário de Agricultura Pecuária e Recursos Hídricos do Município de Crato no período de 2005 a 2008; foi Secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano do Município de Crato no período de 2005 a 2012, e atualmente é Secretário Executivo do Geopark Araripe.

Vicente de Paulo Silva Sousa, mais conhecido como Paulo Fuísca, é geógrafo e especialista em História e Sociologia, militante do movimento sociocultural, pesquisador da

cultura popular e contemporânea caririense, educador popular e coordenador pedagógico do Ponto de Cultura Carrapato Cultural. É também técnico da Secretaria de Cultura do Crato.

João Ulisses Filho ou João do Crato é cantor, intérprete, educador popular, *vivenciador* das diversas manifestações culturais do Cariri e militante das causas sociais, ambientais, culturais e humanísticas do planeta.

Francisco Huberto Esmeraldo Cabral é jornalista, apresentador, radialista, cerimonialista e escritor. Pode-se dizer que, mesmo aos 77 anos ainda é uma testemunha ocular de inesquecíveis momentos vividos pela população do Crato e do Cariri.

Gostaria de dedicar um maior espaço a falar desse personagem que por meio de uma memória assombrosa evoca relatos de histórias, citando cenários, personagens e datas, com riqueza de detalhes e com uma paixão que lhe são peculiares, quando se trata do Crato.

Além de fazer parte da maioria dos contextos e movimentos da cidade, Cabral recorda de todas as datas, dos nomes de grandes e pequenos, de ruas e festividades, dos lugares de tragédias e de glória. Um personagem que viveu e vive ainda hoje nas ruas do Crato, trabalhando pela manhã como voluntário na Radio Educadora e não assíduo freqüentados nas reuniões com os amigos no final da tarde na Praça Siqueira Campos. A maioria dos cratenses conhece essa figura que, aos 77 anos, ainda inspira a imaginação de muitos, lembrando os tempos antigos, enquanto outros revivem, a partir de suas belas descrições, momentos únicos de uma cidade cheia de contos e fatos, heróis ou simplesmente de cidadãos comuns. É recompensador sentar-se com Cabral por alguns minutos e iniciar uma viagem espetacular pelo processo histórico/cultural/ político/ econômico e social do Crato. Assim, poderíamos usar seus relatos como um medidor sustentável ao analisar essa importante cidade no interior do Ceará.

Em fevereiro de 2013 tive a oportunidade de conversar com Cabral pela primeira vez e ouvir suas histórias e relatos vivos. Fiquei encantada com sua descrição, sentindo como se pudesse teletransportar-me para o tempo relatado e observar os personagens e histórias bem de perto. A veracidade e prazer com que me contava era algo inspirador. No entanto, em nosso ultimo encontro no dia 25 de outubro de 2013, quando realizei a entrevista para essa pesquisa, notei sua voz cansada, olhar baixo e menos empolgação durante a conversa. Acredito que esse grande personagem já esteja perdendo seu vigor e entusiasmo. Percebi então que sua saúde está abalada e que é necessário armazenar e arquivar suas “histórias”, informações imprescindíveis, que, por tanto tempo estiveram guardadas com o radialista, jornalista, apresentador e amigo, guardião das memórias do Crato.

Todo o processo aqui descrito será minuciosamente abordado tanto no presente capítulo como nos seguintes, os quais deverão dar respostas aos objetivos propostos inicialmente na pesquisa.

1.2 Um breve histórico

Tendo como objetivo avaliar o impacto das Políticas Públicas nas transformações da identidade cultural de uma parcela da população cratense, por meio da análise das mudanças na paisagem arquitetônica da Praça Siqueira Campos e seu entorno, percebi que para enriquecer a pesquisa seria necessário fazer um levantamento de dados a partir das entrevistas realizadas, buscando, por meio da opinião dos entrevistados, compreender a historiografia local como fonte de valorização e resgate da memória. Além desse levantamento de dados empíricos, compreendi ser importante fazer um mapeamento do acervo histórico literário que me fornecesse embasamento teórico, promovendo um diálogo entre as memórias relatadas pelos entrevistados e a literatura. Fiquei surpresa ao encontrar na Biblioteca Pública da cidade uma vasta variedade de acervo histórico presente em documentos antigos, mapas, revistas e livros escritos e publicados no Crato.

Tendo vivido muitos anos em Fortaleza e residindo no Crato há apenas dois anos, busquei me aproximar da história do Crato através dos seus personagens e da literatura disponível. Os livros *Anos Dourados: praça Siqueira Campos* e *Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)*, auxiliaram-me na evolução da análise desse contexto. O primeiro livro é fruto do empenho de senhoras residentes do Crato, que falam de lembranças. Em suas narrativas expõem seu amor pela terra natal através de impressões pessoais de fatos que tiveram como palco a Praça Siqueira Campos, que sem dúvida foi o espaço da cidade que mais influência exerceu, durante aquele período, na alma da gente cratense. O segundo livro, obra do arquiteto e engenheiro Waldemar Arrais de Farias Filho trata das fases embrionárias e evolutivas do urbanismo do Crato, relatando as imposições e ideologias justificadoras da política e da religião na cidade. Ambos publicados pela editora A Província Edições. Esses livros, assim como outras obras analisadas, preenchem uma ampla configuração histórica territorial, abrangendo tempo, espaço, história, política, religião, economia, sociologia e cultura.

A pesquisa também foi incrementada pelas fontes de dados contidas nas reportagens e anúncios das revistas *Itaytera* e *A Província*. A Revista *Itaytera*, foi idealizada e elaborada pelo Instituto Cultural do Cariri, tendo o seu primeiro número impresso em 1955, que traduzia

anualmente o pensamento da cultura caririense. Tinha como foco exaltar a intelectualidade onde “a heróica cidade sul cearense reafirma a sua capacidade de liderança através do vigor mental de seus filhos” (REVISTA ITAYTERA, 1957, p. 3).

A Revista *A Província*, por sua vez, foi idealizada por Florival Matos e Francisco de Souza Nascimento com a intenção de lançá-la nas festividades do Centenário do Crato. Este período teve seu primeiro número divulgado em 17 de outubro de 1953, data das comemorações do centenário, tendo como referência “às glórias do passado”.

A partir dessas fontes históricas dou andamento ao objetivo proposto nesse capítulo que é caracterizar a trajetória histórica e cultural da cidade do Crato, mantendo o foco nas mudanças físico-espaciais e sociais.

1.2.1 Origem, colonização e povoamento

Quando cheguei ao Crato, em Julho de 2011, a partir de conversas com os moradores da região e pesquisadores das Universidades Federal e Estadual, percebi que muitos consideram que o passado dessa cidade foi marcado por uma cultura letrada, religiosidade, pioneirismo e, sobretudo, patriotismo. O fato desse passado glorioso, não ser mais tão presente instigou-me a pesquisar, examinar e entender que *lugar* se esperava que esse passado ocupasse na memória desses cratenses. Portanto, torna-se imprescindível descrever a história local, assim como definir o caráter histórico do tempo passado e os seus principais protagonistas.

Nossa jornada começa no interior do estado do Ceará, um lugar que foi considerado um espaço vivido de grande produção cultural, artística e intelectual. Uma cidade de médio porte⁶ localizada ao sul do Ceará, com uma população de aproximadamente 123.000 habitantes e com área de 1009,20 km² (IPECE, 2013). O seguinte mapa apresenta a localização geográfica da cidade:

⁶ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos com o Censo 2010, as cidades de porte médio são aquelas com porte populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Mapa 1 - Região do Cariri



Fonte: IPECE (2013).

Como observado na figura, o Crato está situado no Nordeste Central, na região do Cariri, que comporta nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. Entre eles, vale destacar, Juazeiro do Norte e Barbalha, que, junto com o Crato, formam o conhecido triângulo CRAJUBAR, que, mesmo possuindo certo grau de complementaridade. Juazeiro do Norte se destaca pelo seu forte crescimento econômico decorrendo do comércio e da religiosidade, enquanto Barbalha tem foco maior nas tradições rurais e nas potencialidades médicas, sendo também conhecido por residir os festejos a Santo Antônio⁷. Já o Crato, que possui grandes potencialidades culturais, é considerada hoje por muitos como uma cidade que parou no tempo.

⁷ Em 2013 Barbalha recebeu o título de capital cearense dos festejos de Santo Antônio, Lei Estadual n. 96/2012, de autoria da deputada Fernanda Pessoa, aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Cid Gomes.

Bem, essa charmosa cidade, também conhecida como Princesa do Cariri⁸, teve um processo de povoamento diferenciado da sua atual capital Fortaleza, especialmente por integrar essa região do semi-árido cujo processo de ocupação resultou da expansão pecuária como atividade complementar da economia canavieira desenvolvida no litoral.

Tudo começou com a expansão povoadora, quando baianos, sergipanos e pernambucanos chegaram aos sertões no século XVII, por volta de 1660, atraídos pelo sortilégio de novas pastagens, com o fim de expandir a criação do *gado vacuum*⁹, fato bem registrado pelo historiador Capistrano de Abreu. Assim, a então conhecida “Civilização do Couro” – movida pela necessidade de reação contra os índios e pela perspectiva fascinante de metais – expande seus horizontes em direção ao Ceará, esbarrando com “o frontispício pernambucano da Chapada do Araripe, anteposto à testada longitudinal da mesma chapada no chamado Vale do Cariri, chapada que serve de divisa aos Estados do Ceará e Pernambuco” (ARAÚJO, 1973, p. 15).

É importante enfatizar que a colonização e povoamento da região que futuramente seria denominada como Cariri, se deu sobre o domínio da Capitania de Pernambuco, assim, pode-se dizer que o caráter de ocupação foi primeiro de reconhecimento e depois de ocupação. Ao chegarem ao Vale do Cariri observaram sua baixa altitude, pouca densidade das matas e a fascinação pelos mistérios da chapada encantaram seus visitantes ao contemplarem a Chapada do Araripe. Leonel de Alencar Rego, avô paterno da heroína Barbara de Alencar – entre muitos que promoveram a ocupação territorial - ao se estabelecer na região, desbravou a terra, superando chapadas, subindo, descendo e cruzando rios, varando caatingas e florestas, esquadrinhando os sertões nordestinos, começando assim a povoá-la regularmente (ARAÚJO, 1973).

No entanto, a terra não estava vazia. Antes da colonização da região da Chapada do Araripe, a terra era habitada por diversas etnias indígenas (Kariri, Aquijiró, Guariú, Xocó, Quipapaú e tantas outras). Após a colonização a região foi adentrada por Missionários Capuchinhos, com o intuito legitimar a posse do território, associando a fé as conquistas, tentando assim ganhar a confiança dos índios Cariris e aldeia-los. Chefiados pelos irmãos

⁸ “Crato, na segunda metade do século XVIII, já se destacava dentre os povoados da região, como a capital do Cariri, recebendo o título de “Princesa do Cariri” por já despontar como importante centro de produção” (OLIVEIRA; ABREU, 2010, p. 6).

⁹ “O veículo econômico que condicionou essa empresa homérica da história baiana expressa-se, ainda segundo Capistrano de Abreu, pela criação do *gado vacuum*, que representava pouca inversão de capital e trabalho, dispensava especialização, movia-se por si, e multiplicava-se ao infinito, além de fornecer alimentação abundante, e o couro, tamanha riqueza de utilidades” (ARAÚJO, 1973, p. 14).

Lombato Lira, esses exploradores subiram o curso do Rio Salgado, que banha o fértil Vale do Cariri, e se instalaram nos arredores da Cachoeira dos Kariris, hoje conhecida como Cachoeira de Missão Velha (ARAÚJO, 1973).

Mas esse contato inicial com os índios reunia interesses afim, compartilhados tanto pela a Coroa Portuguesa como pela a Igreja Católica. Esse processo de ocupação foi bem semelhante ao resto do Brasil, notadamente no que diz respeito ao massacre dos povos autóctones. O historiador Padre Antônio Gomes de Araújo nos relata que “os colonizadores devassaram o Cariri entre 1660 e 1680, perseguindo índios e conquistando novas terras a serviço de Portugal” (OLIVEIRA; ABREU, 2010, p. 4).

Farias Filho (2007) nos conta que no século XVIII, tempos após a chegada dos irmãos Lombato Lira, às margens do rio Itaytera (também conhecido como Rio Grangeiro), instalou-se o mais importante aldeamento da região, conhecido como Missão do Miranda. Assim, a Missão do Miranda, fundada pelo Frei Carlos Maria de Ferrara também ficou conhecida simplesmente como Miranda ou Cariris Novos.

O uso da expressão “Cariris Novos”, segundo Mendonça *et al.* (1998), deve-se a existência de duas regiões nordestinas com a denominação de Cariri, em ênfase à predominância dos índios Kariris. Uma delas está situada na Paraíba, com vegetação inteiramente diferente da do Ceará, e onde a caatinga prevalece; e outra, no sul do Ceará. Dessa forma, a região cearense recebe o nome de “Cariris Novos” por ter sido colonizada e reconhecida após sua homônima paraibana.

Nota-se que a região do Cariri, drenada por dezenas de fontes perenes que surgem da Chapada do Araripe, ocupa uma posição privilegiada em contraste com a caatinga ressequida que o circunda. Esse fato muitas vezes leva o *Filho do Cariri*¹⁰ a não se sentir fazendo parte do sertão propriamente dito, mesmo possuindo um sentimento de afetividade por ser nordestino. Ele não fica satisfeito quando é chamado de sertanejo, e o seu Cariri de sertão. Não toma a palavra sertão no seu sentido mais amplo, como definição de zona do interior, afastada da faixa litorânea (MENDONÇA *et al.*, 1998).

¹⁰ A expressão *Filhos do Cariri* foi usada para caracterizar os filhos da terra, que nasceram e cresceram no Cariri, por conseguinte, possuem um sentimento de afetividade por sua região diferenciado do sertão ao seu redor.

1.2.2 De Missão do Miranda à Vila Real do Crato

Voltando à nossa história de povoamento e ocupação, a Missão do Miranda possuía fisionomia muito simples, um aldeamento quadrado de casas de taipa ligadas entre si, uma espaço aberto ao centro (espaço onde foi construída Praça da Matriz do Crato e que hoje é conhecida como Praça da Sé) em frente ao templo, também de taipa, edificado em 1740. (OLIVEIRA; ABREU, 2010).

A Missão foi elevada a categoria de vila em 21 de Junho de 1764, sob a ouvidoria de Vitorino Pinto Soares Barbosa, sendo então chamada de Vila Real do Crato. Alguns autores consideram que esse nome foi dado em homenagem ao lugarejo português de Alentejo, situado nas ruínas de um povoado chamado Ucrato. Ainda sobre a origem do nome Crato, Girão (1985 *apud* OLIVEIRA; ABREU, 2010, p. 5), complementou que “existem comentários de que o nome Crato é proveniente da palavra Curato, pois, inicialmente, a cidade teria se chamado Curato de São Fidelis de Siguaringa, depois Curato de São Fidelis”.

Laudicia Holanda, autora do artigo “O Crato daqui e o Crato d’além mar” publicado na Revista *A Província*, em 2006, comenta que o Crato do Ceará possui “traços culturais e urbanos que também nos lembram nossas origens lusitanas” (p. 118). Também é interessante salientar a semelhança entre essas duas cidades no que diz respeito às suas origens com o povo alentejano. Ele disse ainda que “há, entre o Crato português e o Crato cearense, uma certa identidade, quanto a arquitetura colonial, entre outros aspectos” (*id. ibid.*, p. 121).

Ainda retratando das características urbanas da Vila Real do Crato, é possível notar que, apesar do esplendor desse nome, a vila era na verdade um lugarejo cercado de matas, localizado entre os riachos, o Grangeiro e o da Ponte, e findava justamente onde hoje está localizada a Praça Siqueira Campos e a Rua Quintino. José da Silva Paulet¹¹ descreve a vila da seguinte maneira:

Esta Vila a Sudeste de Fortaleza é a mais produtiva por está situada nas faldas da Serra Grande, aí denominada Araripe, aonde há muitas vertentes, mais ou menos abundantes. [...] Tem muitas engenhocas de rapadura pela encosta e pé da serra, e no plano à margem das nascentes, principalmente a Batateira, que é a mais caudal. Apesar de serem os quintais da vila regados por duas levadas, há muito pouca hortaliça e arvores de fruto, por desmazelo dos moradores. [...] São as principais estradas, a que desce pelo rio Salgado até o Icó, e continua pelas margens do Jaguaribe rumo ao Norte; pelo Sul tem a estrada que transpondo a serra vai para o Rio São Francisco, sertões de Pernambuco e Bahia, e a outra para o Piauí (FARIAS FILHO, 2007, p. 72).

¹¹ Citação da Revista do Instituto do Ceará, ano XII, no artigo *Memória do ano de 1816*.

A partir dessa descrição é possível notar o fato de possuir mais de 70 fontes de água natural que descem da chapada do Araripe e percorrem todo o vale do Cariri, assim como por estar localizada entre rios, contribuiu para o seu crescimento na agricultura, principalmente na produção de rapadura. Esse aspecto fisiográfico, representando exceção diante da paisagem do sertão do Nordeste também foi muito positivo para ao crescimento comercial da cidade.

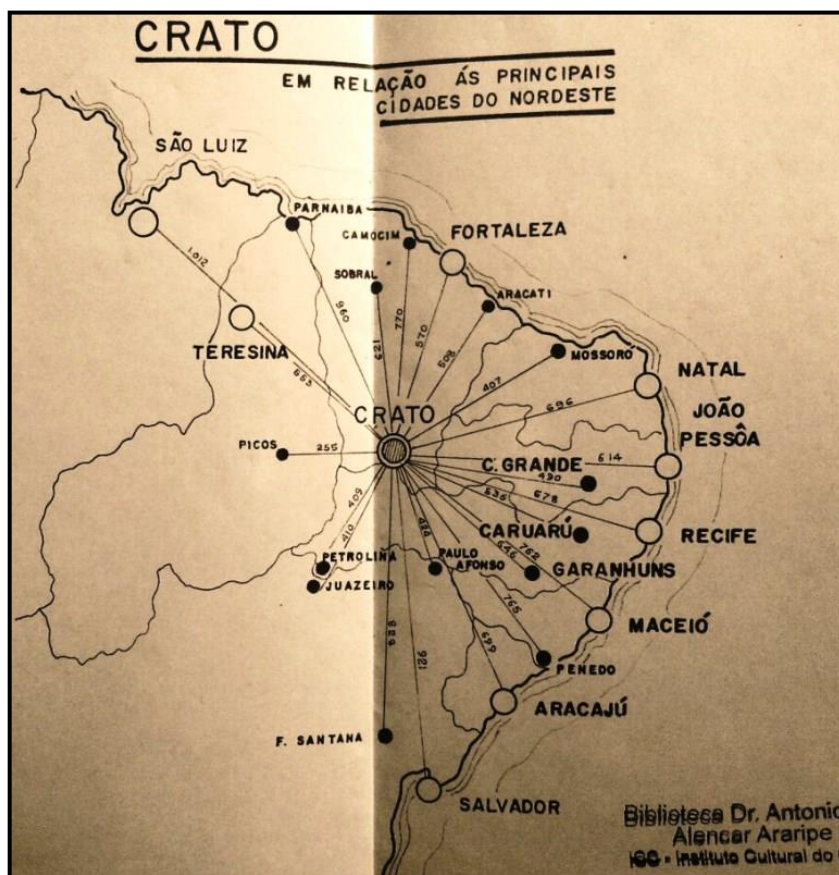
Esse crescimento é claramente notado por alguns autores como Oliveira e Abreu (2010, p. 6) ao comentarem que: “delineava-se já em fins do século XVIII, a economia (urbana) cearense, que tinha como principais centros urbanos Fortaleza, Aracati, Sobral e Crato no extremo Sul do Ceará”.

Outro ponto que merece destaque é o fato de a vila estar localizada em uma região geograficamente estratégica, com estradas interligando várias cidades e estados. Oliveira e Abreu (2010) dizem que esse processo facilitou o desenvolvimento da economia urbana, a expansão da economia agrícola e do comércio:

O Crato começava a se projetar na economia urbana cearense como produtor de cana-de-açúcar e derivados, principalmente a rapadura e a cachaça e pelo fato de atuar como centro coletor da produção agrícola da região, não se restringindo ao Cariri Cearense, mas exercendo influência que extravasava o estado do Ceará, atingindo áreas dos sertões de Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. (OLIVEIRA; ABREU, 2010, p. 249).

Também é coerente acrescentar que o Crato está localizado a uma distância aproximada de 500 km da maioria das capitais nordestinas. Vasculhando alguns materiais da Biblioteca do Instituto Cultural do Cariri, encontrei um mapa demonstrativo fazendo exatamente essa relação geográfica do Crato às principais cidades do Nordeste:

Mapa 2 – Crato em relação às principais cidades do Nordeste



Fonte: Mapa demonstrativo (1953). Biblioteca do Instituto Cultural do Cariri.

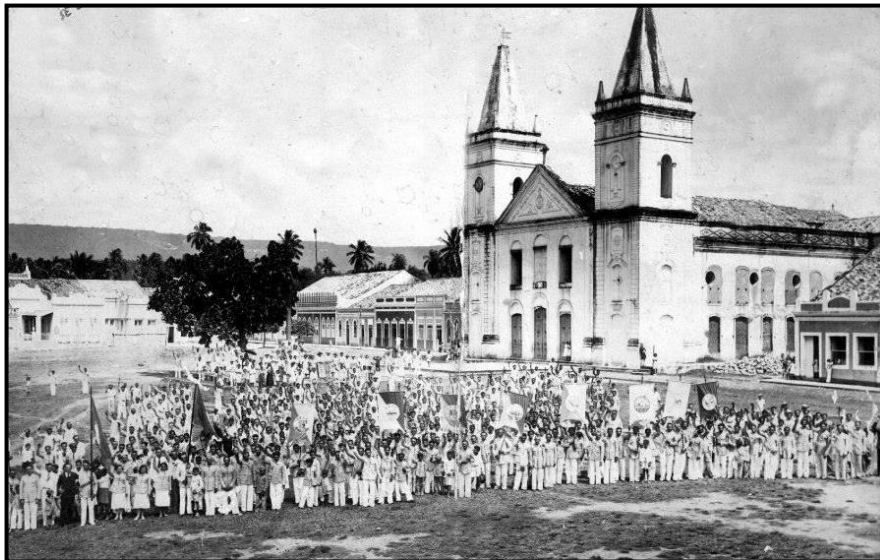
Mesmo com essas vantagens, a formação de sua estrutura urbana da cidade foi lenta, especialmente devido às suas atividades econômicas serem tipicamente primárias. Assim, a centralização da vida social e econômica acontecia nas propriedades rurais, enquanto na cidade, se concentravam as funções administrativas, comerciais e religiosas.

É interessante salientar que a religião muito influenciou no processo de urbanização e desenvolvimento da Vila Real do Crato. Figueirêdo Filho (1971 *apud* FARIAS FILHO, 2007, p. 74) revela que “a vila do Crato era um pequeno aglomerado urbano. O centro da vila era o quadrado da Matriz, tendo a Igreja como edifício principal”. A Igreja mencionada é a atual Igreja Nossa Senhora da Penha, localizada na Praça da Sé; um dos ícones da cidade e principal ponto de turismo religioso. Ainda hoje a cidade subsiste economicamente do turismo religioso e do comércio.

A Igreja Nossa Senhora da Penha tem seu primeiro templo de taipa construído em 1740, depois, em 1762 foi edificada uma Paróquia que logo entrou em estado de deterioração devido à fragilidade dos materiais que foi construída. Esse fato gerou a necessidade da

construção de um novo prédio que foi concluído em 1817, recheado de características arquitetônicas específicas da época (A REVISTA PROVÍNCIA, 2006):

Figura 1 – Praça da Sé (1934)



Fonte: Arquivo particular de Linard.

Figura 2 – Praça da Sé (2013)



Fonte: Arquivo particular da autora.

Ao analisar a Figura 4 pode-se observar a inscrição de quatro datas nas duas torres da Igreja. Huberto Cabral me disse uma vez que essas datas marcadas nas paredes têm o propósito de deixar registrado os momentos de construção da referida Igreja. O ano de 1852 na parte superior da torre esquerda e a outra um pouco abaixo 1863 marcam, respectivamente,

o início e o fim em que a torre esquerda e nave da igreja foram edificadas. Da mesma forma, o ano de 1910 e 1911 para a torre direita. Confirmando o comentário de Cabral, Farias Filho (2007, p. 120) nos conta que:

Em 1852, foi edificado o campanário (torre) do lado sul da Matriz. Nessa torre, em 1863, instalou-se um relógio construído em Estranburgo pela firma Ungerer Frères. O relógio da Matriz foi grande novidade na época, merecendo destaque em O Araripe de João Brígido. [...] Em 1911, foi edificada a torre do lado norte.

A identidade cratense foi sendo construída junto com suas igrejas, ruas, praças e prédios coloniais. Essa identidade é formada a partir de um passado comum, produzido a partir do estabelecimento dos vínculos entre política, história e memória.

1.2.3 O Movimento Revolucionário de 1817

Na verdade, o Crato possui histórias repletas de lições de moral que privilegia ou critica a ação política, assim como enfatiza o papel de seus grandes personagens. Pode-se dizer que o principal fato histórico do Cariri no século XIX foi o movimento revolucionário de 1817, cujos protagonistas eram descendentes das famílias colonizadoras. Esse episódio foi (e ainda é) considerado um momento decisivo para tornar o Crato “o condutor natural de todos os movimentos em prol da emancipação política no Ceará” (VIANA, 2011, p. 3).

É exatamente nesse episódio que vamos encontrar ideais de liberdade de uma elite com aristocrática, sob a influencia pernambucana. José Irineu Pinheiro citado por Viana comenta que para esse movimento acontecer com tanto ímpeto foi necessário a existência de uma elite letrada e pensante. Ele também diz que “quem forja [as revoluções] e as prepara até o fim são os intelectuais, as elites. O povo, a massa é o braço que executa o que lhe dita o cérebro de alguns” (PINHEIRO, 1963 *apud* VIANA, 2011, p. 543)¹².

Dessa forma, é possível notar que o movimento revolucionário de 1817, liderado por José Martiniano de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, prestigiados por sua mãe Barbara de Alencar, insurgiu a elite aristocrática do Crato a proclamar a República. Descrevendo aquele momento Viana (2011, p. 140) conta que:

Ao encontrar-se em Crato, após sua longa viagem [de Recife para Crato], o subdiácono José Martiniano de Alencar não perdeu tempo a cumprir sua missão. Conduzia carta [dos chefes revolucionários recifenses] para o Vigário de Crato e o Capitão-mor Pereira Filgueiras [...]. Foi auxiliado no preparo da revolta pelos

¹² PINHEIRO, José Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. (Grifo do autor).

dedicados Tristão Gonçalves, seu irmão e o frade carmelita Francisco de Santana Pessoa [...]. Era Domingo [...]. Na matriz de Nossa Senhora da Penha achavam-se mais de duzentos homens, além da parte feminina comum ao ato, avultando entre eles moradores, ou cabras dos sítios LAMEIRO e PONTAL, pertencente aos Alencares. Ao terminar a Missa, o subdiácono José Martiniano de Alencar assomou à porta principal da Igreja, fazendo-se arrodear do seu cortejo. Em suas vestes, batina e roquete, como por contraste, só explicável pelo seu ardor patriótico [...], exibia faca à cintura. Entre aclamações dos assistentes, proclamou a independência e república em sintonia com o movimento recifense.

Percebe-se porque muitos nomearam aquele episódio como a *Revolução Caririense de 1817*, ou até mesmo a *Revolução dos Alencar*. Mas por que o Crato foi palco de tamanha revolução? Na verdade, o Crato fica a cerca de 600 km tanto de Fortaleza quanto do Recife, no entanto, o Cariri, por muito tempo, esteve mais em contato com Recife, especialmente por ter sido parte do território pernambucano, onde a revolução havia iniciado. José Martiniano de Alencar, filho de Barbara de Alencar estava nesse período estudando na capital pernambucana, e ao regressar ao Crato com ideais libertadores encontrou um ambiente propício para abrigar o movimento revolucionário. Outro importante motivo para ele ter escolhido o Crato foi a oportunidade de contar com o prestígio político de sua família, que também estava disposta a lutar pela causa.

O Jornal Diário do Nordeste publicou em 2004 uma reportagem sobre Barbara de Alencar e seu envolvimento no projeto revolucionário de 1817. Além da sua importância no contexto histórico, a reportagem também destaca que após 170 anos de sua morte, restam poucas lembranças da heroína.

Tal fato pode ser evidenciado em nossos dias na ausência de Políticas Públicas que protejam o Patrimônio Histórico Cratense, como a casa de Barbara, localizada na Praça da Sé, que foi demolida para a construção do prédio da Secretaria da Fazenda. Também restam apenas escombros de sua casa no Sítio do Pau (Juazeiro), onde seus filhos sonharam e planejaram os ideais republicanos. Isso demonstra a falta de interesse em perpetuar os feitos e memórias dessa grande mulher e influente família, que difundira os valores da cultura nordestina. “A heroína Bárbara Pereira de Alencar foi, sem dúvida, o maior símbolo da mulher cratense. Guerreira, idealista, líder da Revolução de 1817 no Cariri, Bárbara de Alencar terminou sendo presa em nome dos seus ideais libertários” (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2004, p. 1).

Foram os ideais libertários dos Alencar que, segundo Farias Filho (2007, p. 89), promoveram o Ceará a ser a Província que mais trabalhou pela República, “e que mais sofreu represaria por parte do Governo Imperial”. Já Mendonça *et al.* (1998), ao descrever o triste

fim dos heróis da revolução, comenta que, mesmo diante de toda essa bravura a república do Crato durou apenas oito dias, restaurando-se então o governo monárquico.

A grande heroína, Bárbara de Alencar, José Martiniano e Tristão Gonçalves, junto com os demais revoltosos, algemados, foram remetidos para Fortaleza, onde sofreram sérios padecimentos nos cárceres na capital do Ceará, bem como em Pernambuco, Bahia e Piauí.

Esses acontecimentos levaram Alencar Araripe, 136 anos depois, em maio de 1953, na condição de deputado federal, apresentar à Câmara dos Deputados um projeto de construção de um monumento de valor histórico que, no Centenário do Crato, comemorasse suas tradições cívicas. Justificando mais uma vez que a família Alencar foi a alma da luta de 1817, e Bárbara de Alencar, caririense por adoção e história política, foi heroína por fundada preconização, ação e tradição, ela, na ordem cronológica, a primeira mulher republicana do Brasil (VIANA, 2011).

Após esse triste epílogo, além de outros episódios de grande importância para a história do Ceará e do Brasil, foi possível identificar o Crato como a cidade mais civicamente evoluída da época, uma pequena cidade que nasceu privilegiada com um nome que do grego *kratos*, que significa *força, vigor, energia e valor* (MONTENEGRO, 1993).

1.2.4 A cidade do Crato: centenário ou bicentenário?

Além da Revolução de 1817 o Crato também participou de outros movimentos pela república como a luta pela Independência (1822), a expedição contra as tropas de Fidié no Maranhão e no Piauí (1823), a Confederação do Equador em 1824 e também foi adepto da restauração da cidade de Jardim, capitaneado por Joaquim Pinto Madeira (1831) (FARIAS FILHO, 2007).

Esses densos acontecimentos de caráter heróico, repletos de *lances de patriotismo* e que ajudaram a construir a nação, ocorreram enquanto o Crato ainda estava na condição de vila, a Vila Real do Crato. Porém, no dia 17 de outubro de 1853, através da Lei Provincial nº 628, a Vila Real do Crato tornou-se a cidade do Crato. A notícia de que a primeira cidade do Cariri havia sido criada se espalhava por toda parte, pois agora o Crato, “em ordem cronológica, era a quinta cidade da província do Ceará, precedida por Fortaleza (1823), Sobral (1841), Icó e Aracati (1842)” (VIANA, 2011, p. 16). Descrevendo aquele momento Viana ainda completa:

Naquele dia, o que se dizia pelas ruas do Crato era que o momento celebrava um passado ‘coroadado de êxitos’, que perpetuava a herança de progresso e ‘adiantamento’ cultural e material daquela que, supostamente, seria uma das mais importantes e de ‘mais relevante progresso’ entre todas as cidades cearenses [...]. Na sede do município, praças ajardinadas, escolas, instituições recreativas e religiosas, hospitais, cadeia, entre outras, compunham a rede de controle e reprodução social. Estabelecimentos comerciais e cooperativas de crédito completavam o conjunto urbano (*id ibid.*)

Era importante para os organizadores do evento promover aos moradores e visitantes a figura de uma cidade próspera. Para eles, o Crato estava adiantado das outras cidades, uma vez que, apresentava indícios de progresso desde 1850, materializados na construção de sobradões, a abertura de casas comerciais, a construção do cemitério e do mercado público, além da fundação do jornal *O Araripe*, inaugurado em 7 de julho de 1855.

Esse despontar para a civilização foi bem enfatizado nas comemorações dos 100 anos da cidade quando muitos acreditavam que haviam entrado em uma nova fase de progresso e como enfatizou Figueirêdo Filho (2010 *apud* VIANA, 2011, p. 16): “novos hábitos teriam feito florescer uma sociedade requintada em comparação com a vida mais tosca doutros locais”¹³.

Em uma de minhas visitas ao Instituto Cultural do Cariri tive a oportunidade de folhear o Programa Convite do Centenário do Crato, contendo um convite oficial à todas as famílias ilustres, cidadãos e grandes nomes da região. O Programa Convite foi produzido no formato de um livreto (aproximadamente 10x20 centímetros), revelando assim, mais uma vez, a grandeza do evento:

¹³ FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. Fortaleza: Edições UFC, 2010 (v. IV). [fac-símile], p. 51.

Figura 3 – Programa Convite do Centenário



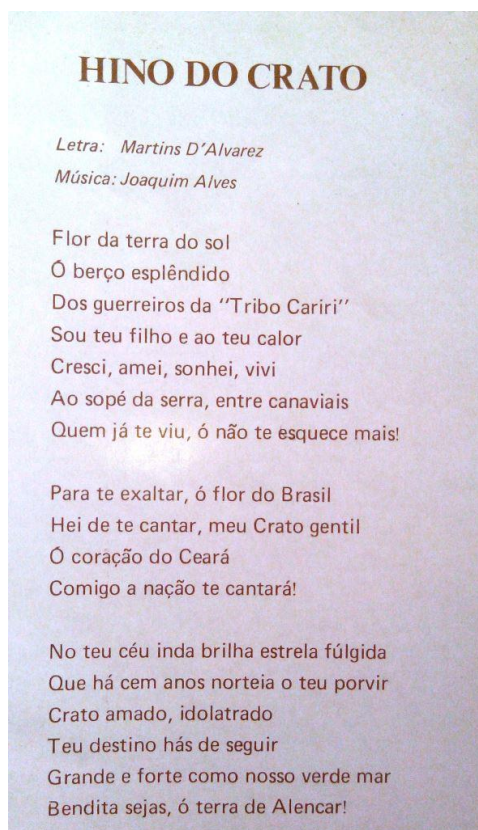
Fonte: Biblioteca do Instituto Cultural do Cariri (1953).

O programa contemplava uma diversidade de atrações, dentre elas: apresentações musicais, artísticas e culturais, buscando mostrar as riquezas da região aos visitantes e valorizar os nativos por seus feitos representando a cidade. Algumas páginas foram reservadas à agradecimentos aos organizadores e colaboradores.

Durante a festividade era possível reconhecer que o Crato era uma cidade que, orgulhosamente havia de ter consolidado sua história junto ao Brasil. “Discursos e práticas tentavam fazer com que os sujeitos presentes nas comemorações do centenário se reconhecessem no passado e, assim, criassem uma memória histórica que fosse geradora de um sentimento de identificação.” Desta forma a continuidade histórica dava noção a fatos já ocorridos, criando uma identidade a partir das lições morais e sociais (VIANA, 2011:16).

Assim, o Hino do Crato composto para o Centenário, foi baseado nessa ideologia. Com letra de Martins D’Alvarez e música de Joaquim Alves, o hino do Crato expressa múltiplos sentimentos de valorização e amor a terra, como pode ser visto na seguinte fotografia:

Figura 4 – Hino do Crato



Fonte: Biblioteca do Instituto Cultural do Cariri (1953).

O hino descreve a cidade como uma flor do sertão, um oásis em meio ao semi-árido. Cria laços entre os habitantes e a terra, sobressai um espírito patriota pela cidade, pelo estado e por consequência pelo país. Faz menção dos seus primeiros habitantes, os índios cariris, os descreve como povo bravo da qual a atual população descende. É uma canção de identificação com as raízes sertanejas e do intelectualismo nascido e vivido na cidade. Por fim citando a família Alencar cuja historia esta intrinsecamente ligada à criação e formação do Crato.

Salientando ainda mais a preservação da memória e buscado manter a chama da cultura e intelectualidade, alguns dias antes do centenário, no dia 4 de outubro de 1953, foi criado o ICC (Instituto Cultural do Cariri), tendo como fundadores grandes escritores e historiadores como Irineu Pinheiro, J. Figueiredo Filho, Padre Antônio Gomes de Araújo, entre outros. Homens que acreditavam que “o Cariri é um celeiro da cultura do Ceará, porque todos os movimentos pioneiros que nasceram no Crato, Juazeiro e Barbalha contribuíram para o desenvolvimento do Estado” (JORNAL DO CARIRI, abr. 2012, p. 9).

Assim, com a finalidade de reunir admiradores da arte, cultura e ciência o ICC completou 60 anos promovendo o desenvolvimento social e regional. Através de suas inúmeras ações percebe-se que a sustentabilidade permeia suas atividades, como por exemplo: a

preservação do acervo de memórias na Biblioteca Central, a recente inauguração do Memorial da Imagem e do Som do Cariri, a publicação da Revista Itaytera desde 1955, o projeto Soldadinho do Araripe e um memorial sobre o Cangaço (REVISTA A PROVÍNCIA, 2013).

Avançando um pouco mais nas incríveis histórias do Crato, no dia 21 de junho de 1964, onze anos após o centenário da cidade, seus cidadãos festejavam os 200 anos de emancipação do município. Devo admitir que a princípio, ouvindo tantas datas e fatos, fiquei um pouco confusa. Afinal, o Crato completou 100 ou 200 anos? Para melhor esclarecer essa questão vale relembrar que em 1774 a Missão do Miranda foi elevada a categoria de Vila Real do Crato e em 1853 tornou-se a cidade do Crato. Assim, no ano de 1953 foi comemorado o centenário da cidade, enquanto em 1964 o bicentenário de emancipação política.

As festividades comemorativas do Bicentenário foram prestigiadas pela presença ilustre do Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Figura 5 – Chegada do Presidente Castelo Branco ao Crato



Fonte: Extraído do livro *Anos de Chumbo* de Jurandi Temóteo (2013).

A figura representa o momento da chegada do presidente no Aeroporto de Fátima, recepcionado pela Guarda de Honra do Tiro de Guerra 205 do Crato. Sobre a vinda do presidente o autor comenta que:

Castelo Branco, também cearense, é descendente da aguerrida Barbara Pereira de Alencar, que construiu casa e residiu em Crato, participando, também aqui, juntamente com sua família, da revolução de 1817 contra a monarquia e a favor de um governo republicano (TEMÓTEO, 2013, p. 77).

O Marechal foi muito bem recebido pelos cratenses, e, entre muitos, vale ressaltar um pedaço do discurso do então prefeito Pedro Felício Cavalcante: “Faço votos para que Deus dê ao Crato, ao Ceará, ao Brasil, a paz, a alegria, a fartura, na graça, na beleza e na

bravura cívica de seus filhos, cuja estrutura espiritual constitui o mais seguro penhor das nossas instituições democráticas” (TEMÓTEO, 2013, p. 79).

Em resposta as homenagens recebidas pelo povo da cidade, o presidente discursou agradecendo as calorosas manifestações de estima e admiração de seus conterrâneos, assim como a oportunidade de conviver com o povo no bicentenário de seu município, “comemoração de duzentos anos de trabalho, de duzentos anos de nobreza cívica”. Ele então conclui seu discurso:

O Presidente da República, que tem a missão de exercer o mandato assim tão bem caracterizado, vem a esta cidade buscar ânimo, buscar entusiasmo, buscar compenetração para cumprir a missão aqui tão bem lembrada. Eu amanhã parto para Fortaleza e depois a sede do Governo e levarei comigo não só o calor do vosso entusiasmo e aplausos, mas também a determinação de vencer pelo Crato, pelo Ceará e pelo Brasil (*id. ibid.*, p. 87).

Um fato curioso sobre a vinda do presidente ao Crato me foi relatado pelo próprio autor da proeza. Huberto Cabral, jornalista e locutor da Rádio Educadora, conta acerca da aventura da entrevista exclusiva. Entre diversas outras fontes, o fato também foi publicado por Temóteo (2013) e pelo Jornal do Cariri em abril de 2012:

Castelo Branco foi muito amigo do Crato. Em 1964, foi o bicentenário do município, 200 anos de emancipação política do Crato e ele veio para cá no avião presidencial. Foi recepcionado no aeroporto da Serra do Araripe e abriu a Expo-Crato. Quando ele veio, havia aquele esquema de segurança muito forte. Eu tive que dar um jeito de entrevista-lo: escondi-me na floresta com um gravador. Quando o avião aterrisou, passei pelos seguranças, subi a escada e entrevistei o presidente da república dentro do avião, em primeira mão (JORNAL DO CARIRI, 2012, p. 9).

Satisfeito com o *furo jornalístico*, a *entrevista de primeira mão*, a *exclusividade nacional* e mesmo diante de todos os perigos de prisão e morte, Cabral hoje com 76 anos de idade, conclui sua história com muita alegria dizendo que “a primeira mensagem para o Ceará, depois de escolhido o presidente da república, foi através da Rádio Educadora”.

1.3 A memória de um lugar: um lugar de memórias

Todo esse passado glorioso confirma uma história marcada pela “cultura letrada, religiosidade, pioneirismo e, sobretudo, patriotismo”. Para Viana (2011, p. 138), é importante examinar esse passado onde se busca manter o “lugar que se esperava que ele ocupasse na memória da sociedade”.

Entende-se que o lugar é a categoria geográfica que se refere ao espaço vivido e, uma vez que o homem constrói seu espaço, torna-se sujeito da sua história. Dessa forma, a

medida que o processo de construção do espaço se relaciona com o processo de construção do ser humano, e seu processo de socialização, o lugar torna-se um espaço ocupado e transformado pelos seres humanos ao longo do tempo. O lugar em que uma pessoa vive, e com o qual cria diferentes laços afetivos, é considerado um espaço de vivências (MOTTA, 2003).

Outro importante aspecto nesse contexto foi entender como a história local se inscrevia num projeto político, mas isso será discutido nos capítulos seguintes. Por agora, fez-se importante definir o caráter histórico do tempo passado e os seus principais heróis, que motivaram “imagens e estereótipos do Crato como uma cidade eternamente destinada ao progresso e às páginas da história” (VIANA, 2011, p. 138).

Compreendendo que as memórias são importantes registros vividos, o passado cratense está armazenado nas lembranças e eternizado em lugares e cenários. Esse passado foi guardado como memória de alguns, pois hoje o cenário é outro. Pouco se pode identificar e encontrar daquela cidade e das pessoas que por ela passaram e viveram.

Uma história que com o tempo parece virar poeira nas prateleiras de uma biblioteca ou nos objetos de museu. Tamanho glamour, intelectualismo, bravura e inovações parecem legados aos esquecimento a medida que o “progresso” avança sobre o Crato. No entanto, ao conviver por alguns dias com aqueles que vivenciaram aquela época áurea, foi possível reviver através de suas memórias um pouquinho dos anos dourados. Esse mesmo sentimento é expresso por Andrade (2008, p. 570):

As memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e eternizam lugares como referências e cenários para uma constante visita ao passado, trazendo em si, os mais diversos sentimentos documentados e aflorados em narrativas, sonhos e percepções. Assim, o lugar de memória, segundo Nora (1993) ‘são lugares, com efeito, nos três sentidos das palavras, material, simbólico e funcional. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica’. São lugares que estendem uma história regada de cumplicidade, significações, afetividade, pertencimento ou simplesmente de alma.

Os personagens ao comentarem os momentos passados, remontam uma memória que parece quase palpável durante seus relatos. Não são simples lembranças, são memórias que unificam uma identidade entre passado e presente. Eram lugares e costumes que os tornavam pessoas singulares. Para alguns hoje em dia pode parecer um tanto insignificante um café de esquina, um banco de praça com o nome de uma família, uma casa antiga.

Na concepção de Andrade (2008), a interpretação do passado é criada através de um elo entre a voz e a imagem do acontecido. O autor confirma seu pensamento acrescentando

uma declaração de Le Goff (1996, p. 423) quando enfatiza que: “a memória como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A configuração e representação das imagens com o tempo vivido ou imaginado são pertencentes à memória e são poucas vezes exercitados na reconstrução da história do lugar.

Nessa incursão pelo contexto histórico do Crato foi importante notar, tanto na literatura quanto na fala de alguns dos entrevistados, a importância dada à época e a afetividade dedicada aos espaços considerados como lugares únicos e como guardadores das suas mais significativas memórias. “Os lugares de memória e as memórias do lugar se conjugam em busca de instrumentos de reforço da identidade e da singularidade local” (ANDRADE, 2008, p. 570). Tal fato pode ser melhor ilustrado a partir da fala de um dos sujeitos da pesquisa:

A gente fica desgostoso porque não tem a praça que você viu no tempo da sua infância e juventude, com o aspecto daquela época, claro, bem conservada tudo direitinho, jardim bem cuidado e tudo, mas aquele mesmo perfil, aquele mesmo rosto de antigamente, não existe mais (JOSÉ HUBERTO TAVARES DE OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, de lugares, cenários e personagens aqui representados, procurou-se registrar um passado vivido e que ainda está vivo na memória de alguns que refletem o imaginário coletivo de uma época. O passado volta então a povoar as lembranças, trazendo consigo traços de uma identidade perdida ou esquecida, que como Fênix renasce das cinzas o ideário de uma gente que não perdeu suas memórias. As memórias do Crato ainda que adormecidas fazem do Crato um lugar de memórias.

2 OS ANOS DOURADOS¹⁴ E O DESPONTAR DA MODERNIDADE NO CRATO (1950-1970)

Eram os tempos áureos [...] em que a praça atingiu o fulgor de sua existência, a sua fase mais esplendorosa. [...] Da infância a adolescência, desfrutei do ambiente vivo, palpitante e afável que ela, de modo intenso, comunicava a uma geração de jovens da época do seu apogeu e que ainda hoje repercute na vida de muitos de nós
(FRANCISCO PEDRO DE OLIVEIRA)

Em busca de compreender a importância dos aspectos arquitetônicos, culturais e sociais da cidade, percebi que seria necessário, primeiramente, construir um mapa representativo da memória local, buscando entender a dimensão afetiva dos habitantes com o lugar.

Tendo em vista que as sociedades geralmente são compostas por múltiplos grupos sociais, com dialéticas conflitivas e em constante mutação, não pretendo realizar uma reconstrução monodimensional da memória histórica do Crato. No entanto, tomando a Praça Siqueira como espaço representativo desse panorama de mudanças na cidade, utilizei a narrativa oral de personagens que viveram e presenciaram esse cenário de mudanças. O uso de imagens e a representação do espaço vivido também foram instrumentos metodológicos adotados na tentativa de recuperação dessa memória.

Após esse resgate, o segundo passo então seria de descrever esses aspectos através de entrevistas, relatos de vida e depoimentos de determinados moradores e cidadãos locais. Dessa forma, o presente capítulo recorre ao passado através das narrativas de uma geração contemporânea dos Anos Dourados no Crato (1950-1970), período que estabeleceu uma identidade específica para uma parcela da população cratense, principalmente com a Praça Siqueira Campos.

E é nessa direção que o presente capítulo foi construído, a partir de fatos históricos obtidos de documentos e fontes bibliográficas, bem como em entrevistas realizadas com alguns dos protagonistas dessa pesquisa. Os relatos desses protagonistas que são escritores, engraxates, comerciantes, jornalistas, ex-veredores, arquitetos, entre outros, evidenciaram que “é por meio da percepção da memória que o passado se torna presente na oralidade” (ANDRADE, 2008, p. 571).

¹⁴ Anos dourados, expressão baseada no livro *Anos Dourados: Praça Siqueira Campos*, representa um período de modernização capitalista na cidade do Crato.

2.1 A cidade da cultura – Anos Dourados (1950-1970)

Se fosse possível voltar no tempo e chegar ao Crato por volta de 1950 observaríamos um lugar cheio de atrações que enriqueceram o ambiente da cidade de tal forma que atraiu às atenções não só do Cariri, mas de todo o Ceará. Em uma conversa com o escritor e jornalista Jurandy Temóteo¹⁵ sobre os encantos dessa cidade ele relatou que “foi a sua arrebatadora beleza que seduziu os primeiros povoadores. Foi seu encanto que arraigou no solo os índios Cariris, cuja luta para a expulsão, do belo torrão, foi a mais encarniçada”. E ainda continuou dizendo que “os mananciais, os pés-de-serra, o verde até agressivo, desafiando as secas, o clima ameno da Serra do Araripe, a variedade de frutas, as sucessivas paisagens em cada recanto, tudo isso é Crato” (TEMÓTEO, 2013, p. 18).

Para realçar ainda mais esse sentimento saudoso, Francisco Pedro de Oliveira, em seu livro *Alma sertaneja – lembranças*, descreve seus tempos de menino em uma cidade que possuía o sabor de eterna juventude, onde era possível sentir que os sonhos eram coloridos e a essência da vida havia sido instituída, simplesmente, para se viver. O autor narra suas lembranças da seguinte forma:

Vejo o Crato dos velhos tempos, alegre, cheio de luz em todos os recantos. O Crato das praças floridas e da juventude sonhadora. Relembro de seus clubes, colégios e cinemas, onde emoções eram despertadas a todo momento. Dos seus vales férteis com suas matas verdejantes. De sua serra orvalhada a estender-se por todo o horizonte. A todo instante, do lugar mais profundo da alma, vem a tona lembrança de alguma coisa ou fato que, outrora, deu-me prazer e alegria. Sempre fui aficionado por cinema. Era minha diversão preferida. Assisti, nas telas do Cine Moderno, Cassino, Radio Educadora e Radio Araripe a filmes inesquecíveis, musicais vibrantes, cheio de estrelas famosas da era de ouro de Hollywood (OLIVEIRA, 2003, p. 193).

A partir dessa poética descrição, cheia de emoções profundas, percebe-se a essência de rebuscar e extrair das páginas desbotadas do passado momentos que já não existem, pois assim como diz o adágio “recordar é viver”. Vale a pena lembrar daquilo que foi bom, no entanto, é importante chamar a atenção para a alusão que é feita a esses momentos reportando-se a uma classe de pessoas e não ao Crato como um todo. Refere-se aqui a uma elite que vivenciou espaços e momentos que lhe foram caros. Esse saudosismo é, logo, uma característica dessa classe da sociedade cratense da época. Essa sociedade presenciou dias mais calmos, sem agitação e stress. As pessoas tinham mais afinidade, se reuniam nas calçadas para observar o vai-e-vem das ruas, assim como para comentar da vida uns dos outros. Muitos

¹⁵ Jurandy Temóteo é jornalista, professor e editor da revista *A Província*. Recentemente, em 2013, publicou o livro *Anos de Chumbo: O Movimento Político Estudantil e a Ditadura no Crato*.

relatos retrataram também da importância das amplificadoras que diariamente irradiavam suas melodiosas canções para o coração do povo.

Esse cenário revela uma época de pura magia para essa elite, um período em que o Crato vivia seus Anos Dourados. Nessa época, alguns lugares e espaços dinamizaram o panorama cultural da cidade como a tradicional Exposição Agropecuária (atual Expo-Crato), o moderno Estádio do Mirandão, a quadra Bicentenária e a sua fase áurea dos jogos de futebol de salão, a Radio Educadora e Araripe, o Crato Tênis Clube, palco de shows e apresentações inesquecíveis, a AABB e os Clubes Recreativos, a Faculdade de Filosofia que serviu de base para a organização da Universidade Regional do Cariri (URCA). E sem esquecer-se do teatro, do cinema, do Museu Vicente Leite e Museu Histórico Figueiredo Filho. Esses espaços e lugares solidificaram a cidade como a conhecida “Princesa do Cariri”, combinação ímpar de belezas naturais com história.

Uma cidade que desde muito cedo despertou para o estudo, para as artes e para as letras, possui um espírito que dinamiza o panorama cultural da região. Assim, é fácil justificar porque ela leva esse precioso título de Capital da Cultura. Foi considerada, por longo tempo, como centro cultural do Cariri, pela manutenção das tradições urbanas de uma cultura elitista, que são fortes instrumentos para revigorar e fortalecer o diálogo cultural.

A revista *A Província*, em 2006, publicou um artigo de Laudicia Holanda confirmando ainda que o cenário cultural do Ceará deve muito ao Crato e sua gente. Diz também que “as primeiras editoras, os primeiros periódicos, durante décadas, desenharam um perfil cultural dessa cidade caririense” (*id. ibid.*, p. 122). No entanto, o perfil cultural do Crato vai além de publicações e interesses literários.

Em 1982, sob a direção de Jurandy Temóteo e Jackson Oliveira Bantim, foi feito um levantamento cultural da cidade onde foram destacados alguns pontos de extrema importância para o crescimento e fundamentação da cultura na cidade. Entre eles vale ressaltar: as faculdades de Direito, Economia e Filosofia como patrimônio vivo do ensino superior no interior cearense; a Escola Agrotécnica Federal do Ceará representando o ensino profissionalizante e suas formas supletivas de desenvolvimento pelo SESC, SESI, SENAI e Fundação Padre Ibiapina, onde cursos intensivos e treinamentos habilitavam muitos jovens para o mercado de trabalho; a Sociedade de Cultura Artística do Crato, fundada em 1950, que, ocupando um lugar privilegiado no cenário das artes, trouxe grandes contribuições para a cidade através de escolas de música, pintura, dança, artes plásticas, sem esquecer-se do coral; além dos museus, cinemas, bibliotecas, centros de exposições de artes plásticas e o rico e diversificado artesanato, com elevado padrão de qualidade.

A Sociedade Lírica do Belmonte (SOLIBEL) é outro exemplo clássico de propagar-se a arte pela música produzida pela escola de música, a orquestra filarmônica, a orquestra de cordas, a banda e o coral de quatro vozes. Como iniciativa a Solibel foi fundada desde 1967, no distrito Belmonte, a primeira escola de música erudita rural do Brasil, denominada Escola de Educação Artística Heitor Villa-Lobos, tendo como meta resgatar a preservação e valorização das manifestações culturais de um povo, que é um fator imprescindível no reconhecimento da sua própria identidade (NASCIMENTO, 2013). Ela foi criada pelo Monsenhor Ágio Augusto Moreira (Figura 6) com o intuito de promover uma educação musical acessível e inteiramente gratuita para os meninos e meninas da zona rural, filhos e filhas de camponeses do Belmonte. Sem fins lucrativos, sem interferência de poder público ou exigência burocrática a escola trouxe a música clássica ao homem do campo e preservou, de maneira surpreendente, a memória musical do Cariri Cearense.

Figura 6 – Padre Ágio e seus alunos na SOLIBEL



Fonte: Memória Histórica do Crato. Acesso em: 05 nov. 2013.
Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Mem%C3%B3ria-Hist%C3%B3rica-do-Crato/292529590877963?ref=profile>>

Em seu livro *História de uma Escola Rural – Caderno I – Um sonho realizado*, o Padre Ágio relata que começou a sonhar e pensar em um trabalho rural de forma que trouxesse o evangelho através do cultivo de talentos, através da arte. E ainda revela que sua intenção era de educar jovens pela música até que eles tivessem a “capacidade de aprender e se promover, depois que cada um tivesse consciência de seus talentos, de seus dotes e dar o primeiro passo do desenvolvimento, eles poderiam bater asas e voar” (GALDINO, 2013, p. 23). A SOLIBEL, nos últimos anos, tem presidido o Festival Internacional de Cordas Ágio, trazendo excelentes contribuições culturais, não só para a cidade do Crato como para todo o Cariri.

Todas as atividades culturais mencionadas foram destacadas para melhor compreender o porquê do Crato, uma cidade no interior do Ceará, veio a ser considerada a Capital da Cultura. Quanto a isso, Huberto Cabral¹⁶, um de nossos entrevistados, relata que:

O Crato é considerado por Lei Estadual como Capital da Cultura. A cultura, assim como a arte sempre tem suas fases de ascendência e decadência, mas aqui no Crato nós temos vivido vários momentos de ascensão da nossa cultura. Basta eu dizer que em 1875, quando foi fundado o Seminário São José do Crato, ele já tinha ensino superior de Filosofia e Teologia. A primeira escola de ensino superior do interior do Nordeste foi o Seminário. Daí você vê o pioneirismo e a tradição. Depois vieram os outros colégios. Anexo ao Seminário São José tinha o Colégio Diocesano São José, [...] atual colégio Diocesano. De um lado era Seminário e do outro era Diocesano na parte civil da cidade, depois outros colégios. O colégio Diocesano, o Santa Tereza e a Escola Técnica, são os três mais tradicionais porque contribuíram e continuam a contribuir para a educação, para a cultura e desenvolvimento intelectual da nossa região. Depois vieram demais colégios, como outras entidades com um cunho cultural artístico, como a Sociedade Cultural e Artística do Crato, como a Sociedade Lírica do Belmonte, como a escola de música e outras entidades de caráter cultural e artístico. Tudo isso se justifica na sua luta para a preservação da nossa memória, da nossa cultura e para manter esse logotipo de capital da cultura (HUBERTO CABRAL, 2013).

Esse logotipo de ‘capital da cultura’, como acentua Cabral, faz parte de uma forte tradição alimentada por uma classe de pessoas e acabou promovendo esse investimento artístico/educativo. É possível afirmar também que um forte aspecto do progresso social do Crato foi devido ao perfil de uma classe elitista de possuir essa cultura letrada e artística. Alguns membros do Instituto Cultural do Cariri concordam com Cabral quando dizem que o Seminário São José, instalado em 1875, foi um ícone natural na inclinação do Crato às conquistas culturais. No entanto, alguns acadêmicos do Instituto não estavam satisfeitos apenas com o estudo das letras e das artes, eles se dedicaram a proclamar o progresso e se esforçaram para afastar qualquer sinal que denunciasse o atraso da cidade (VIANA, 2009).

Quando Cabral afirma que “O Crato é considerado por Lei Estadual como Capital da Cultura” é importante destacar essa foi uma lei mutável onde cada cidade seria eleita por ano. O funcionário da Secretária de Cultura, João do Crato¹⁷, melhor explica esse contexto:

Era uma lei que dava esse título a capital, mas que era mutável. O Crato foi um ano, depois já seria outra cidade. E como o Crato já tinha uma tradição de cidade da cultura, aí talvez tenha sido a primeira que ganhou o título, depois esse título ia migrar para outra cidade. Mas ainda hoje as pessoas acreditam que ela é (JOÃO DO CRATO, 2013).

¹⁶ Francisco Huberto Esmeraldo Cabral, jornalista, apresentador, radialista, cerimonialista e escritor. Pode-se dizer que aos 75 é uma testemunha ocular de inesquecíveis momentos vividos pelo Crato e pela região.

¹⁷ João Ulisses Filho (João do Crato) é cantor, educador popular e funcionário da Secretaria de Cultura, além de ser um militante fervoroso das causas ecológicas, culturais, sociais e humanísticas.

Mesmo sendo eleita Capital da Cultura por apenas um ano, essa forte tradição que ainda impera no coração de alguns cratenses mantém viva a chama da esperança de que sua terra é considerada um grande centro cultural.

Outro entrevistado, o escritor e arquiteto Waldermar Arrais¹⁸, apresenta uma visão singular do jovem cratense nos anos de 1960 e 1970, onde a cultura fazia parte do seu cotidiano:

O Crato tem uma essência cultural muito grande, principalmente da década de 60 e 70, onde a cultura era incentivada. Os jovens participavam, tinham funções de artes plásticas e também no cinema. Então a questão da cultura era algo bem produtivo, onde os jovens atuavam. Hoje em dia a juventude não está muito ligada em cultura não. Eu vivi minha adolescência na década de 70, e no início de 80 eu saí daqui para estudar fora. Voltei de férias nos anos 80 e depois fui estudar Arquitetura e fazer o Mestrado em João Pessoa. Voltei pra cá em 95, e estou aqui desde 95. Mas quando eu era estudante aqui do Colégio Diocesano a cultura era bem movimentada, de uma maneira geral no Cariri inteiro (WALDEMAR ARRAIS FILHO, 2013).

Waldemar nos relata um pouco da essência cultural e o cotidiano dos jovens, apresentando sua própria experiência como jovem que viveu nesse período. Enquanto Waldemar mostra a cultura como parte do contexto cratense desde cedo, Nivaldo¹⁹ traz um pouco do processo de povoamento e ocupação, expondo sua economia, aspectos financeiros, diferenciando-a das outras cidades do Nordeste:

O Crato tem uma característica diferente das demais cidades em relação a outras cidades do Nordeste, em relação ao seu povoamento, pioneirismo e da riqueza que ela já foi detentora. É uma sociedade que foi construída com senhores de engenho. Uma área com uma riqueza natural muito grande, o que possibilitou exatamente o desenvolvimento do setor agropecuário, que toda a base socioeconômica da época era em cima da agropecuária, e criou-se uma classe dominante, com boas condições financeiras (NIVALDO SOARES DE ALMEIDA, 2013)

Percebe-se que Nivaldo justifica o progresso urbano do Crato e seu desenvolvimento socioeconômico ao processo de povoamento, pioneirismo e pela cidade ter sido detentora das riquezas da região por tanto tempo. Os historiadores do Instituto Cultural do Cariri (ICC) confirmam esse comentário quando dizem que o Crato já era ponto de civilidade desde 1850 “quando se fundou a imprensa (1855), quando se construíram cemitério, mercado público, enfim, quando novos hábitos comportamentais teriam sido introduzidos na cidade contribuindo

¹⁸ Waldermar Arrais de Farias Filho nasceu na cidade do Crato. Graduiu-se em Engenharia Civil pela UNIFOR, em 1985, e em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB, em 1995. Obteve título de mestre em Administração de Empresas pela UFPB, em 1994. Autor do livro *Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)* e membro itinerante do ICC.

¹⁹ Nivaldo Soares de Almeida é Engenheiro Agrônomo e mestre em Desenvolvimento Regional pela URCA. Foi Secretário de Agricultura Pecuária e Recursos Hídricos do Município de Crato e Secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano do Município de Crato. Atualmente é Secretário Executivo do Geopark Araripe.

para uma moralização do Crato e para o despontar da civilização” (FIGUEIREDO FILHO, 1968 *apud* VIANA, 2009, p. 2).

2.2 O Instituto Cultural do Cariri

Outro fator interessante que merece destaque é a criação da Sub-região do Cariri na década de 1950, sendo o Crato uma cidade destaque. Porém, Juazeiro logo ocupa esse lugar de destaque, devido principalmente ao seu rápido crescimento urbano e econômico. Nesse período, tendo em vista inúmeros projetos e sonhos, líderes e políticos do Crato resolveram instituir o Instituto Cultural do Cariri (ICC). O atual diretor e coordenador do Instituto José Huberto Tavares de Oliveira, mais conhecido como Bebeto²⁰, nos esclarece detalhadamente o seu processo de fundação:

O ICC nasceu durante as comemorações do Centenário de elevação do Crato a cidade. Naquela época, o Rotary Club do Crato era uma associação que estava sendo criada e quase aquelas mesmas pessoas que fundaram o instituto faziam parte do Rotary. [...] As vezes eu comparo o Raimundo Girão com o Martins Filho: O Martins Filho foi a Fortaleza e voltou criando Universidades, e o Raimundo Girão penetrou no interior, vindo de Fortaleza, criando Rotarys. Então, durante as comemorações do centenário do Crato, o Raimundo Girão esteve reunido com essa pleia de jovens daquela época [...], e os principais fundadores foram: Irineu Pinheiro, J. de Figueiredo Filho, Padre Antônio Gomes, Dr. Jorge também foi um dos precursores, e ainda hoje ainda temos o Lindembergue de Aquino e o José de Paula Bantim, Dr. Raimundo Borges. O Instituto difundiu, traçou seus objetivos, fez seu estatuto. [...] Logo depois de um ano de fundação o Instituto criou a sua Revista *Itaytera*²¹ que foi um marco na evolução cultural do Crato, mas nós temos outros lugares que também fizeram uma cultura diferente, por exemplo, as praças do Crato, a Praça da Estação, a Praça da Sé, a Praça Siqueira Campos, foram pontos de encontro daquela juventude de outrora (BEBETO, 2013).

O investimento sociocultural e intelectual por parte de Martins Filho e Raimundo Girão contribuiu para a valorização da região promovendo sua ascensão à Sub-região do Cariri. Assim, a criação dos Rotarys²² e das Universidades trouxe um novo olhar sobre o Cariri, não

²⁰ José Huberto Tavares de Oliveira, atual diretor e coordenador do Instituto Cultural do Cariri. Vereador do Crato no período de 2001 a 2004.

²¹ “A revista *Itaytera* foi uma publicação anual do Instituto Cultural do Cariri que, entre os anos de 1955 e 2000, publicou textos que se diziam destinados a registrar a produção cultural da região, especialmente na área da história, cuja marca, no entanto, evidenciava a cidade do Crato como impulsionadora do “engrandecimento” regional. Sobretudo nas duas primeiras décadas de existência, a intenção dessa revista era “provar” ao leitor que *desde sempre* o Crato, “pelas suas reservas acumuladas em duras pelepas cívicas e sacrifícios” (VIANA, 2011, p. 38).

²² Rotary é um Clube de Profissionais que congrega líderes das comunidades em que vivem ou atuam, fomentando um elevado padrão de ética ajudando a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo, e que prestam serviços voluntários não remunerados em favor da sociedade como um todo ou beneficiando em casos específicos, pessoas necessitadas ou entidades que atuam também em favor de desamparados. Fundado por

mais apenas como uma região de sertanejos, mas de jovens com capacidades amplas para o desenvolvimento de diversas habilidades. Cabral complementa o relato de Bebeto:

O ICC foi fundado 4 de outubro de 1953, no ano da festa do Centenário da cidade de Crato, e a posse da primeira diretoria ocorreu na semana do Centenário. [...] Ele fez agora 60 anos de sua fundação. [...] Também, em 1955, fundou a revista *Itaytera* que é o órgão oficial do Instituto. A Província foi no Centenário do Crato, fazendo agora 60 anos. Instituto Cultural do Cariri dispõe da sua sede própria na Praça Filemon Teles, em frente ao Parque de Exposição, com seu auditório, com seu Museu do Som e da Imagem, com seu projeto Soldadinho do Araripe, com a Biblioteca Antônio de Alencar Araripe, e outros departamentos. É uma entidade internacionalmente conhecida porque é uma das maiores fontes de pesquisa. Foi criado para a propagação da nossa cultura, arte, preservar a memória [...] Os melhores livros do Cariri foram lançados pelo Instituto, através dos seus fundadores, historiadores, intelectuais (HUBERTO CABRAL, 2013).

Enquanto Bebeto descreve a importância educacional do Instituto, Cabral o descreve como uma ferramenta de exposição da arte e cultura do Cariri. É importante também lembrar que *A Província*, criada em 1954, dá início ao cunho jornalístico de reportagens que arremetem os feitos culturais da região. Já *Itaytera*, instituída em 1955, sendo a revista oficial do ICC dá seguimento ao modelo de reportagens da revista *A Província* e que segundo Cabral foi criada “para a propagação da nossa cultura, arte, preservar a memória”.

“Sobre o ICC? [...] Ele é um órgão que tenta preservar nossa cultura [...], é um órgão importante para a preservação dessa identidade cultural que a gente tem. Por mais que seja pontual ele ainda exerce essa função de preservação cultural” (WALDEMAR ARRAIS FILHO, 2013).

Diante dos comentários de Waldemar, Cabral e Bebeto pode-se concluir que a partir da criação do ICC surgiu um lugar institucional destinado à preservação da história e da memória local. Vale também mencionar a ênfase dada por Waldemar na importância do ICC para a preservação da cultura, pois trata-se de um lugar que foi buscar no passado a justificativa para qual se propôs, que seria “traçar um perfil para a cidade do Crato que fosse capaz de garantir uma identidade própria” (VIANA, 2011, p. 36).

Percebi que para Viana (2011) o real propósito do ICC era traçar um perfil que garantisse a formação dessa identidade estabelecida pelo próprio ICC. Ouvi da maioria dos entrevistados a importância do Instituto para a preservação da cultura e memória, o que não deixa de ser verdade, no entanto, histórias foram aumentadas e tradições supervalorizadas na formação de uma identidade que servissem de escudo e espelho para um futuro incerto. Paulo

Fuíscia²³, ainda confirmando esse pensamento do enaltecimento do Crato pelo ICC como cidade da cultura, diz que:

Esse título foi criado na década de 50 para enaltecer o Crato como uma cidade elitista, intelectual, que tinha esse arcabouço cultural. Era dito que ela se

²³ Paulo Fuíscia – Escritor, amante da cultura no Cariri e funcionário da Secretaria da Cultura.

diferenciaria de outras cidades, no entanto, foi o ICC que criou, para preservar e destacar o Crato das outras cidades como uma cidade erudita, culta, voltada para uma pequena classe (PAULO FUÍSCA, 2013).

Percebi que essa ideia gloriosa a respeito da Cidade da Cultura através dos relatos que ouvi até então, criaram em mim uma visão do Crato como cidade modelo, especialmente nas décadas de 1950-1970. No entanto, a partir das entrevistas com João do Crato e com Paulo Fuísca, vi a importância de realizar uma reflexão sobre a real estrutura e funcionamento do ICC. Encontrei nas palavras de Viana (2011, p. 38) a explicação para o exagerado enaltecimento do ICC sobre a cidade, trazendo luz e compreensão aos relatos anteriores:

Por tal diagnóstico, o Crato tinha considerável importância na vida política do Brasil porque, desde ‘os remotos fins do século XVII até 17 de outubro de 1853’, teve uma destacada participação nos movimentos republicanos, o que demonstrava, segundo esse pensamento, seu caráter de ‘cidade atuante e civilizada’. Sendo assim, parecia óbvio aos membros do ICC que, *desde sempre* a cidade do Crato tinha levado a *civilização* para as demais cidades da região do Cariri e para o Ceará como um todo. Seu *progresso*, portanto, poderia ser considerado como consequência de sua própria história. Assim, acreditava-se haver razões suficientes para que o Instituto Cultural do Cariri se dispusesse a enaltecer o passado, narrando ‘numa feliz síntese histórica’ toda a herança legada pelos ‘seus heróicos filhos’ (grifos do autor).

O autor revela as reais intenções do ICC, transformar o Crato em um antro cultural, uma cidade modelo para região do Cariri, estado do Ceará e o Brasil. E não conseguindo seu intento através do seu traçado histórico, dissemina uma ideia alterada, partindo do pressuposto intelectual que a cidade tinha, expandiu-se ideais exacerbados. Essa supervalorização interiorana trouxe uma visão além da realidade, pode-se dizer que seu intento era nobre, suas aspirações alcançaram o patamar durante os Anos Dourados, porém, não foi dado continuidade a esse propósito.

Esse tão esperado despontar do desenvolvimento era a tônica dos discursos, conversas e preocupações dos intelectuais e dirigentes da cidade. Havia grande interesse em elevar a imagem do Crato no Cariri, que, pela construção do seu passado e atual grau de estabilidade socioeconômica e cultural, ela naturalmente se sobreporia às outras cidades da região. O professor da renomada Universidade Regional do Cariri (URCA), José Ítalo Bezerra Viana²⁴ toma como exemplo “a célebre polêmica travada entre os jornais *Correio do Cariri*, do Crato, e *O Rebate*, de Juazeiro que se digladiavam para defender interesses de cada cidade” (VIANA, 2009, p. 2).

²⁴ Artigo Orgulhosa(mente) Cratense: O Instituto Cultural do Cariri e o Pensamento Intelectual sobre a Cidade. (CRATO: 1950-1960) apresentado no XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA em Fortaleza (2009).

2.3 Crato e Juazeiro do Norte na luta pela hegemonia da Região

Nesse contexto de ascensão cultural e, consequentemente, de desenvolvimento da cidade, é interessante enfatizar a rivalidade que surgiu entre Juazeiro e Crato, duas cidades vizinhas que lutaram por alguns anos pela hegemonia cultural da região. Cortez (2000) comenta que o período que vai de 1889 a 1960 marcou a construção do Crato como a “cidade da cultura”, sendo então considerada uma cidade civilizada e culta. No entanto, o fenômeno religioso e social que eclodiu em Juazeiro, em torno dos milagres de Padre Cícero acrescentou novos elementos a essa construção cultural e religiosa. Cortez (2000, p. 65) ainda diz que:

Podemos afirmar que somente a partir daquele fenômeno houve um forte investimento estrategicamente orientado no plano discursivo e no plano das ações, no sentido de marcar uma distinção social e uma superioridade do Crato, por parte dos intelectuais e políticos cratenses, que doravante passaremos a denominar ‘especialistas da produção cultural’ do Crato como ‘cidade da cultura’.

Assim, percebe-se que essa distinção foi ancorada a partir da reivindicação do reconhecimento de que o Crato era detentor de um capital cultural identificado com condutas artísticas e possuir de uma classe burguesa com alto grau de instrução acadêmica. “A partir de então, Juazeiro passa a ser vista como um antro de fanáticos, diferente de Crato que crescia à luz da razão” (VIANA, 2009, p. 3). No ano de 1993, a revista *A Província* apresenta o artigo *O Milagre Juazeiro*, onde o autor Francisco Vasconcellos revela muito bem a diferença entre as duas cidades, após um apurado estudo da etno-sociologia e história da região:

Crato é o burgo tradicional, a cabeça da velha e enorme Comarca, o centro irradiador da cultura do vale do Cariri e de grande parte do Ceará, a praça forte nas revoluções de 1817 e 1824, o embrião universitário da zona meridional cearense. Crato é a sede do bispado, é o Instituto Cultural do Cariri, é o padrão de ensino no sul do sertão. É a pujança açucareira nos brejos e pés de serra, é toda uma sociedade estratificada, através dos veteranos troncos que ali se enraizaram a partir de intimoratos conquistadores vindos principalmente da Bahia e Pernambuco.

Juazeiro é a cidade emergente, forasteira, adventícia, pedaço de Alagoas, de Pernambuco, de Paraíba, de Rio Grande do Norte, cercado por todos os lados. É o mito do Padre Cícero que empurra a urbe pra frente, que acelera o seu processo desordenado, febril, trepidante, que rege os movimentos de um povo que não para de sair e de chegar, de uma gente permanentemente em trânsito. Juazeiro é como Nilópolis, no estado do Rio de Janeiro: é burgo eminentemente urbano, falto de zona rural. Tirante os membros de duas famílias tradicionais caririenses, os Sobreira e os Bezerra de Menezes, o grosso de sua população é constituído de romeiros, estabelecidos, radicados ou meteóricos, de gente simples e desvalida, sem origem e sem genealogia conhecida, pobres desvalidos e ignorantes oriundos do Nordeste agrário e pastoril, viventes nascidos e criados no obscurantismo, na semiescravidão imposta pelos senhores medievais. [...] Juazeiro do Norte é em síntese o Padre Cícero, que conseguiu que a urbe crescesse muito mais depois de sua morte ocorrida em 1934, que durante todo o processo de sua formação auspiciada pelo padre a partir do ‘milagre’ ocorrido no alvorecer da República (REVISTA A PROVÍNCIA, 1993, p. 40-41).

Nesse processo de comparação percebe-se que, de acordo com as narrações consultadas, a apreciação deles é de que o Crato estava envolto de tradições gloriosas e famílias nobres, em contraste com Juazeiro que cresceu às custas de romeiros e foi povoada por gente simples e forasteiros. No entanto, à medida que Juazeiro crescia a passos largos, tanto econômica como demograficamente, especialmente na segunda metade do século XX, Crato foi perdendo aos poucos sua hegemonia política e econômica. Assim, lhe restava um passado histórico que foi usado para sublinhar a superioridade do Crato em relação ao Juazeiro. Foram então sendo construídos discursos e práticas sociais que alimentavam as rivalidades entre as cidades vizinhas, onde uma era representada como *cidade da fé* e a outra como *cidade da cultura* (VIANA, 2011).

A historiadora Otonite Cortez²⁵ desenvolveu uma pesquisa sobre o movimento de construção do Crato como “cidade da cultura” entre 1889 e 1960, e chegou à conclusão de que tais rivalidades tinham origem especialmente nos *fenômenos extraordinários*, “quando a hóstia ministrada pelo Padre Cícero Romão Batista teria se transformado em sangue na boca da Beata Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo” (VIANA, 2011, p. 18). Ainda em conformidade com a concepção de Otonite “foi somente a partir daquele fenômeno do Padre Cícero, de Juazeiro do Norte, que os cratenses passaram a tornar o Crato a cidade da cultura” (CORTEZ, 2000, p. 65).

É interessante notar que mesmo passados mais de meio século em relação à questão religiosa de Juazeiro do Norte, as rivalidades entre os moradores das duas cidades ainda existem. Sendo que os moradores do Crato, muitas vezes, buscaram a partir do seu passado glorioso, construir uma imagem de cidade desde sempre adiantada, trazendo a modernidade urbana para uma cidade tradicionalmente rural e com forte identidade regional ainda apoiada no campo (VIANA, 2011).

Vale salientar que essas estratégias de resgate do passado remontam o esforço de construir uma identidade cratense sublinhada de superioridade em relação à outras cidade do estado e principalmente à Juazeiro. Nota-se que foi um esforço compensador, pois mesmo não alcançando todos os estratos sociais, pode-se inferir que houve uma recepção compatível, inculcando assim uma marca na identidade cratense. Observei claramente esse fato na fala da maioria dos entrevistados.

²⁵ A Dr^a. Antonia Otonite de Oliveira Cortez, atual Reitora da Universidade Regional do Cariri (URCA), analisou o movimento de construção do Crato como “cidade da cultura” (1889-1960) e publicou sua pesquisa no Rio de Janeiro em 2000.

2.4 Modernizadores do Crato: uma cidade especial, “adiantada”²⁶, pioneira

A partir da compreensão de que a busca pela modernidade têm como principal característica o desenvolvimento urbano e comercial, fica claro o interesse do ICC de elevar a imagem da cidade no Cariri utilizando um cenário simbólico para estimular, salientar e confirmar o prestígio do Crato. Porém, esse novo olhar sobre os objetivos do ICC em enaltecer o passado não pode desvalorizar a sua grande participação no progresso e modernização da cidade.

Cabe então reconhecer as ações que foram empreendidas para a valorização e resgate das memórias, como por exemplo, a fundação de academias, assim como a criação do Museu Vicente Leite (1970), a valorização da cultura letrada também se destacou na criação da Faculdade de Filosofia (1959) e a Faculdade de Direito (1973). Sobre a influência do Seminário Diocesano na formação de pensadores e teólogos, Holanda (2006, p. 126) acrescenta:

Quantas gerações de jovens se beneficiaram dos conhecimentos ali produzidos. O gosto pela música e instrumentos musicais. O gosto e o apuro do ensino das línguas e linguagens. Nos anos cinquenta e sessenta os seminaristas falavam em italiano entre si e com os professores; conheciam o latim, desenvolviam uma cultura de alto nível.

Percebe-se a contribuição desse esforço no cultivo do auto-reconhecimento dos cratenses como um povo culto e civilizado, como também na ampliação da capacidade intelectual da região do Cariri. Esse tema modernizador estimulou a formação da Radio Educadora que surgiu predicando “a difusão do útil, do bem e da verdade”. É perfeitamente perceptível que o processo de criação da Universidade Regional do Cariri em 1987 também produziu, ainda mais, nos cratenses, essa representação da superioridade (REVISTA A PROVÍNCIA, 2013, p. 106).

Viana (2009, p. 2) também manifesta que o tema “‘moderno’ era a tônica dos discursos dos intelectuais que se punham a vociferar e urgir pela promoção da modernidade no espaço urbano”, buscando assim promover um alto grau de civilidade e tradição no passado, e que o Crato naturalmente se sobreporia aos outros lugares da região.

Porém, o Professor Dr. Fábio José C. de Queiroz, autor do artigo *Os empresários “modernizadores” do Crajubar às vésperas do golpe de Estado: a transição econômica e social* publicado na revista *A Província* (2013), mostra que por volta de 1950 e 1960, a

²⁶ É importante esclarecer que a cidade do Crato era considerada adiantada em relação às outras cidades de seu entorno e não estava no páreo com as grandes capitais.

economia regional girava em torno da “agricultura e de outras formas rudimentares de organização econômica, dentre as quais as oficinas, um artesanato tradicionalíssimo” e que estavam em “desproporção com o desenvolvimento do país” (REVISTA A PROVÍNCIA, 2013, p. 107).

A partir daí, foram sendo incrementados esforços para a incorporação de uma “mentalidade capitalista”, ainda que primária, com o propósito de introduzir pouco a pouco os homens de negócios da região, refletindo em tons meridianos a mudanças que começavam a operar.

Vale ressaltar que dentro dessa perspectiva de desenvolvimento da região, grande parte da classe dominante local identificou modernização como industrialização. Entre todas as cidades do Cariri, essa “vocação” industrializante funcionou muito bem em Juazeiro do Norte. Utilizando a terminologia de Karl Marx, no fim de 1950 e ao longo da década seguinte, os grandes proprietários de terra e comerciantes de Juazeiro “fizeram a transmigração de sua alma campestre-mercantil para o purgatório urbano industrial” (REVISTA A PROVÍNCIA, 2013, p. 110). Destaco ainda que essa burguesia industrial não foi consolidada no Crato já que sua estrutura dinâmica e populacional eram bem diferentes de Juazeiro.

Assim, diante das diferentes concepções da construção de um povir progressista, o Crato tornava visíveis os “sinais” dessa modernidade, uma vez que possuía uma infra-estrutura condizente com o que os acadêmicos crêem serem as exigências da civilização moderna (VIANA, 2009). Figueiredo Filho e Pinheiro (1953 *apud* VIANA, 2009, p. 64) descrevem esse período de maneira bem sentimental:

A cidade do Crato, berço de tradições gloriosas, progressista e airosa tem um quê que atrai logo as simpatias [...]. Parece uma capital em miniatura. Com 100 anos de cidade e quase 200 de município, é mais jovem e faceira do que muitas localidades que nasceram ontem [...].

Percebe-se uma irrecusável empatia mesmo diante do envolvimento na execução dos projetos de modernização da cidade, uma certa associação entre o progresso material com o progresso sentimental. Porém, essa noção de progresso, liderada pelo ICC, visava também o “surgimento de novos equipamentos urbanos que, por consequência, devia marchar adiante novas sensibilidades, florescendo nos costumes” (VIANA, 2009, p. 3). Confirmando ainda mais essa visão catalisadora de modernidade, Viana (2009, p. 3) afirma que:

Operava-se a tentativa de construir uma cidade totalmente moderna, em favor de uma nova cultura associada também à noção de intelectualidade. Indício, é que o elegante edifício do Crato Tênis Clube com ‘uma construção típica e adequada ao

nosso meio e nossos costumes’, se investiu de espaços letrados a ponto de haver ali uma biblioteca, como forma a endossar pelo primado da inteligência a conquista da modernidade.

É possível notar que a expressão “tentativa de construir uma cidade totalmente moderna” salienta a busca dos intelectuais pela meta contemporânea, sem perder, no entanto, seus costumes e tradições. Nesse caso, percebe-se a necessidade de uma ação estratégica que venha garantir essa identidade, sustentando assim o “primado da inteligência a conquista da modernidade”, a memória do Crato como *cidade da cultura*.

Diante desse cenário que coloca o Crato como uma cidade na busca pela conquista da modernidade, é importante compreender o conceito de modernidade. Chacon considera que “a modernidade inspira o imaginário das sociedades de diferentes modos, conforme sua formação histórica.” Cotidianamente, são usados os termos modernidade ou moderno de forma dicotômica, como o contrário do tradicional, a superação do atraso, o oposto do velho, no entanto, “a ideia de tempo que passa despercebida nos debates cotidianos é a chave para o real significado da modernidade” (CHACON, 2007, p. 72). Dessa forma, entende-se modernidade como uma atitude e não apenas como um momento histórico:

O movimento de modernização começa a acontecer quando uma parcela significativa de um grupo põe em prática uma atitude crítica, que questiona o que está posto até então. Ou seja, a modernidade se instaura quando os valores e a organização cultural e social são questionados e se gestam novos valores, que se contrapõe aos antigos. Assim, é preciso identificar o que caracteriza o tradicional, para que se perceba o que significa a modernidade em um dado momento (*id ibid.*).

A partir daí é possível notar que a modernidade é reproduzida ao longo de um processo que se renova, dependendo diretamente da história dessa sociedade, seu momento histórico e as forças que podem dificultar ou não essas mudanças. Percebe-se então que o Crato, mesmo estando inserido no período histórico considerado moderno, estava em busca da modernidade, ou seja, em busca das inovações que considerava caracterizar a modernidade, *novos valores que se contrapõe aos antigos*.

2.5 Praça Siqueira Campos: o coração da cidade

É interessante relatar que em setembro de 2013, apresentei no XXIX Congresso Latino Americano de Sociologia em Santiago – Chile, um artigo que discorria sobre a relação entre a Praça Siqueira Campos e a identidade do povo cratense. Durante a apresentação

surgiram alguns questionamentos como: Que histórias ocorreram ali? Porque a praça é tão importante? Porque a praça criou essa relação de vínculo entre o povo cratense?

A partir de tais indagações procurei incluir no roteiro das entrevistas questões que me levassem a um maior entendimento sobre a importância da Praça Siqueira Campos para a presente discussão.

Foi recorrente na fala dos entrevistados a ideia de que a Praça Siqueira Campos era considerada como o coração da cidade, o ponto de encontro para onde convergiam as atenções da sociedade. Em seu entorno podia-se encontrar cinemas como o Cine Cassino e o Cine Moderno, o Café Líder, a Sorveteria Bantim e algumas lojas. A praça era “além da coqueluche, o centro da moda e o local de encontro dos brotos do lugar [...]. Enfim, ela, à noite, era o ponto chique de todo o Cariri” (BATISTA, 2009, p. 17)²⁷.

Tais aspectos são tão vívidos na memória dos entrevistados que fazem menção em suas falas até mesmo ao período do surgimento da praça e seus principais fundadores. Isso pode ser visto nessa narrativa de Huberto Cabral (2013):

O início da cidade, o local da PSC hoje foi primeiro um dos cemitérios do Crato. Depois foi construída a Capela de São Vicente. Houve um evento religioso, manifestação popular, uma festa profana no local, aí o Bispo de Fortaleza mandou fechar a Capela. Ela foi destruída e construída a atual. Então, a Siqueira Campos foi inaugurada em 13-12-1917 pelo prefeito Coronel de Teles.

Em cada detalhe explicitado na fala de Cabral percebe-se sua paixão não só pela cidade, mas por todos os fatos históricos que construíram a memória desta. Cabral menciona ainda que o nome Siqueira Campos foi dado a Praça em homenagem a um empresário do Cariri: Manoel Siqueira Campos, segundo ele, um grande benfeitor do Crato. Nesse sentido, Batista (2009, p. 7) acrescenta: “A praça lembra, sobretudo, o seu patrono, Siqueira Campos, um comerciante que trouxe o primeiro automóvel para o Crato e, durante a seca de 1932, deu emprego aos pobres, mandando pavimentar, por conta própria, a rua Dr. João Pessoa”.

Tanto na fala dos entrevistados como na literatura sobre a praça, demonstra-se que ela se tornou símbolo do Crato “testemunha de juras de amor eterno e palco de encontros e desencontros amorosos, a praça foi sempre uma espécie de relicário das mais fortes lembranças do Crato” (BATISTA, 2009, p. 7). Tal fato pode ser retratado também na fala de um dos entrevistados:

²⁷ Eleonora Albuquerque Batista foi a organizadora do livro *Anos Dourados: Praça Siqueira Campos*, com a colaboração de 25 pessoas. O livro reconstrói os cenários da Praça na década de 1960 como palco de encontros e desencontros, histórias povoadas de memórias e de lembranças que marcaram a vida de muitos cratenses que viveram aquela época.

[...] A Praça Siqueira Campos se destacou como um ponto de encontro maior. Além de ser bem no centro do Crato era uma praça pequena onde todo mundo se via. E era gostoso ficar na Praça Siqueira Campos, eu era rapaz e ia pra Siqueira Campos, e no lado de fora, na beirada da calçada ficavam todos os rapazes, os bloquinhos de três, quatro, dois. E as moças ficavam desfilando, às vezes de dupla, de braços dados, arrodando a praça. E isso várias vezes, de 6h da noite às 9h da noite. E a gente ficava observando aquele carrossel de moças lindas desfilando e a gente aproveitava. Dali saíam os encontros amorosos [...] (BEBETO, 2013).

O relato de Beбето se repete na fala de quase todos os entrevistados, bem como está muito presente nas narrativas sobre a praça esboçada por Batista (2009). Nesse contexto, citamos a fala de Raimundo Noronhas de Oliveira sobre esse período, retratando-a também como espaço de encontros.

De princípio ficávamos a observar as moças volteando com os rapazes a disputar seus olhares, prevalecendo uma religiosidade aristocrática. Naquele ambiente, principalmente aos domingos, quando se usava o terno com gravata, o jovem ganhava condições de realizar o tradicional ‘encosto’, quando a moça ao desfilar com as colegas, passava para a lateral do grupo dando-lhe o sinal de aprovação para um diálogo que levava até o casamento (BATISTA, 2009, p. 78).

Ainda no mesmo livro a fala de Noemi Arrais e Silva Macário de Brito acrescenta a versão feminina dessa história:

Convém lembrar que quando notávamos que alguém nos olhava, muitas vezes, ficávamos em segredo para com a colega, com receio de que fosse para ela o olhar do pretendente. Naquele tempo a paquera tinha o nome de ‘flerte’, e o ato do candidato ao namorado se aproximar da gente se dizia ‘encostar’ (*id. ibid.*, p. 70).

Além desse esclarecimento, Noemi acrescenta que, em sua opinião, 80% dos casamentos do Crato saíram desses encontros na praça. Ela também nos trás uma descrição belíssima e detalhada da praça, que não pude evitar de citá-la na íntegra:

Naquela época a natureza se fazia presente em seus jardins, mesmo pequenos. Ela era ornada de fícus benjamim todo cortado em matames. Não sei onde surgiu, naquela época um técnico em topiaria (arte de dar formas as plantas), tão ‘iluminado’, tão artista, deixando-a tão linda e tão aconchegante [...]. Por trás dos bancos existiam flores multicores, tipo borboletas, que escondiam um pouco o enlevo dos casais deixando-os mais a vontade. Na parte mediana da praça, de porte elegante e altaneiras, as suas palmeiras imperiais, com todas a sua majestade, davam graça e testemunhavam nosso ‘frenesi’ de felicidade [...] (*ibidem*).

Figura 7 – Praça Siqueira Campos Anos Dourados



Fonte: Arquivo particular de Linard.

A mesma Noemi relata ainda sobre uma outra roda de encontros que ocorria, segundo ela, “lá para as tantas horas”. Esta era formada pelos “amantes do Crato”, pessoas que dessa forma se intitulavam e que batizaram esses encontros de “FUNÇÃO”. Segundo a mesma, os encontros adentravam a noite e os frequentadores estavam sempre a idealizar algo de bom para a cidade, “em meio ao bom humor e gostosas gargalhadas” (BATISTA, 2009, p. 71).

Tal fato nos mostra que a praça, além de ser vista como palco de amores e paixões, espaço de desfile das inovações, não era apenas ponto de encontro dos namorados, mas também se constituía em espaço democrático onde se discutiam ideias, se confrontavam pensamentos e se fundiam ideologias, um reduto da alta sociedade cratense.

João do Crato era ainda menino nessa época, mas segundo ele que teve uma infância culturalmente rica, é fácil lembrar da beleza das carnaubeiras que rodeavam a praça, a meninada correndo para todo lado, a repercussão dos saltos das belas mulheres e dos gracejos dos rapazes. Em seu relato ele diz que a praça era conhecida também como “Fuxiqueira Campos”:

Outra coisa interessante é que a praça era um ponto de encontro das pessoas para conversarem sobre política, é tanto que muitos a chamam de ‘Fuxiqueira Campos’, onde tinham todos os fuxicos da cidade. Lá as pessoas iam para falar da vida alheia e tudo. De dia ficavam os homens, senhores [...] e de noite era o glamour da paquera, do social. Então são duas coisas bastante característica da Siqueira Campos, era essa coisa do glamour que mantinha a coisa colonial, hierárquica das famílias tradicionais do Crato e a outra é que as pessoas iam para lá falar das questões políticas, criticar (JOÃO DO CRATO, 2013).

Reforçando essas memórias, Terezinha Maria de Oliveira Martins menciona que a praça era um local onde: “os papos corriam soltos. Todos os assuntos, preferencialmente, *fofocas* da vida alheia. Sabiam de tudo e de todas as virtudes, e os pecados” (BATISTA, 2009,

p. 104). Assim, a Praça Siqueira Campos se tornou “a convergência das mais diversas energias e de lá eclodiam” (JOÃO DO CRATO, 2013). A *energia* da política, da música, da beleza, da cultura, convergia para a praça e de lá partiam as transformações para a cidade.

A praça era, então, um local onde se concentravam as manifestações políticas, sociais e culturais, sendo ainda um espaço de comércio onde se encontravam muitos empreendimentos como “o Cine Cassino com sua bela arquitetura, lanchonetes, bares, entre eles o Bar Glória, os estúdios da Amplificadora Cratense, o Café Líder [...]” (BATISTA, 2009, p. 105).

Dentre esses estabelecimentos o prédio do Cassino Sul Americano é o único que ainda pode ser encontrado. Nos Anos Dourados os estúdios da Amplificadora funcionavam no segundo piso, tendo ao lado o famoso Café Crato, ponto de encontros sociais e políticos. O Café Crato funcionou por aproximadamente três décadas quando o prédio, cerca de dois ou três anos atrás foi reformado, dando lugar a um novo estabelecimento comercial. As seguintes figuras apresentam a condição da Praça Siqueira Campos nos dias atuais: os prédios do Cassino Sul Americano e do Café Crato, pouco antes de ser desativado e também um mapa representativo da praça após sua última reforma em 2012:

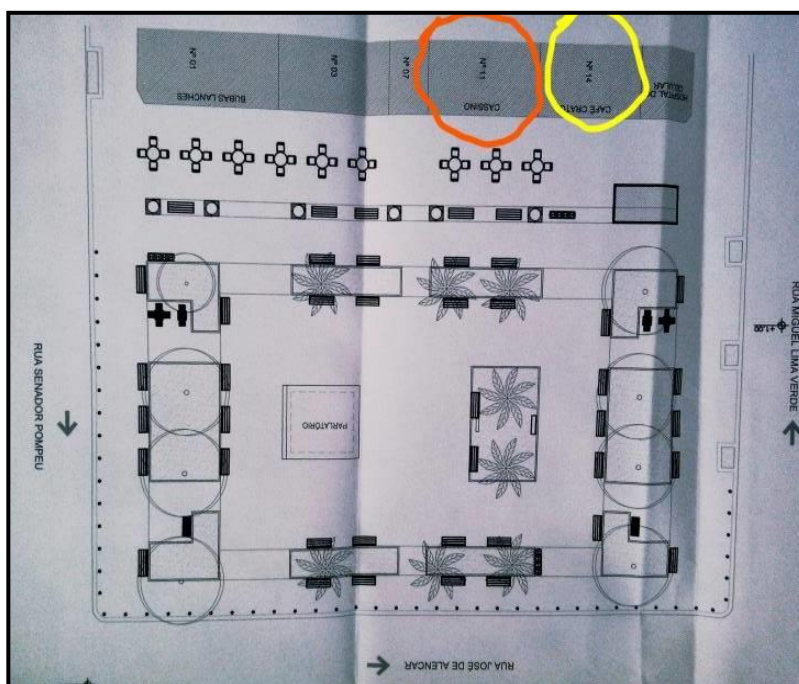
Figura 8 – Cassino Sul Americano e Café Crato (ao lado direito)



Fonte: Facebook Crato Antigo. Acesso em: 04/11/2013.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Mem%C3%B3ria-Hist%C3%B3ria-do-Crato/292529590877963?ref=profile>>.

Figura 9: Planta de Layout da Praça Siqueira Campo.



A linha laranja mostra a localização do Cine Cassino enquanto a amarela o antigo Café Crato.

Fonte: Projeto executivo de requalificação das praças centrais do município do Crato. Governo do Estado do Ceará. Secretária das Cidades.

Dentro desse contexto do que funcionava no entorno da praça, considerei importante trazer para discussão alguns tipos que marcaram a história da Praça Siqueira Campos, como Jucier Flora²⁸ e o Francisco das Chagas²⁹. Jucier que trabalhou no Café Crato por 27 anos relembra a movimentação do Café e seus frequentadores:

Aí passaram muito políticos. Muito embora eu não recorde bem o nomes de todos [...]. Vinham também políticos de fora. Eram muitas pessoas. Aí era um ponto de encontro da sociedade do Crato. Esse Café, no início [...] chegou a vender 1500 cafés por dia. Porém, depois que foi para minha mão, o comércio tava mais fraco porque outras pessoas estavam vendendo café por aí, então a gente tinha mais resistência e vendia de 300 a 400 cafés por dia (JUCIER FLORA, 2013).

Ao observar que o número de cafés vendidos por dia havia diminuído de 1500 para 300/400, perguntei o motivo dessa queda drástica. Ele respondeu que nas décadas de 60 a 80, aproximadamente, a praça foi um lugar de reunião da sociedade do Crato, “passou um período em que a praça era ponto total do povo do Crato. Aqui foi muito bom nos tempos antigos. O Comércio era bom”. E quando falou sobre a mudança no decorrer do tempo, com um olhar saudoso e sofrido, ele acrescentou que “as pessoas mesmo tomam um sentido diferente. A

²⁸ Jucier Flora, comerciante, passou 27 anos servindo cafés e ouvindo das mais diversas histórias no Café Crato.

²⁹ Francisco das Chagas, trabalha à 60 anos na praça como engraxate.

cidade cresce e passam a frequentar em outros pontos”. Após 27 anos trabalhando no Café Crato, Jucier precisou entregar o ponto, e hoje está vendendo chá e café em garrafas térmicas, na praça, de maneira bem simples.

É importante relatar um pouco da história de Jucier Flora, como também de Francisco das Chagas por se tratarem de personagens que viveram essa época e que hoje ainda vivem ocupando os espaços da praça. Essas figuras são testemunhas vivas de momentos históricos vivenciados num espaço de múltiplas relações que permeavam a vida da sociedade cratense.

Tomei conhecimento acerca da história de Jucier Flora e de Francisco das Chagas através do relato de Cabral. Ele conta uma história bem interessante sobre sua contribuição e assistência aos primeiros engraxates da praça:

Nós temos ali uma das tradições que é o grupo de engraxates que em 1953, no centenário do Crato, haviam 10 garotos engraxates e nós procuramos ajudar no material, camisa, estudos [...]. E desses 10 engraxates, o Chaguinha, que tem sua cadeira especial na PSC, engraxou o sapato do Presidente Castelo Branco em 1963, no bicentenário do município do Crato. E dentre esses engraxates tem um médico e dois engenheiros. Chaguinha faz parte da história da Praça. Ele já completou 60 anos de profissão. Então, muitos tipos marcaram a história, a época social do Crato (HUBERTO CABRAL, 2013)

A história de Chaguinha provocou em mim algumas reflexões, especialmente por considerar seu tempo de dedicação ao trabalho e a satisfação com que ele, ainda hoje, se mantém engraxando os sapatos das pessoas no mesmo espaço em que iniciou, a 60 anos atrás. Resolvi, então, perguntar sobre a importância da praça para ele hoje e se haviam diferenças significativas da movimentação na praça, antes e agora. Ele então disse:

A Praça Siqueira Campos hoje, eu não vou dizer não. [...] agora não tem mais aquelas frequências que tinha. Não tem mais a beleza que tinha. Tudo que tinha aqui fugiu. Ou melhor dizer, a grande tradição [...] hoje não vê mais. Dos conhecidos atual aqui, só tem eu e esse aqui. E esse do café ai. O resto tudo já partiu para o outro lado. A gente tinha o pessoal tudo antigo aqui, e outros e outros mais. Aí era uma beleza aqui, e hoje não tem mais. Hoje quando eu chego aqui, estou com 60 anos de trabalho aqui e tem muita gente que eu não conheço. Passou tudo para o outro lado. Aí a gente diz: que saudade, né? (CHAGUINHA, 2013).

A repetição e ênfase nas expressões “agora não tem mais”, “tudo que tinha aqui fugiu”, “hoje não tem mais”, merecem cautelosa atenção, pois expressam sentimentos de saudosismo de um tempo que não volta mais, assim como uma frustração de conviver diariamente com pessoas que ele não conhece, simplesmente vão e vêm. Foi comovente ouvir Chaguinha dizer que após 60 anos de trabalho ele presenciou a “partida” de muitos amigos e

colegas. Com lágrimas nos olhos ele finaliza dizendo “passou tudo para o outro lado. Aí a gente diz: que saudade, né?”.

Tanto a história de Chaguinha como a de Jucier me remeteram a uma reflexão acerca da mudança no paradigma moderno. Nesse sentido, os conceitos de globalização e capitalismo, fundamentais na construção da modernidade tardia e de seus sujeitos, provocaram uma certa corrosão no caráter dos homens, pois as características antigas e estáveis como a lealdade, a confiança, a solidariedade e o comprometimento que atrelavam o homem à sociedade e à sua história de vida, começam a desaparecer. Dessa forma, tanto as relações humanas como o contexto social ganham um novo vislumbre, produzem novas perspectivas e novas formas de relacionamento com o outro.

2.6 Uma praça esquecida?

Olhar para a Praça Siqueira Campos significa colocar uma lente de aumento sobre o contexto em que se desenvolveu a sociedade cratense desde 1950 até os dias de hoje. Vê a praça como um espaço de relações múltiplas, de afetos, de ideologias, de discussões culturais, políticas, econômicas. A praça, muito bem ilustrada como o coração do Crato, pode nos fazer compreender melhor o ritual de passagem da “modernidade” cratense para a modernidade tardia globalizante.

Esse momento de transição parece ter sido bastante dolorido para as pessoas que viveram nessa época e contexto, considerando que, tanto os entrevistados da pesquisa como os relatos coletados por Batista (2009), nos mostram a ausência de falas que esclareça como ocorreu essa passagem entre os Anos Dourados e os dias atuais.

Os anos passaram, muita coisa mudou e a Praça Siqueira Campos foi deixando de ser palco de encontros e desencontros para ser uma praça de passagem, onde ninguém conhece ninguém. Beбето compara esse momento da praça a um de seus poemas que diz: “A rua é a mesma, os transeuntes é que não são”. Nesse caso, a praça é a mesma os transeuntes é que não são. Ele ainda completa seu desgosto dizendo que:

Então eu chego lá não conheço mais ninguém porque as pessoas são outras, [...] então isso maltrata muito a gente. Eu sinto muito isso. Porque a cidade cresceu e a gente não tem mais aquele costume de falar com ‘fulano’, ‘sicrano’, ‘beltrano’, de chamar pelo nome, a gente cumprimenta porque são pessoas que a gente conhece de vista (BEBETO, 2013).

Essa fala representa todos aqueles que viveram e presenciaram os Anos Dourados do Crato e conviveram na Praça Siqueira Campos. Na sua fala nota-se um tom de desgosto e melancolia, pois a praça de sua infância e juventude não é a mesma.

O relato de Vera Lucia de Lopes Maia no livro de Batista (2009, p. 106), expressa em poucas palavras alguns aspectos que contribuíram para a mudança:

Começavam os Anos de Ferro! Falava-se o que era conveniente. Chegavam as televisões, novelas, mudando o comportamento das pessoas. Ficar em casa e não mais ir a praça. Um posto de taxi afastava a frequência da praça. A praça era burguesa, não admitia essa invasão.

Os Anos de Ferro a que Vera Lucia se refere também são conhecidos como os Anos de Chumbo, ou o período da Ditadura Militar, “a pá de cal que soterrou a democracia por mais de vinte anos com perseguições políticas, demissões, prisões, torturas, etc.” (TEMÓTEO, 2013, p. 27). Período em que a mídia e os meios de comunicação eram utilizados para manipulação das massas, direcionando a atenção do público para o consumo. Nesse aspecto, as novelas tiveram papel importante para manutenção do entretenimento da sociedade, enquanto se tirava a atenção das questões políticas, econômicas e sociais que afetavam o país, semelhante *apolítica do pão e do circo*, do período romano.

Nesse contexto em que a população era incentivada ao consumo as praças acabaram sendo substituídas pelos shoppings, como local de encontros e passeios, reproduzindo esse espaço que no tempo se sofisticou nas passarelas do shopping, e não foi por mero acaso e

coincidência.

A partir da compreensão desse processo de “modernização”, observei na fala de Beбето pontos significativos. Quando ele se refere a praça dizendo que “aquele mesmo perfil, aquele mesmo rosto de antigamente, não existe mais”, é possível perceber que além de sentir falta das pessoas que faziam parte da história da praça, as transformações e reformas lhe também causaram um grande impacto.

Assim, para Batista (2009, p. 107), as mudanças trazidas pelas reformas na praça foram totalmente negativas, uma vez que “a transformou em uma praça feia, de mau gosto, monumento de vulgaridade. [...] As árvores centenárias, os bancos, os mosaicos franceses dos pisos, os postes de ferro, os jardins que contavam uma história que não existe mais”. Hoje, quando os antigos frequentadores passam por ela, eles “sentem, pairando no ar, os sons das vozes, os ecos dos risos, as acústicas dos psius, o cheiro dos perfumes e os resquícios de um glamour, de uma época que jamais voltara” e que também jamais haverá de se apagar das suas memórias.

Na realidade, o que essa praça deu a esses rapazes e moças, das chamadas gerações “Anos Dourados” e “Anos Rebeldes”³⁰ foi, acima de tudo, o direito imprescindível à vida e ao sonho, tudo, porém, repleto de alegria, pureza e muita paz” (BATISTA, 2009, p. 19). Quando a autora relembra esses momentos e as ações que levaram ao desrespeito à memória histórica da praça, questiona: “Quem arquitetou tamanho desrespeito à cidade e aos seus cidadãos e a sua memória?” (*id. ibid.*, p. 107).

A praça foi esquecida por quem? E se era um espaço tão prestigiado por que então ela foi esquecida? É interessante observar que essas mudanças são decorrentes tanto da influencia de uma sociedade sob a influencia do contexto globalizante, como também da falta de investimento em educação patrimonial do município. É dando continuidade a esse questionamento que passo a discutir o próximo capítulo.

³⁰ Os Anos Rebeldes são uma representação de um momento histórico em que a revolução sócio-cultural modificou radicalmente os costumes e forneceu as bases para as próximas décadas. A década de 1960 merece destaque por ter sido um período em que houve uma explosão de juventude em todos os aspectos. Sendo o berço do movimento *Hippie* que pregava a paz e o amor, mobilizando jovens na busca por um outro estilo de vida, provocando manifestações em várias partes do mundo. Os Anos Rebeldes tiveram seu auge nos movimentos estudantis que contestavam a sociedade, seus sistemas de ensino e a culturas em diversos aspectos, e especialmente contra o monopólio da Ditadura Militar.

3 O ENCONTRO DO VELHO E DO NOVO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UM POVO

A história de uma cidade não pode ser contada sem a história de sua arquitetura.
(WALDEMAR ARRAIS)

Os termos “velho” e “novo” são polissêmicos na medida em que podem conter diversos sentidos ou significados. O que é velho para uns não é para outros, o que é novo para uma determinada sociedade pode tornar-se obsoleto para outra. Esse trabalho não pretende adentrar a essa discussão. Contudo, convém esclarecer que o uso desses termos está diretamente relacionado à atual modernidade.

Entre tantos relatos, histórias e fatos, aqui contextualizados, fica fácil justificar o porquê desse período, entre 1950 e 1970, aproximadamente, ser aclamado como os Anos Dourados. Mas essas décadas também tiveram uma grande relevância no contexto mundial, caracterizadas por transformações significantes na humanidade.

Muitos vão lembrar a ida do homem à lua, a descoberta do raio laser e do DNA, a Guerra Fria, o primeiro transplante de coração, os movimentos feministas, sem esquecer o surgimento da internet. Nesse espaço de tempo, o Brasil também foi palco de grandes acontecimentos como a inauguração de Brasília, a chegada da televisão, a imposição da Ditadura Militar, dentre outros episódios. Também merece destaque o impacto dos movimentos musicais da Bossa Nova, Tropicália e Jovem Guarda, a irreverência dos Beatles e Elvis Presley e a quebra de tabus por parte de Marilyn Monroe e Brigitte Bardot (BATISTA, 2009; TEMÓTEO, 2013).

Toda essa explosão de acontecimentos causou grandes transformações na história mundial, porém, esse período foi marcado principalmente pela mudança comportamental do homem em relação a si mesmo. Como observado no capítulo anterior, é notório que esses acontecimentos e mudanças afetaram o Crato significativamente. E é considerando esse cenário de mudanças no Crato que passo agora a discutir o conceito de identidade nesse contexto de transição.

Nesse capítulo, procuro mostrar como os tempos mudaram e transformaram não apenas o aspecto físico da cidade, mas também os costumes e tradições. Essas questões são especificadas, mesmo de maneira simples, na fala dos entrevistados que expressam muito bem o impacto de todas essas mudanças no cotidiano dos cratenses. Muitos deles direcionam a culpa dessas mudanças aos políticos e governantes da região do Cariri, enquanto os demais argumentam que a própria modernidade traz consigo transformações socioculturais

inevitáveis.

Nesse cenário de modernização a dinâmica urbana é modificada, os shoppings substituem as praças, as construções antigas – carregadas de histórias e memórias – dão lugar a prédios comerciais. Os espaços passam a coexistir em função de maximizar o consumo de bens e produtos. No contexto de tais mudanças é notório que a destruição do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade foi o que mais impactou os entrevistados. Diante disso, considere importante investigar em que medida as políticas públicas no Crato se voltaram para pensar a preservação desse patrimônio.

3.1 Os tempos mudaram: o processo urbano

Na construção da sociedade cratense merece destaque o desenvolvimento urbano de uma cidade que, nos Anos Dourados, se destacou por seus grandes feitos. Nesse período, o processo de urbanização no Crato foi agenciado por seus líderes que estavam na busca pelo progresso, preservando seu passado como fundamento para a construção de um futuro mais promissor.

Quanto à urbanização da cidade, essas metas não foram muito satisfatórias. Em artigo do jornal *O Povo*, de 15 de outubro de 1953, o autor José Denizard Macedo tratou da “indisciplinada e desordenada expansão da cidade”. Para ele, o maior problema da cidade era a deficiência de um plano de urbanismo que a organizasse, transformando-a numa cidade civilizada e moderna (VIANA, 2011).

Tendo em vista a inauguração da Usina de Paulo Afonso como fornecedora de energia para todo o Cariri, esse momento de grande revolução social e econômica na história do Crato seria uma ocasião ideal para um adequado desenvolvimento urbano. No entanto, vale salientar que o plano de urbanismo foi deixado de lado e a cidade começou a crescer de forma desordenada.

Na concepção de alguns autores, como Viana (2011), seria inadmissível consentir que a cidade crescesse no caos e na confusão. Seria necessário um sistema planejado de ruas e avenidas, com a largura conveniente ao tráfego previsível, com uma articulação adequada aos transportes, com uma repartição harmoniosa dos bairros e com um número relevante de praças exigido para uma cidade rica em habitantes operosos. Em suma, é compreensível uma cidade que não planeja seu crescimento, sem Plano Urbano? Mas o que seria um Plano Urbano? Para responder esse questionamento é necessário primeiramente compreender melhor o processo de urbanização.

3.1.1 A questão entre a cidade e o urbano

A questão urbana tem sido um tema bastante explorado nos últimos estudos geográficos e antropológicos sobre cidades. No entanto, é importante distinguir a diferença entre a noção de cidade e urbano, pois a história da cidade não pode ser confundida com a história do urbano.

Milton Santos considera o urbano como o geral, abstrato e externo, enquanto a cidade é o particular, concreto e interno (SANTOS, 2008). O urbano então significa uma forma de vida, um meio de se relacionar, de produzir espaços distintos e reproduzir a existência. São esses fatores que caracterizam a paisagem denominada urbana ou não urbana.

Já em relação às cidades, nem todas são urbanas, pois sua estrutura, forma e conteúdo são mais rurais do que urbanos. A cidade, por sua vez, é concreta, elemento totalmente humano. Assim, o fato de o urbano ser abstrato significa que “a noção de urbano de um determinado espaço é extraída da simbiose entre materialidade do lugar e o complexo de relações que cria e modifica esta mesma materialidade” (MENEZES, 2000, p. 55).

Na década de 1950, a população mundial aumentou significativamente devido ao aumento das taxas de expectativa de vida e a diminuição das taxas de mortalidade. Isso causou uma maior exploração dos recursos naturais, que, conseqüentemente, contribuiu para a urbanização pujante. A concentração de pessoas nos grandes centros fomentou o processo industrial e cada vez mais a população do campo migrou para os grandes centros em busca de emprego e renda (OLIVEIRA; VIANA, 2007).

Nesse sentido, Oliveira e Viana (2007, p. 65) definem urbanização como “[...] processo da transição de uma sociedade rural para uma outra cada vez mais urbanizada”. A taxa de crescimento é uma das características deste processo. Isso significa que a população urbana cresce num ritmo maior que a população rural. Assim, os autores dizem que: “a taxa de urbanização é o termo empregado para definir o ritmo em que a urbanização ocorre e o grau de urbanização demonstra a relação entre a população urbana e a população total” (*id ibid.*). Eles ainda acrescentam, enfatizando que:

As raízes da urbanização acelerada no século passado, do ponto de vista de Sanson (2006), ‘estão relacionadas com o uso menos intensivo ou a expulsão do trabalhador rural com o surgimento de oportunidades de empregos nas áreas urbanas’. Nos países em desenvolvimento são as migrações que estão fazendo frente a esse processo, porém, em uma proporção maior que a oferta de emprego. Assim, o crescimento econômico mantém altas taxas de desemprego aberto e disfarçado (*ibidem*).

Esse inevitável processo de crescimento urbano sem um adequado planejamento afetou o modo de vida urbano, de forma que o crescimento econômico capitalista desestabilizou o desenvolvimento social da cidade de Crato. Assim, o atual modo de vida urbano do Crato apresenta características da modernidade, uma vez que, tanto a industrialização como a informação desempenham um importante papel na produção do “moderno” enquanto satisfazem as demandas da moda e dos interesses capitalistas. Assim, a urbanização torna-se uma arena conflituosa entre o moderno e o arcaico.

Essa modernidade alcança sua hegemonia no processo de expansão da cidade à medida que envolve novas territorialidades e participa da dinâmica, consistência e evolução do urbano. Dessa forma, pode-se afirmar que tanto a arquitetura como a engenharia e as técnicas produtivas do Crato envolvem o conjunto de ações que a formam como cidade e lhe fornecem uma significativa existência (MENEZES, 2000).

3.2 Evolução urbana e arquitetônica no Crato

Dentro desse contexto, procuro descrever recursos relacionados a essa evolução urbana, que precedem e transcendem as décadas de 1950-1970 até a atualidade. Desse modo, cabe resgatar que a vocação para modernizar-se em meio à construção da cidade da cultura nos Anos Dourados, não foi estabelecida apenas através do Instituto Cultural do Cariri (ICC) e das festividades culturais. Unidos por esse ideal e motivados por contextos diversos, os intelectuais e líderes do Crato pensaram, planejaram e projetaram sua dimensão física, procurando deixá-la o mais próximo de uma cidade do desejo.

Na concepção de Bezerra (2006), o Crato foi conhecido como pólo cultural porque dinamizou, durante muitos anos, boa parte da produção intelectual e artística cearense. Diante disso e de tantos outros motivos aqui mencionados é inquestionável perceber a relevância cultural do Crato. No entanto, um aspecto degradante do meio urbano tem sido a quase inexistência, por parte dos seus dirigentes, consciência de preservar o patrimônio histórico cultural, causando assim, sérios danos a essa cultura tão peculiar à cidade.

Rolim (2008) toma como exemplo a demolição da casa de Barbara de Alencar, localizadas na Praça da Sé, um símbolo de patrimônio urbano e arquitetônico para o Crato, dificultando assim distinguir onde essa personagem tão importantes para a história do Cariri residiu. As figuras apresentadas abaixo demonstram a antiga casa de Barbara de Alencar e o atual prédio da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), construído em seu lugar.

Figura 10 – Casa de Barbara de Alencar



Fonte: Arquivo particular de Linard.

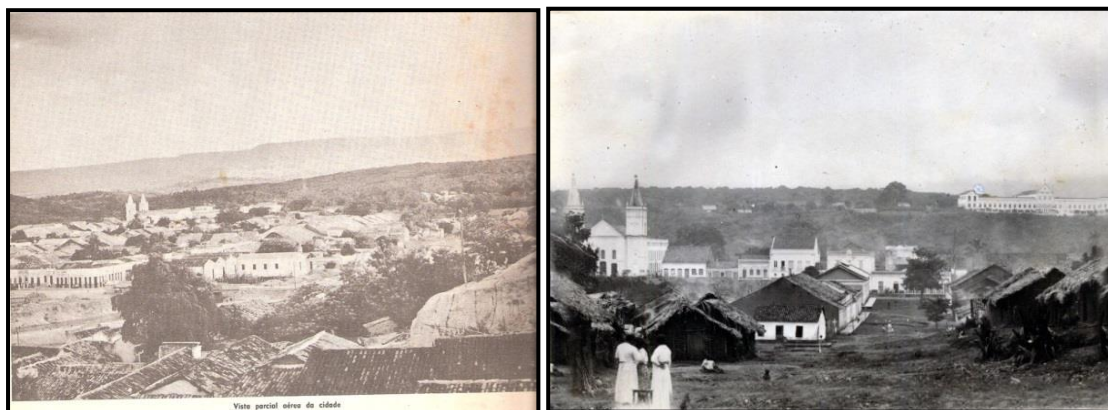
Figura 11 – Prédio SEFAZ



Fonte: Arquivo particular da autora (2014).

A partir do estilo colonial da casa de Barbara de Alencar, Farias Filho (2006) relembra que durante muito tempo a cidade permaneceu com aspecto colonial, particularmente no que diz respeito à arquitetura e à urbanização, com economia voltada para agricultura e cana de açúcar. Ela então toma um novo impulso de crescimento nas primeiras décadas do século XX, com a construção de novos edifícios pela Igreja Católica (FARIAS FILHO, 2007), que pode ser observado nas figuras a seguir:

Figura 12 – Visão panorâmica da cidade do Crato no início do século XX



Fonte: Arquivo particular de Linard.

No entanto, a partir do século XX, sob a influência empreendedora da Igreja Católica a cidade começa a evoluir quantitativamente a partir da construção de novas habitações de cunho assistencial, explica Farias Filho (2006, p. 25):

São fundados Colégios (Ginásio do Crato e Colégio Santa Tereza), construídas novas Igrejas, construído mais tarde o Hospital São Francisco de Assis, o Palácio Episcopal e com ele uma série de novas habitações (isto lá pelos anos de 1920-1950) mudando gradativamente a cidade.

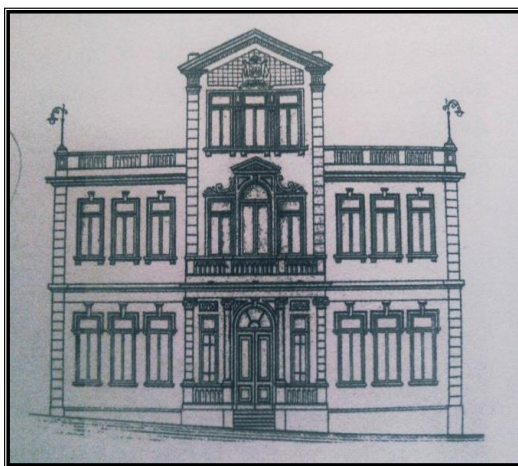
A partir de então o Crato começa a se expandir ocupando assim novos espaços. É possível notar que a Igreja Católica, assim como o poder público e a iniciativa privada impeliram esse crescimento na “construção de novas habitações nos novos bairros, construção de praças, estação ferroviária, mercado público, armazéns, bancos, etc.” (FARIAS FILHO, 2006, p. 25).

Ainda na construção do processo urbano do Crato é importante lembrar que, no cenário brasileiro as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, foram marcadas por uma arquitetura historicista de cópias de estilos que estabeleceu o chamado período do ecletismo. A arquitetura eclética tinha por característica reunir elementos do estilo do passado, como os da arquitetura grega, romana, gótica, renascentista, mourista, etc., tendo assim uma função decorativa. Complementando esse pensamento, Farias Filho (2007, p. 45) reafirma que:

O ecletismo e o urbanismo desenvolveram-se em perfeita harmonia. A cidade teve que enfrentar novos fenômenos: o crescimento do número de habitantes, surgimento de novos veículos e novos serviços. Isso gerou a necessidade de abertura de novas ruas por razões do trânsito; novas praças para o lazer e melhoria das condições de higiene e estética.

Nesse período, o Crato também absorveu parte dessa arquitetura eclética, passando por grandes renovações urbanas. Assim, sob a influência das duas grandes capitais, Recife e Fortaleza, que tinham como referencia, na arquitetura e no urbanismo, os modismos franceses, o Crato aparece com seus exemplares ecléticos na segunda metade do século XX. Como exemplo, tem-se o edifício da Crato Clube, conhecido também como Clube da Rapadura, o Bar Ideal na rua Formosa (atual Santos Dumont), o Cassino Sul Americano e a Casa dos Leões na Praça Siqueira Campos, entre outros. A maioria dos prédios aqui citados hoje não existe mais. A figura a seguir exemplifica um pouco da arquitetura eclética na década de 1920.

Figura 13 – Fachada para um palácio episcopal em Crato



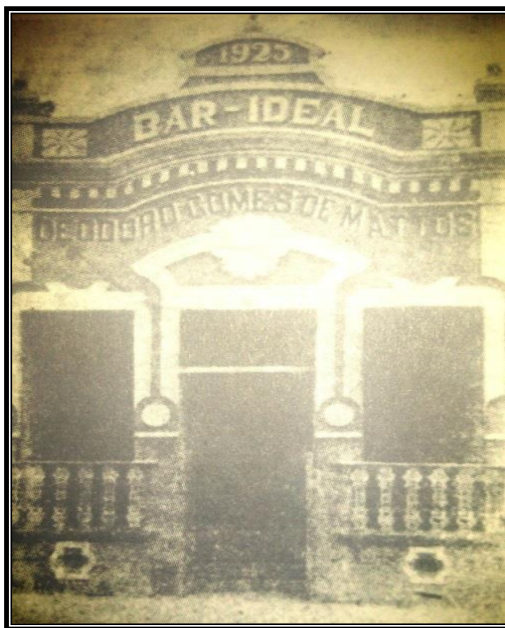
Fonte: Arquivo do Departamento Histórico Diocesano Padre Gomes.

De acordo com Farias Filho (2007, p. 52), no início do século XX, “a cidade ainda mantinha um aspecto urbanístico parecido com o dos últimos anos do século XIX”. No entanto, quanto à população da cidade, o Dr. Gustavo Horácio de Figueiredo (FIGUEIREDO FILHO, 1968 *apud* FARIAS FILHO, 2007) tomou nota de que o número de casas e edifícios havia aumentado significativamente, em relação a 1882, sendo a maioria das edificações característica do estilo moderno.

Entre essas e muitas outras o Bar Ideal³¹, com sua bela fachada de traços ecléticos, merece ser lembrado. Inaugurado em 1916, o lugar funcionava como ponto de lazer da sociedade local, onde bailes e banquetes eram promovidos. A Figura 14 mostra a simetria do edifício, com uma porta ao centro e duas janelas laterais: um adorno em forma de concha sobre a porta e janelas emolduradas; óculos na base que denunciam a existência do porão.

³¹ É lamentável relatar que em agosto de 2006 a fachada do antigo Bar Ideal foi completamente destruída, sendo perdido uma obra prima do Patrimônio Arquitetônico da cidade.

Figura 14 – Bar Ideal (1960)



Fonte: Arquivo particular de Linard.

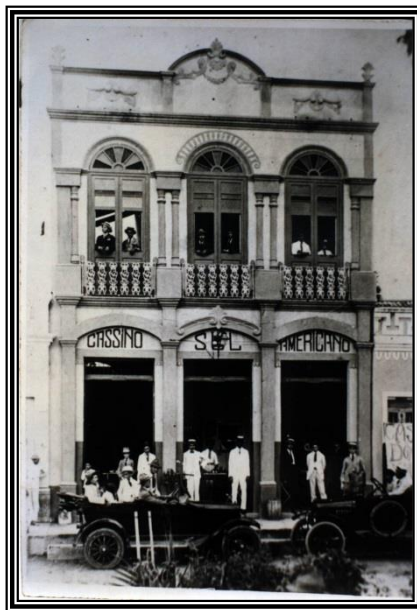
Outro fator importante que merece destaque foi a inauguração da Avenida Siqueira Campos em 1917 e da Praça Siqueira Campos, em homenagem ao pernambucano Coronel Manuel Siqueira Campos. Segundo relatos de Huberto Cabral, Siqueira Campos influenciou a vida comercial e social, principalmente com a implantação da Fábrica Araripe³². Huberto Cabral e Waldemar Arrais também relatam que foi Siqueira Campos que iniciou a pavimentação das ruas do Crato (com seu próprio dinheiro) e trouxe o primeiro automóvel para a cidade, sendo assim um dos acontecimentos marcantes para a história do Crato.

Outro importante acontecimento que merece destaque foi chegada da luz elétrica, em 1920, pela Usina A. Costa & Meyer Ltda., pois ampliou as perspectivas de modernização, assim como trouxe inúmeras mudanças sociais para a cidade. Para Farias Filho (2007, p. 158): a usina “serviu a cidade por muito tempo, conservando a luz acesa das dezoito às vinte e quatro horas. Avisava a hora de ascender e apagar com um longo e característico apito”.

Um dos poucos edifícios memoráveis que ainda restam na cidade, o Cassino Sul Americano, localizado na Praça Siqueira Campos, inaugurado em 1920, foi uma casa de jogos com café. O primeiro salão luxuoso de diversões da cidade atraía todos, tanto pela sua importância de encontro social como pela sua admirável construção, que pode ser observada na imagem a seguir.

³² Pequena indústria de bebidas e suas instalações (fabricavam o refrigerante denominado na época de “gasosa” (FARIAS FILHO, 2007).

Figura 15 – Cassino Sul Americano (1920)



Fonte: Arquivo particular de Linard.

Alguns anos após a inauguração do Cassino Sul Americano uma sala de projeções cinematográficas foi instalada, e ele, então, passou a ser chamado de Cine Cassino, *point* frequente dos apaixonados por cinema ou simplesmente pelos apreciadores da bela arte cinematográfica. Atualmente, parte de seu edifício mantém-se preservado, principalmente a fachada, que “é de composição eclética com elementos fitomórficos, molduras em arco abatido, janelas com venezianas e bandeira com vidro colorido, frisos, cornijas, pilastras, etc.” (FARIAS FILHO, 2007, p. 159). Ainda é possível visualizar parte desse prédio tão famoso e exuberante no século XX.

Figura 16 – Cassino Sul Americano (2014)



Fonte: Arquivo particular da autora (2014).

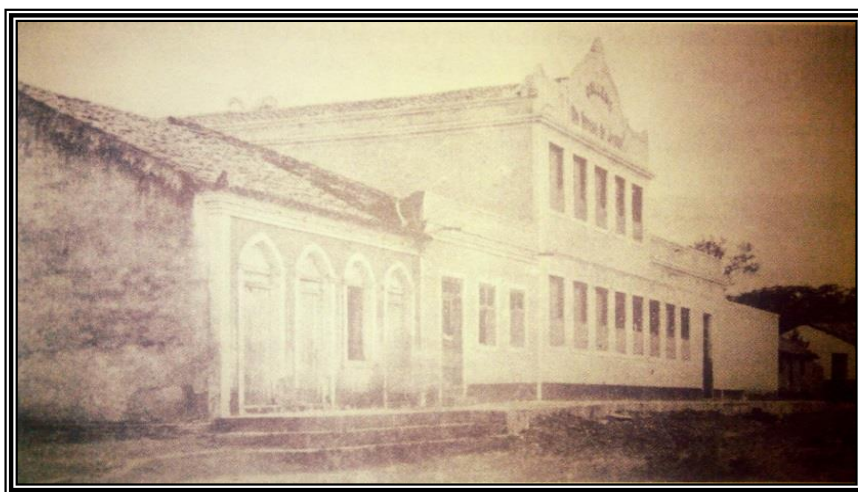
É importante mencionar também que nessas primeiras décadas do século XX o comércio do Crato, depois de Fortaleza, era considerado o mais adiantado do estado, tanto que a cidade ficou conhecida como a Capital Econômica do Cariri. No entanto, essa estabilidade foi abalada em 1914 com o ataque da cidade pelos *jagunços* após a “Sedição de Juazeiro”, movimento de resistência popular inspirado pelo Padre Cícero (FARIAS FILHO, 2007).

Esse fator causou um atraso no progresso urbano e econômico da cidade. Figueiredo Filho conta que “o Crato parecia que tinha parado de evoluir, Naquele tempo, reinava uma total apatia entre os jovens da cidade” (FIGUEIREDO FILHO, 1966 *apud* FARIAS FILHO, 2007, p. 160). Esse estado de inércia acabou afetando outros setores como o comércio, que estava fraco, e a agricultura que ainda utilizava métodos rudimentares.

A partir desse momento de inércia econômica, é importante notar a participação da Igreja Católica, e da iniciativa privada no processo de evolução e crescimento da cidade. A intenção da Diocese do Crato de construir uma Estação Ferroviária e um Palácio Episcopal, foram os primeiros vislumbres do progresso. Prédios grandiosos para a época, dentro desse contexto, como o Colégio Santa Tereza de Jesus trouxeram mudanças nas feições da cidade.

É interessante observar as seguintes imagens, pois demonstram as mudanças ocorridas no prédio do Colégio Santa Tereza de Jesus. Na figura 17 é possível observar uma fachada assimétrica com um frontão em forma de arco ricamente adornado com sequência ritmada de grandes janelas. Já na figura 18 a fachada tomou novas conformações, após reformas e ampliações, o frontão em arco do sobrado não existe mais, foi atrelada uma capela do lado esquerdo e todo o perímetro apresenta cornijas (FARIAS FILHO, 2007):

Figura 17 – Colégio Santa Tereza



Fonte: Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Crato, extraído de Farias Filho (2007, p. 163).

Figura 18 – Colégio Santa Tereza e Capela (2014)



Fonte: Arquivo particular da autora (2014).

Outro edifício que merece destaque como um marco de desenvolvimento para a época é o edifício da Estação Ferroviária do Crato, inaugurado em 1926. O Jornal a Gazeta do Cariri expressou o sentimento do povo em relação à chegada do trem publicando que vibrava com a chegada da “via do nosso progresso”. Era notável a alegria e satisfação do povo “ao ouvir o primeiro silvo da locomotiva, última etapa para integrar o Crato ao seio da vida econômica e social do Brasil” (REVISTA A PROVÍNCIA, 1954, p. 50 e 53).

Figura 19 (a) – Estação Ferroviária (1930)

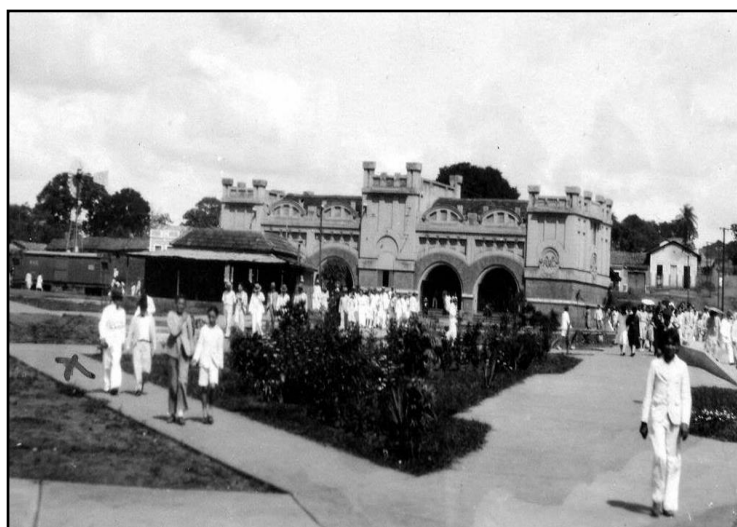


Figura 19 (b) – Estação Ferroviária (1930)



Fonte: Arquivo particular de Linard.

Figura 20 – Estação Ferroviária (2014) atualmente conhecida por Largo da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A)



Fonte: Arquivo particular da autora (2014).

A construção da estação ferroviária proporcionou um certo crescimento para o Crato, que começou a se expandir no final da década de 1930, quando novos bairros foram sendo formados além das fronteiras do núcleo urbano, como o bairro do Pimenta, do Seminário, Barro Vermelho, etc. e, conseqüentemente, vão surgindo novas edificações com características bem diferentes. Surge então a influência do movimento “Art Déco”³³ na arquitetura cratense como

³³ “O Art Déco é um estilo de arquitetura e decoração que atingiu o auge entre as duas grandes guerras mundiais no século XX. A Art Déco constituiu uma das manifestações da “modernidade” na arte no período entre as guerras. A

símbolo urbano da cidade moderna, como por exemplo o Palácio Episcopal, um dos poucos prédios ainda restantes na cidade, pode ser observado na seguinte fotografia.

Figura 21 – Palácio Episcopal (2014)



Fonte: Arquivo particular da autora.

A arquitetura com características Art Déco apareceu no Crato durante a administração do Prefeito Alexandre Arrais que trouxe melhorias significativas para a cidade. Nesse período, pela primeira vez houve uma preocupação com o planejamento urbano do Crato, onde novos edifícios e equipamentos urbanos se proliferaram na cidade.

Segundo Farias Filho (2007) a Praça Francisco Sá, construída em frente estação ferroviária, nos moldes do Art Déco, foi um grande marco para a época. Projetada pelo arquiteto e escultor italiano Agostino Balmes Odísio³⁴ a praça, ajardinada, com canteiros em desenho assimétrico, iluminada, com uma fonte luminosa e a coluna da hora foi inaugurada em 1938 como um troféu para a cidade.

renovação da arte relacionada ao capitalismo industrial e financeiro, foi característica dos criadores que concorreram à Exposição de Artes Decorativas e Industriais de Paris em 1925. Da exposição de Paris, derivou-se uma forma peculiar no design gráfico, industrial e na arquitetura: o Art Déco” (FARIAS FILHO, 2007, p. 175).

³⁴Agostino Balmes Odisio nasceu em Turin, na Itália, em 1881. Formou-se escultor na Escola Belas Artes daquela cidade. Em 1912, ganhou uma bolsa de estudos para estudar arquitetura em Paris, onde foi discípulo de August Rodin. Chegou ao Brasil em 1913, aos 32 anos. Trabalhou inicialmente em São Paulo, vindo depois de algum tempo morar no Ceará, especificamente em Juazeiro do Norte onde manteve por alguns anos um atelier de escultura e uma fábrica de ladrilhos hidráulicos. Agostinho marcou época na arquitetura cearense, especialmente na arquitetura religiosa. Construiu monumentos, praças, igrejas, fez reformas, ergueu altares em várias cidades do nosso estado. Aqui em Crato, além da praça Francisco Sá, da coluna da hora e do Cristo Rei é também atribuído a Agostino [...] o Palácio Episcopal; o busto de Dom Quintino na Praça da Sé [...] Agostino faleceu em 1948.

Figura 22 – Praça Francisco Sá



Fonte: Arquivo particular de Linard.

Figura 23 – Praça Francisco Sá (2014)



Fonte: Arquivo particular da autora.

E ainda relembrando esses tempos de ‘glória’, Oliveira (2010, p. 8) em seu livro *Crato Tênis Clube: relembração de um tempo glamouroso* descreve os eventos sociais promovidos pelo Crato Tênis Clube que marcaram uma época. O Crato Tênis Clube primeiramente

chamado de Crato Clube, com sua sede na parte superior do Cine Cassino na Praça Siqueira Campos, era um “clube de personalidades, pela marcante presença da sociedade cratense”. Em 1950 passou a ocupar sua “nova, moderna e definitiva sede, onde fez história, constituindo ele próprio um capítulo a parte da história do Crato, e símbolo de um período de esplendor de uma sociedade que se mostrava naturalmente aristocrática”. Seu atual prédio pode ser visualizado na figura a seguir.

Figura 24 – Crato Tênis Clube (2014)



Fonte: Arquivo particular da autora.

A princípio a ideia de deslocar o Clube para o bairro do Pimenta, a quase dois quilômetros da antiga sede, encontrou resistência por parte de seus frequentadores. No entanto, a construção do Crato Tênis Clube no então deserto do Pimenta, localizado próximo ao matadouro, visto como um lugar rejeitado, alavancou o crescimento da cidade para esse lado, onde casarões foram sendo construídas nas redondezas do clube e a elite da cidade acabou dividindo suas atenções entre a Praça Siqueira Campos e o Bairro do Pimenta. Em seguida houve novos investimentos no bairro, como implantação da Faculdade Católica e do Colégio Santa Tereza, a chegada do prédio da Universidade Regional do Cariri (URCA), do Teatro Rachel de Queirós e de novos empreendimentos comerciais, que valorizaram ainda mais o Pimenta (FARIAS FILHO, 2007).

Continuando essa descrição do processo urbano e arquitetônico da cidade, Farias Filho (2007, p. 189-190) mais uma vez apresenta detalhadamente as construções, que, como um legado à cidade, merecem destaque:

[...] a Radio Educadora do Cariri, Edifício Nossa Senhora da Penha, a Vila Jubilar, residências da Paróquia de N.S. da Penha, o Juvenato do Colégio Santa Tereza, o Hospital e Maternidade São Francisco de Assis, Patronato Pe. Ibiapina, a nova ala do Colégio Diocesano, o Liceu Diocesano de Artes e Ofícios do Seminário, o prédio da Faculdade de Filosofia do Crato, a Igreja de São Francisco [...], a Igreja de São

Vicente, o edifício do Grande Hotel na Praça Siqueira Campos, o prédio da DRASA [...] o Edifício Lucetti [...], todos seguindo a linha da arquitetura Art Déco.

As imagens apresentadas ao longo desse contexto são fotografias antigas e recentes que ilustram um pouco dessa rica arquitetura.

Assim, como o método de abordagem não é centralizado na Praça Siqueira Campos, tendo a praça apenas como símbolo do Patrimônio Histórico e Cultural do Crato, considere importante caracterizar outros símbolos de representação cultural da cidade. Portanto, esse diálogo interativo entre eles demonstra que a descaracterização do Patrimônio de entorno da praça implica também no comprometimento da memória da praça.

3.2.1 Ausência de planejamento urbano durante os Anos Dourados

Dá-se início então aos Anos Dourados, período compreendido entre 1950 e 1960, os quais foram singulares para o amadurecimento e estabelecimento de uma cultura, como também marcaram o surgimento da arquitetura “moderna” e da industrialização³⁵. Em um período caracterizado por um alto índice de crescimento populacional, os primórdios da industrialização deram seus primeiros passos com grandes perspectivas de melhorias, tanto econômicas como sociais, para a cidade.

No entanto, esse tão esperado processo de desenvolvimento ocorreu sem um adequado planejamento, ocasionando assim diversos problemas urbanos. De acordo com Filho (2007) o crescimento da cidade não foi acompanhado de condições essenciais para um desenvolvimento urbano de forma que atendesse as necessidades dos cratenses.

O crescimento populacional da cidade do Crato, durante a década de 1960, foi representado em grande parte pelo deslocamento da população do campo para a cidade, população essa de baixo ou quase nenhum poder aquisitivo, que viria a ocupar os morros e encostas do perímetro urbano, aumentando consideravelmente o crescimento de favelas (FARIAS FILHO, 2007, p. 207).

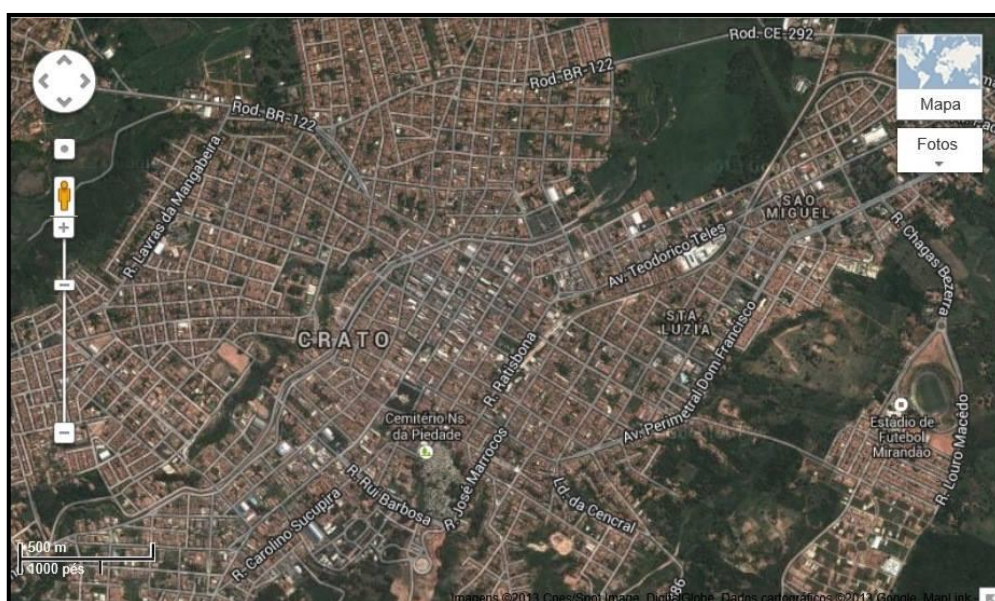
Dessa década em diante pouco se planejou, muito se omitiu e os problemas urbanos foram sendo perpetuados. A imagem da cidade do Crato que possuía o *melhor aspecto urbanístico da região*, com suas belas praças, prédios grandiosos, ruas arborizadas e vias

³⁵ “Quando se fala em ‘Industrialização no Cariri’, não podemos esquecer o Plano Morris Asimow. Aqui, a industrialização teve continuidade com a implantação [...] do Projeto Asimow, que incentivou a implantação de empresas de beneficiamento de milho, indústrias de cerâmicas, artefatos de couro, fabricação de rádios, dentre outras. O Plano Asimow fazia parte da ‘Aliança para o Progresso’ um plano de ajuda econômica dos EUA para os países da América Latina” (FARIAS FILHO, 2007, p. 208 e 210).

limpas e bem sinalizadas, está depravada. A cidade então cresceu e seus problemas urbanos se agravaram.

Problemas que dificultaram o desenvolvimento da cidade, mas que não impediram seu crescimento econômico e populacional. Tal crescimento promoveu altas taxas de desemprego e subemprego, pois o crescimento econômico não gerou emprego e renda suficientes para absorção do grande excedente de força do trabalho, além de aumentar as taxas de emigração, miséria, falta de moradia, educação e saúde precárias (OLIVEIRA, 1998). Assim, as consequências do inadequado processo de crescimento podem ser visualizadas a partir do mapa a seguir.

Mapa 3 – Imagem de satélite do centro do Crato



Fonte: Google Earth. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>>.
Acesso em: 16/03/2013.

Figura 25 – Imagem da cidade vista por cima



Fonte: Crato Antigo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Mem%C3%B3ria-Hist%C3%B3ria-do-Crato/292529590877963?ref=profile>>. Acesso em: 22/11/2013.

Essas imagens mostram a atual realidade derivada da ausência de políticas públicas para enfrentar o crescimento acelerado e desordenado da cidade. Ao observar o mapa percebe-se uma grande concentração de pessoas na parte urbana enquanto a parte rural permanece com um mínimo contingente populacional. Essa concentração urbana como fruto do crescimento populacional é melhor entendida quando percebemos a íntima relação entre industrialização e urbanização.

Gonçalves (2011) menciona que essa relação tem sido responsável pela proletarianização das massas que constantemente são levadas a adotar o culto da máquina, da ciência e do progresso como único sistema econômico. Para o autor, a revolução industrial imergiu a humanidade no turbilhão da vida urbana, “no esvaziamento do campo, na fuligem das cidades e regiões negras de poluição” (*id. ibid.*, p. 58). Assim, a desterritorialização das cidades tem sido uma estratégia usada pelo neoliberalismo para debilitar as resistências da cultura e da natureza, subjulgando-as dentro da lógica do capital.

Vale ressaltar que esse crescimento populacional decorrente do processo de industrialização, não foi um acontecimento isolado no Crato, pois, de acordo com Martins (1994), à medida que as sociedades (em geral) se industrializavam também passavam pelo crescente ritmo de urbanização onde a atividade artesanal era transformada em manufatureira, e logo depois em atividade fabril, desencadeando uma intensa emigração do campo para a cidade.

Diante desse contexto nota-se que o processo de desenvolvimento do Crato foi marcado por problemas no meio urbano em função do processo de formação social e territorial da cidade, influenciado por fatores econômicos, sociais, ambientais, psicológicos e políticos. Para Oliveira (1998, p. 39) a situação do Crato não chega a ser proporcional aos grandes centros urbanos, no entanto, afirma que “os padrões de desenvolvimento adotados pelos governos municipais não foram capazes de propor formas alternativas de gestão urbana responsáveis pelo desenvolvimento urbano”.

Assim, conforme Oliveira e Abreu (2010, p. 245), a ineficiência de políticas públicas de planejamento, desenvolvimento e gestão urbana, bem como a falta de sensibilização por parte dos atores sociais, tem afetado o Crato em diversos setores, como:

[...] devastação de sua vegetação nativa; destruição de seu patrimônio cultural, histórico e ambiental; acúmulo acentuado de lixo nos terrenos baldios; proliferação de favelas; loteamentos ilegais, problemas nos sistemas de transporte e de saúde; déficit habitacional, saneamento básico precário; falta de escolas e creches; menores abandonados; desemprego; violência urbana.

Dentre tantas questões socioambientais aqui mencionadas, merece destaque a descaracterização e destruição da arquitetura histórica, dando lugar a uma “falsa modernização urbana que na realidade, enfeia a cidade pelo predomínio de edificações rudimentares” (FARIAS FILHO, 2007, p. 211).

A partir daí, surgem questionamentos voltados para as políticas públicas de gestão urbana. Para tanto, no próximo tópico procuro discutir o termo políticas públicas a partir da visão de Secchi (2010) e Souza (2006), que definem o que são políticas públicas, e Silva e Sousa-Lima (2010), que apresentam a relação com a sustentabilidade focalizando em como as políticas públicas influenciam o meio social.

3.3 Políticas públicas no contexto sociocultural

O século XX testemunhou transformações em diversas dimensões da existência humana. O desenvolvimento tecnológico, promovendo um aumento da expectativa de vida e ao mesmo tempo sua capacidade de autodestruição, estimulou um contínuo crescimento da utilização de matéria e energia de forma que atendessem as necessidades da sociedade. No entanto, essa demanda por bens e serviços não é uniforme uma vez que é observada a grande disparidade dos padrões de vida e de consumo das populações, assim como os crescentes índices de desigualdades sociais.

É nesse sentido que o Estado intervém como ator nas relações sociais e políticas na participação conjunta dos cidadãos na construção coletiva de decisões que (re)organizam sociedades em que estão inseridas e ao fazê-lo impõem transformações ao meio natural. O Estado possuiu diversos papéis no estabelecimento de padrões que caracterizam aquelas sociedades de acordo com as evoluções do ser humano enquanto ser individual e coletivo e as modificações no sistemas de produção.

Percebe-se então que de acordo com essa intervenção do Estado, as políticas públicas possuem características que modificam a função do mesmo. O governo passa a atuar diretamente na implementação de políticas para reduzir problemas estruturais como educação, saúde, saneamento, distribuição de renda. Mas de que forma pode-se compreender o sentido das Políticas Públicas no contexto social de maneira mais significativa? Segundo Secchi (2010), o termo Política Pública aborda o conteúdo concreto e simbólico das decisões políticas assim como do processo de constituição e atuação dessas decisões, sendo assim uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. É difícil escolher um sentido para esse termo, pois, segundo Souza (2006, p. 24), “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”, e prossegue:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (*id. ibid.*).

Entre tantas definições divergentes e ao mesmo tempo complementares, o significado mais conhecido e aceito é o de Laswell (1936 *apud* SOUZA, 2006, p. 24), ao afirmar que “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”. Diante desse panorama, Silva e Souza-Lima (2010, p. 4) conceituam:

Políticas Públicas podem ser definidas como todas as ações de governo e podem ser divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação que influenciam as realidades econômica, social, ambiental, espacial e cultural.

Silva e Sousa-Lima (2010) também complementam que as políticas se modificam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a caracterização social, com o ponto de vista dos governantes a respeito do papel do Estado, assim como na aplicabilidade nos diferentes grupos sociais, como partidos, sindicatos, associações de classe e outras formas de

organização social. Vale salientar que as Políticas Públicas podem ser consolidadas de acordo com a natureza do regime social e pela ação concreta de sujeitos sociais e suas atividades.

Outros autores como Alcoforado *et al.* (2012) conceituam as políticas públicas como sendo o *Estado em ação* de forma que ações e programas específicos sejam utilizados para resolver as dificuldades e desequilíbrios da sociedade.

A política do Estado que se origina na burocracia pública, se diferencia das políticas públicas, pois estas fazem o Estado agir e tornam as mesmas responsabilidades do governo, mas que envolve na sua implementação e manutenção um processo complexo de decisões envolvendo diferentes instituições públicas e privadas assim como agentes da sociedade correlacionado ao problema a ser solucionado. (*id. ibid*, p. 3)

Portanto, entende-se a política pública como sendo um exercício constante do setor público que tem como função retornar para a população suas contribuições como o pagamento de impostos, alíquotas, taxas e tarifas. Esse investimento tem como objetivo dar condições aos órgãos públicos de exercer atividades que visem atender às necessidades dessa população, principalmente na articulação de meios que solucionem problemas sociais, econômicos, distributivos, ambientais, de infra-estrutura, e muitos outros.

Assim, percebe-se que as definições de políticas públicas em geral direcionam o olhar para o governo por ser o *locus* dos embates em torno de interesses, preferências e desenvolvimento de ideias. Os governos têm (ou deveriam ter) como propósito identificar o todo como mais importantes do que “a soma das partes, e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores” (SOUZA, 2006, p. 25).

Dessa forma, a política pública, em geral, e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, que, ao atuarem juntas, buscam sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política, da economia, para então, aplicá-las na forma de administrar a economia e a sociedade. Compreende-se então a inter-relação existente entre o Estado, política, economia e sociedade.

Essa inter-relação é necessária principalmente no gerenciamento de um equilibrado sistema de desenvolvimento urbano e econômico. Esse sistema precisa atuar sob o ponto de vista social e mediante a justa distribuição dos benefícios oriundos do processo de urbanização.

Reforço que para um adequado desenvolvimento humano o Estado, por meio das Políticas Públicas, precisam atuar em harmonia de propósitos com os processos econômicos e sociais, sendo essas políticas um efeito parcialmente imprevisto da ação conjunta de uma multiplicidade de agentes. As políticas são o instrumento do Estado na condução da política

monetária e fiscal, no controle das flutuações econômicas, na distribuição de renda, bem como no direcionamento do crescimento e desenvolvimento econômico.

A partir dessa construção, as políticas públicas podem ser compreendidas e melhor definidas como “o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado”, que devem, sobretudo, estar implementadas nos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição (SOUSA, 2006, p. 3). Para então assegurar essas medidas, foi sancionada a lei 10.257, auto-intitulada Estatuto da Cidade, com o propósito de estabelecer diretrizes gerais para as políticas públicas, tendo como fundamento base o desenvolvimento humano (ARAUJO, 2003). É interessante notar que as decisões do governo nas diversas áreas influenciam a vida dos cidadãos e, conseqüentemente, podem causar efeitos positivos ou negativos.

Diante dessa concepção, é inegável a necessidade de políticas públicas que venham a promover o desenvolvimento econômico das cidades e das sociedades. Assim, é de fundamental importância a implementação de políticas associadas a um modelo de gestão democrática, tendo como instrumento a gestão social.

Nessa perspectiva, é interessante compreender também a importância da participação popular na efetivação dessas políticas, uma vez que “a implementação de políticas públicas e a participação da sociedade civil influenciam significativamente a evolução e transformação do meio social, econômico e ambiental”, complementa Conceição e Nuñez (2012, p. 3). Isso implica que:

[...] sem a devida participação dos atores políticos locais no processo, legitimando assim as regiões como instrumentos democráticos de participação das resoluções sobre políticas públicas para suas respectivas áreas, o vazio institucional de sua legislação incompleta tenderá a permanecer (CASTRO, 2006, p. 24).

A partir do entendimento das funções e responsabilidades dos órgãos públicos aqui apresentados, surge uma preocupação no que concerne a garantia da qualidade de vida da sociedade, que pode ser alcançada apenas através do estabelecimento de condições sustentáveis de ensino, renda, atividade econômica e cultura.

Entendendo que a qualidade de vida está relacionada ao equilíbrio das necessidades humanas básicas, percebe-se que as políticas públicas influenciam esse processo uma vez que as condições socioeconômicas, culturais e ambientais constituem o contexto sociopolítico que por sua vez é responsável por dirigir e organizar meios que proporcionem uma boa qualidade de vida a população, gerando assim uma relação de interdependência.

É nesse contexto de construção de valores e equilíbrio de um desenvolvimento que seja sustentável que a participação popular precisa atuar como importante ferramenta nas representações democráticas. No entanto, intervenção do Estado torna-se imprescindível, pois, o mesmo, é o ator das relações sociais e políticas, assim como da participação conjunta dos cidadãos e da construção coletiva de decisões.

É possível notar que na busca por esse desenvolvimento que seja sustentável é necessário a participação de ambas as partes, mas é o Estado, como líder administrativo desse processo, exerce maior função no planejamento urbano, contemplando assim os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais. É exatamente nessa perspectiva que Fonseca (1997, p. 47) afirma que “a sociedade tem o compromisso de produzir cultura e o Estado tem o dever de garantir o direito e acesso a cultura como exercício da cidadania”.

A partir desse contexto de participação social e responsabilidades do Estado na efetivação das políticas culturais para a preservação dos bens culturais, foi possível compreender que é preciso analisar as práticas políticas desenvolvidas nos diversos órgãos responsáveis no Crato. Quanto a isso, e diante da situação de descaso ao patrimônio, foi feita uma investigação no Plano Diretor da cidade em busca de compreender se existem políticas de preservação o patrimônio histórico e cultural.

3.4 Existem hoje políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e cultural no Crato?

Partindo do pressuposto de que políticas públicas são o conjunto de ações realizadas pelo Estado para atender as necessidades de toda a sociedade, em relação à preservação dos bens culturais, torna-se dever do Estado apropriar-se desse patrimônio, símbolo identificador da sociedade.

De acordo com Goldani (2006, p. 3), “um bem cultural representa a memória do tempo passado carregada de significados contidos na tradição e na cultura coletiva local” e que precisam ser preservados para manter uma identificação entre a comunidade e o bem preservado. Dessa forma, falar em patrimônio implica compreender os princípios básicos de sua construção social, ou seja, como produto dos significados e valores a ele atribuídos o patrimônio é considerado um bem cultural a partir das qualidades que lhe são outorgadas.

É exatamente nesse contexto que a atuação do poder público torna-se de suma importância, com vista à tutela e à proteção desse patrimônio, “através dos institutos jurídicos dispostos nas legislações federais, estaduais e esparsas, bem como através de órgãos e

institutos competentes para tanto”. Nesse Aspecto, concernente a preservação do patrimônio histórico e cultural, surgem alguns questionamentos relevantes, como por exemplo: O que é um patrimônio histórico e cultural? De quem é a responsabilidade por manter preservado o patrimônio? Qual a legislação que regulamenta a proteção a esses bens culturais? (FLORES; BOCH, 2010, p. 3161). Partindo dessas questões, darei seguimento à pesquisa procurando esclarecer alguns dos pontos questionados.

3.4.1 O que é um patrimônio histórico e cultural?

Antes de considerar o que seja um Patrimônio Histórico e Cultural é preciso entender que esse conceito passou, nos últimos anos, por diversas mudanças que levaram a modificações sobre o que deva ser considerado um patrimônio (BISPO, 2011). De acordo com antropólogo Néstor Garcia Canclini (1994), o que se entende por patrimônio muda de acordo com as épocas. Bispo (2011, p. 96) considera que “o conceito de patrimônio histórico se transformou a partir de alguns elementos tais como a urbanização, a industrialização, e as indústrias culturais e turísticas”.

Conforme Funari e Pelegrini (2006, p. 10), “patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai”, e por muito tempo ele esteve relacionado ao âmbito privado ou religioso. Contudo, após o surgimento dos Estados nacionais, a partir da revolução Francesa de 1789, e das ideias de pertencimento a uma nação, assim como às políticas educacionais difundidas por sociólogos e pensadores modernos como Pierre Bourdier, Gilles Deleuze e Michel Foucault, as definições de patrimônio foram sendo ampliadas para “todo um povo, com uma língua, origem e território” (*id. ibid.*, p. 16).

No Brasil, por muito tempo, o patrimônio foi considerado como símbolo de igrejas barrocas, palácios e casas-grandes, porém diversas comunidades, ao perceberem que o patrimônio era sinônimo de algo distante, alheio e velho, se empenharam em buscar preservar aquilo que eles consideravam patrimônio nacional, como, por exemplo, os costumes culturais dos índios e africanos (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Assim, tendo em vista as diversidades nacionais, surgiram gradativamente possibilidades de uma ampla variedade de âmbitos patrimoniais, como o patrimônio de valor municipal, assim como as comunidades indígenas, grupos religiosos e esportivos. Segundo Funari e Pelegrini (2006), essas modificações também ocorreram no interior das sociedades

que foram cada vez mais sendo compostas por diversos grupos sociais, com interesses possivelmente conflitantes, fluidos e em constante mutação.

Como consequência desse processo a cultura, antes valorizada por seu caráter único e excepcional, também sofreu alterações significativas, como afirmam Funari e Pelegrini (2006, p. 24-25):

Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais caro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se respeitem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir o excepcional.

Portanto, a partir dessa noção de imaterialidade do patrimônio, em meio à diversidade, é interessante compreender melhor o conceito de Cultura. Por estar em tudo e em todos nós, a cultura pode ser tanto abstrata como concreta, tendo em seus componentes desde “bens imateriais tais como pensamentos, costumes e folclore até bens materiais” (OLIVEIRA, 2013, p. 13). Essa noção de todo, inerente a cultura, em face de sua abrangência e poder agregador, consequentemente dá uma ideia de expansão, o que acaba dificultando conceituar esse termo que sofreu inúmeras modificações ao longo dos anos.

Na concepção de Morin (2002, p. 64):

A cultura constitui a **herança social do ser humano**: as culturas alimentam as **identidades individuais e sociais** no que elas têm de mais específico. Por isso, as culturas podem mostrar-se incompreensíveis ao olhar das outras culturas, incompreensíveis umas para as outras (grifos do autor).

Dessa forma, é possível compreender que a “cultura é o que o homem faz, inventa, imagina. A cultura fortalece e ilustra a nossa memória e nossa identidade” (LEMONS JÚNIOR, 2002 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 14). Portanto, os traços mais marcantes da identidade de cada um são delineados de acordo com a especificidade de cada cultura, compondo, dessa forma, identidades múltiplas e diferenciadas.

Logo, a identidade humana é formada pela relação da tríade indivíduo/espécie/sociedade, uma vez que o ser humano é complexo e para inseri-lo em uma cultura é necessário compreender sua profundidade assim como inseri-lo em uma tríade em que “o indivíduo não é noção primeira nem última, mas uma noção central da trindade humana [...]” (MORIN, 2002, p. 94). Contudo, mesmo o indivíduo possuindo características múltiplas continua sendo único e peculiar, desta forma, “os outros moram em nós; nós moramos nos outros [...]” (*id. ibid.*, p. 95).

Levando em consideração que a construção da estrutura social esta vinculada as mudanças na produção cultural, entende-se que a cultura não pode ser conceituada como elemento comum. Araújo (2004) diz que a cultura é comum a todos e faz parte do viver em sociedade, sendo estabelecida a partir da inter-relação das práticas sociais. Ela também é considerada como elemento fundamental para o entendimento de quem somos e para onde estamos indo.

Referente a isso, é possível concluir que os pequenos costumes e vivencias, assim como os grandes monumentos e edifícios históricos fazem parte da formação cultural de um povo, tanto a nível individual como coletivo. Considerando a cultura como o resultado da memória e identidade de um povo, patrimônio cultural torna-se o meio de resguardar e preservar “tudo aquilo que diz respeito a determinado povo, seja sua filosofia, ciência, costumes, práticas, crenças, ou seja: tudo aquilo que preserva a história de determinada sociedade, em determinado lugar e espaço de tempo” (OLIVEIRA, 2013, p. 15).

A considerar a cultura como um caráter representativo do patrimônio, por ser o elo que identifica e separa pessoas, por meio de um conjunto de bens materiais e imateriais que concedem a identidade, Paiva (1999 *apud*. OLIVEIRA, 2013, p. 15) afirma que:

O Patrimônio Cultural é dinâmico. Ele se modifica ao longo da história. Em cada época, as necessidades enfrentadas pelas pessoas na vida cotidiana encontram respostas na sua própria criatividade. Assim, o que cada geração cria e recria é transmitido para as gerações futuras. Neste processo, aperfeiçoamos nossos conhecimentos, ideias e valores e preservamos aquilo que consideramos fundamental para a nossa vida.

Nessa perspectiva, Funari e Pelegrini (2006, p. 31) ressaltam que a ideia de patrimônio, antes reconhecida apenas no “âmbito histórico circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos”, aos poucos, foi sendo “pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis” (*id. ibid.*, p. 32).

Brusadin (2012 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 15) segue afirmando que o patrimônio tem vários significados. Entre eles, o autor o conceitua como “o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possui, mas que, transportado a dado território, passa a ser o conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa”. Dessa maneira, é possível classificá-lo como Patrimônio Natural, relacionado às riquezas do solo, como florestas e jazidas; e Patrimônio Cultural, que “vem sendo ampliado na medida em que revisa o conceito de cultura” (*id. ibid.*).

Por sua vez, o Patrimônio Cultural pode ser dividido em duas espécies: materiais e

imateriais. O patrimônio histórico, formado pelo conjunto de monumentos ligados às edificações construídas pelos homens, monumentos e objetos palpáveis, bens móveis e imóveis, são um exemplo de Patrimônio Cultural Material. Já o Imaterial é representado pelos “fazeres” da comunidade, costumes tradicionais, que foram deixados pelas gerações passadas, facilmente identificadas com a formação histórica/sócio/cultural de uma determinada comunidade (GOLDANI, 2006).

Ainda que o objeto de estudo desse trabalho esteja voltado para o Patrimônio Material, é importante relatar a importância do Patrimônio Imaterial na construção de identidades sociais. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Patrimônio Cultural Imaterial pode ser identificado como um bem cultural de natureza imaterial, práticas culturais de caráter dinâmico, fundadas na tradição de grupos e indivíduos, manifestado como expressão de sua identidade cultural e social, mantendo assim um vínculo do presente com o seu passado. O conceito de Patrimônio Cultural Imaterial é abrangente, envolvendo potencialmente expressões de todos os grupos e camadas sociais. Dotado de forte viés antropológico, o PCI é aplicado nos diversos universos das culturas tradicionais populares e indígenas, abrigando circuitos de consumo, produção e difusão culturais constituídos por meio de dinâmicas e lógicas próprias.

Dessa forma, o Patrimônio Cultural pode ser entendido como o conjunto de detalhes que enriquecem o desenvolvimento de um povo e formam sua identidade. A preservação do bem cultural resguarda a identidade de um povo, sendo um representante da cultura num determinado tempo histórico. Nesse contexto, é inquestionável a necessidade do homem de preservar seu passado, que está diretamente relacionado ao momento presente em que vive. Assim, preservar o Patrimônio Histórico torna-se uma necessidade social, sendo estabelecida legalmente a obrigatoriedade de se conservar o patrimônio nacional relativo aos bens culturais.

Tendo em vista a necessidade de uma legislação vigente, são iniciados alguns projetos de lei com intuito de salvaguardar os bens culturais brasileiros. Nos primeiros anos da década de 1930 esse tema foi abordado sistematicamente, como abordado a seguir:

A constituição da República Federativa do Brasil de 1934, por exemplo, declarou o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduziu o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 44).

Tal disposição foi sancionada na Constituição de 1937, tornando-se decisiva para a Proteção do Patrimônio Brasileiro. Para tanto, foi instituído o Decreto-Lei Federal nº 25/1937

como a primeira norma jurídica de que se dispõe objetivamente sobre patrimônio. Essa lei também define o patrimônio histórico e artístico da União como “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937 *apud* CARVALHO, 2011, p. 118).

Essa Lei foi o principal instrumento jurídico utilizado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão responsável pela proteção do Patrimônio Cultural no Brasil. Foi criado também o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), encarregado da identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais no território brasileiro (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Porém, segundo Oliveira (2012), foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que o inventário foi considerado constitucionalmente um instrumento jurídico autônomo de proteção do patrimônio cultural, reafirmando assim que a ação em prol do patrimônio devia se desenvolver independente da ação de tombamento e devia se basear na referencialidade dos bens. Vale ressaltar que as políticas direcionadas a proteção patrimonial mudaram de acordo com os conceitos de identidade nacional dos governos (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Se a identidade nacional modifica as políticas de preservação é importante compreender os conceitos de Políticas Públicas Preservacionistas e se existem Leis de Proteção do Patrimônio Histórico no Crato.

3.4.2 Políticas de preservação do patrimônio no Crato

A conscientização da preservação é tida muitas vezes apenas como uma alternativa para dinamizar o desenvolvimento local socioeconômico, criando assim novas oportunidades para a comunidade envolvida. Porém, de acordo com Funari e Pelegrini (2006, p. 29), a preservação e recuperação do patrimônio cultural contribuem para o desenvolvimento dos municípios tanto no âmbito social, como econômico e turístico:

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar centros históricos na atualidade constituem premissas básicas dos debates sobre desenvolvimento sustentável nas cidades latino- americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracterizam a própria cidade.

Percebe-se então que para uma efetiva valorização dos centros históricos se faz necessária uma série de ações e práticas efetivas de políticas públicas. Assim, ao considerar a

representatividade das políticas públicas de preservação em termos de patrimônio oficial é importante expandir a produção e a gestão do patrimônio à participação social, de forma que essas ações atendam as necessidades de toda sociedade, a fim do bem comum (MICHELLON; MACHADO JUNIOR; GONZALEZ, 2012).

A apropriação desse universo simbólico por parte da população “denota que o processo de elaboração de políticas públicas na preservação de patrimônios culturais requer uma atuação governamental mais descentralizada e participativa, de forma que se beneficie e atenda aos anseios de toda uma coletividade” (*id ibid.*, p. 83). Ao considerar esse argumento, Meira (2005) explica que:

Entende-se por participação a parte da gestão que se realiza com os atores sociais diretamente envolvidos no processo. No caso da gestão de uma cidade, a participação dos cidadãos pode ser espontânea ou incentivada por uma política pública, por exemplo (MEIRA, 2005 *apud* MICHELLON; MACHADO JUNIOR; GONZALEZ, 2012, p. 83).

As ações de políticas públicas preservacionistas são efetivas quando o bem cultural a ser preservado é primeiramente reconhecido pela comunidade, “a qual, identificando-se com o fim visado, interage no processo de valorização e torna real e efetiva a ação de preservação” (MICHELLON; MACHADO JUNIOR; GONZALEZ, 2012, p. 84). Diante desse contexto, é possível dizer que o processo de preservação do patrimônio cultural é uma realidade difícil de ser alcançada no Crato, que atualmente presencia uma circunstância de desvalorização cultural.

Dessa forma, em busca de relacionar os conceitos aqui apresentados e as políticas que vem sendo empregadas no Crato, para uma boa governança municipal, me questionei quanto à existência de políticas públicas de preservação do patrimônio e a participação popular na efetivação das mesmas.

Com essa meta, o primeiro passo que dei foi procurar mais informações na Prefeitura do Crato. Nessa visita tive a oportunidade de entrar em contato com documentos diretamente relacionados à preservação do patrimônio do Crato. O primeiro deles foi a Lei Orgânica de 05 de abril de 1990, com as alterações adotadas pelas Emendas de nº 1, de 1990, a 12, de 2002, publicado em 2003. Dentre os artigos 276 a 291, da seção III, especificamente sobre cultura, que têm como foco a garantia de todos ao pleno exercício dos direitos culturais, desenvolvimento cultural, proteção aos locais e objetos de interesses, históricos e artísticos e tombamento do patrimônio histórico, vale ressaltar o art. 280, em que o Município deve:

I – cuidar do seu patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, promovendo o levantamento, tombamento e preservação dos vários elementos que compõem;

II – cuidar do arquivo público, evitando que se destruam documentos históricos de interesse do Município;

III – promover o tombamento de prédios e/ou logradouros públicos, bem como de recursos naturais renováveis e não renováveis de caráter relevante; participação popular na efetivação das mesmas (CEARÁ, 2003, p. 68-69).

É importante notar que desde a década de 1990 já existiam Leis específicas de preservação do patrimônio, no entanto, a existência dessas leis não significa dizer que desde a promulgação destas o patrimônio esteve de fato protegido. Como exemplo disso podemos citar o Café Crato localizado na Praça Siqueira Campos que foi recentemente descaracterizado pela demolição da fachada, característica da arquitetura local da década de 1960, para dar lugar a uma edificação comercial, como pode ser observado na seguinte figura:

Figura 26 – Estabelecimento comercial onde funcionava o antigo Café Crato



Fonte: Arquivo particular da autora (2014).

Outro importante documento diz respeito à Legislação Básica do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000, que foi publicada apenas em 2005. Da subseção III, quanto ao Tombamento, selecionei o art. 12:

Art. 12: Consideram-se edificações, obras e monumentos naturais de interesse de preservação aquelas que se constituírem em elementos representativos do patrimônio ambiental urbano do município pelo seu valor histórico, cultural, social, funcional, técnico ou afetivo.

§ 1º - A identificação das edificações, obras e dos monumentos naturais de interesse de Preservação será feita pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, mediante os seguintes critérios:

- I. historicidade – relação da edificação com a história social local;
- II. caracterização arquitetônica – estilo arquitetônico de determinado período histórico;
- III. situação em que se encontra a edificação – necessidade ou não de reparos;
- IV. representatividade – exemplares significativos dos diversos estilos arquitetônicos e períodos de urbanização;
- V. raridade arquitetônica – apresentação de formas valorizadas, porém, com ocorrência pouco comum;
- VI. valor cultural – qualidade que confere à edificação permanência na memória coletiva (PDDU/Crato, 2000, p. 28).

Dentre os artigos da Legislação Básica do Plano Diretor Municipal publicada em 2009, destaca-se o art. 41º:

Art. 41: Os bens tombados deverão ser conservados e em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos ou mutilados.

§ 1º - As obras de restauração somente poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação/aprovação do Conselho Municipal do Plano Diretor e comunicação/autorização obrigatória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

§ 2º - Dependendo do grau de interesse, o projeto arquitetônico ou urbanístico deverá ser submetido à análise pelo órgão estadual ou federal competente.

§ 3º - A requerimento do proprietário, possuidor ou detentor, que comprovar insuficiência de recursos para realizar as obras de conservação ou restauração do bem, o Poder Público Municipal poderá assumir esse ônus.

§ 4º - Sem prévia consulta ao Conselho Municipal do Plano Diretor, não poderá ser executada qualquer obra nas proximidades do imóvel tombado que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou que não se harmonize com o aspecto estético, arquitetônico ou paisagístico do bem tombado (p. 28).

Nota-se assim que o Plano Diretor do Crato possui uma legislação que defende e valoriza sua relevância cultural e arquitetônica, porém, durante a formação do espaço urbano da cidade não houve interesse em manter a preservação desse patrimônio. A partir daí percebe-se então que uma cidade que viveu uma época de glamour durante os Anos Dourados, atualmente, presencia uma situação de descaso em relação ao modelo único de desenvolvimento capitalista.

É inquestionável que a implantação de leis voltadas para a defesa do Patrimônio Histórico tenha representado um avanço no campo da preservação da memória social, contudo, as urgências sociais e escassez de recursos, agravados pelos interesses políticos e econômicos, têm dificultado a efetivação dessas leis na cidade.

É interessante questionar como a cidade do Crato chegou nesse estado, ou que processos direcionaram a sua atual condição de descaso urbano. Waldermar Arrais de Farias Filho, em um artigo publicado na Revista A Província (2013) diz que as ruas, casas, igrejas e praças, lugares de encontros sociais, religiosos e comerciais foram perdendo sua importância

ao longo do tempo, “atropelados pela ignorância e pela urbanização descontrolada ocorrida a partir da segunda metade do século XX” (REVISTA A PROVÍNCIA, 2013, p. 115).

Como exemplo de descaso a um dos maiores patrimônios materiais da região do Cariri, merece destaque a Casa de Câmara e Cadeia, edifício do período colonial e do império onde abrigava a Câmara de Vereadores, a Casa de Júri, a Guarda Municipal e a Cadeia, e onde hoje funciona o Museu Histórico da Fundação J. de Figueiredo Filho e o Museu Vicente Leite (fotografia do atual prédio pode observada na figura 27). O artigo também comprova que o edifício, com quase duzentos anos de existência, “encontra-se em estado de conservação insatisfatória, com alguns problemas críticos, que necessitam de solução, para que os museus ali instalados voltem a funcionar normalmente” (REVISTA A PROVÍNCIA, 2013, p. 128).

Figura 27 – Museu Vicente Leite (2014)



Fonte: Arquivo particular da autora.

Quem salvará o museu do Crato? é outro artigo publicado pela Revista A Província (2008, p. 65), onde o autor Ulisses Germano Leite Rolim³⁶ afirma veementemente que:

[...] é sem nenhuma presunção ou exagero que afirmo, categoricamente, que o acervo do Museu Histórico e os quadros primorosos de Sinhá D’Amora, mesmo em péssimo estado de conservação e acomodação, são de importância vital para a memória do passado histórico, antropológico e sociológico de nossa região.

Enquanto não houver um crescente interesse em preservar referências arquitetônicas e urbanísticas, importantes para a sociedade, a pergunta *Quem salvará o museu do Crato?* ficará sem resposta. Segundo Ulisses Rolim, para uma verdadeira restauração da estrutura do

³⁶ Pedagogo, pós-graduado em Arte, compositor, flautista e professor de Artes.

Museu e das obras ali presentes, são necessárias ações do governo, projetos que viabilizem a recuperação desse espaço que possui um forte apelo simbólico, no intuito de criar uma ideia de museu próximo ao da definição do Dr. Guilherme M. de LA Penha, do Museu Goeldi³⁷:

O museu atual não é mais nem o templo das artes nem o sótão das reminiscências e menos ainda o gabinete de curiosidades: ele não só coleta conserva e exhibe como lhe é próprio, mas atua eficazmente como instrumento social metamorfoseando-se em uma universidade efetivamente pública – uma instituição de aprendizado e recreação para todos (REVISTA A PROVÍNCIA, 2008, p. 66).

É necessário compreender que investimentos em áreas culturais e de preservação da memória promovem benefícios à cidadania, a história e às relações humanas em uma cidade. Porém, em contraste a esse ideal, o Museu Vicente Leite vem sendo abandonado e, com o passar do tempo, suas obras deterioradas. Essa situação foi agravada no ultimo inverno de 2009 quando as chuvas danificaram grande parte do Museu, obrigando assim a direção trabalhar na recuperação do local, visando salvar o que restou do Museu³⁸.

As ações de restauração em um bem Histórico e Cultural, devem ser minimamente destrutivas e que estejam de acordo com as políticas de preservação. Contudo, ainda que as obras do Museu tenham sido resgatadas, o prédio ainda continua desamparado, a risco de ser destruído, reformado e/ou descaracterizado. Diante de tal situação emergencial, no que se refere à restauração e prospecção arquitetônica do Museu, a Secretaria de Cultura do Crato publicou no dia 11 de dezembro de 2013 o tombamento provisório do prédio da Casa de Câmara e Cadeia:

O IPHAN aprova o tombamento provisório da antiga Casa de Câmara e Cadeia do município do Crato, prédio que atualmente abriga o Museu Histórico do Crato e Museu de Arte Vicente Leite. Um passo importante para o tombamento definitivo do prédio. O Crato preservando a sua história (SECRETARIA DE CULTURA DO CRATO, 2013, p. 1).

37 O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação do Brasil. Está localizado na cidade de Belém, Estado do Pará, região amazônica. Desde sua fundação, em 1866, suas atividades concentram-se no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região (<http://www.museu-goeldi.br/portal/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>).

38 Assim, objetivando a preservação desse riquíssimo patrimônio cultural, os quase 70 quadros e diversas outras peças do Museu Vicente Leite estão sendo restauradas pela artista plástica Edilma Saraiva Rocha. Entre as obras do Museu estão os Quadros de Sinhá D'Amora e do pintor cearense José Reis de Carvalho, que fez parte da primeira turma da Academia Imperial de Belas-Artes. Entre tantas obras do Museu vale destacar três aquarelas de José Reis de Carvalho. A pintura de um dos quadros revela as belezas do litoral de Fortaleza, visto de um navio de 1860. O outro é uma vista panorâmica da cidade do Crato visto do Barro Vermelho, onde hoje está localizado o Bairro Pinto Madeira, e a terceira é um esboço da Praia da Cabedelo na Paraíba. Em relação ao péssimo estado e conservação das obras, Edilma Saraiva assegura que: “a restauração visa salvaguardar o que consideramos bens culturais, que são produtos de nossa cultura – do pensamento, do sentimento e da ação do homem. Esses bens formam o patrimônio histórico e artístico, ou seja, nosso Patrimônio Cultural” (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2009, p. 1).

Mesmo que essa ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) gere uma certa esperança de que novos investimentos serão implementados no sentido de favorecer a preservação, ainda existem alguns questionamentos quanto a ações de continuidade, por exemplo, o tombamento foi aprovado, mas será realmente cumprido? As obras de restauração serão realizadas ou o prédio continuará abandonado? E os investimentos financeiros para a manutenção contínua do Museu e conservação de suas obras?

A partir dessas questões é relevante comentar que o Crato, como exemplo de muitos municípios brasileiros tem presenciado uma realidade de descaso por parte dos órgãos públicos quanto à efetivação de políticas públicas em geral. Como exemplo disso podemos citar a Lei nº. 2.895/2013³⁹ que suspende a demolição de qualquer fachada no centro do Crato edificada antes de 1980 por seu relevante valor Histórico e Cultural publicada no dia 16 de agosto de 2013 no Diário Oficial do Município do Crato. Será que essa lei recém aprovada tem sido executada pelos órgãos competentes?

Em uma de minhas visitas à prefeitura conversei com um funcionário sobre a existência de leis de preservação do patrimônio e quais razões estariam impulsionando, tanto a população quanto os órgãos públicos, a desrespeitarem abertamente essas políticas. Durante a conversa questionei se a recente publicação no Diário Oficial sobre a lei de tombamento seria resultado de uma maior conscientização ou se ela seria apenas mais uma lei a ser ignorada. Ele explicou que, em meio as questões políticas da cidade, existe uma minoria de políticos interessada na efetivação das leis, no entanto, existe também uma maioria interessada no crescimento econômico da cidade, dessa forma, no momento que surge algum interesse político por trás do uso de um prédio histórico, a lei não é respeitada.

³⁹ Diário Oficial do Município do Crato, a dezesseis de agosto de 2013. Lei nº. 2.895/2013 – Ementa: Suspende, por seu relevante valor Histórico e Cultural, as fachadas de imóveis edificadas antes de 1980 no Centro do Crato. O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO promulga nos termos do art. 43, §§ 3º e 7º, da Lei Orgânica do Município do Crato, a seguinte Lei, resultante da sanção tácita do Prefeito Municipal: Art. 1º. Fica suspensa a demolição de qualquer fachada no Centro do Crato edificada antes de 1980 no Centro do Crato, até posterior deliberação do Poder Executivo. Parágrafo Único. Da mesma forma, suspende qualquer demolição, modificação ou reforma. Art. 2º. O Poder Executivo, através do Órgão competente, irá providenciar inventário de imóveis no Município que prezem pelo tombamento de suas fachadas para o devido procedimento. Art. 3º. Poderá, o proprietário, na vigência dessa lei, solicitar ao Poder Executivo a liberação do imóvel para reforma, entre outros, podendo o Município liberar, fundamentando a sua decisão, de acordo com cada caso. Art. 4º. Deverá ser criada uma comissão com representantes do CREA, Secretaria de Obras do Município, Câmara dos Vereadores, Universidade Regional do Cariri, Secretaria de Cultura, para elaborar em conjunto com o Poder Executivo este inventário. Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará essa lei no prazo de trinta dias após a sua publicação. Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal do Crato em, 31 de julho de 2013. PRESIDENTE LUIS CARLOS DUARTE SOBREIRA SARAIVA.

Nessa direção, procurei compreender porque uma cidade que nas décadas de 1950-1970 construiu um patrimônio cultural voltado para o glamour de uma época, não construiu uma relação de preservação desse patrimônio. Iniciei então um processo investigativo com os entrevistados e desenvolvi perguntas direcionadas às suas percepções quanto a essa mudança.

A partir da fala dos entrevistados percebi que todos reconhecem a mudança, contudo, a maioria direcionou a culpa para os políticos:

Foi aquele povo. Os políticos. Falam em cultura, mas não existe, só no papel. Antigamente a gente via e não era no papel não. Via ao vivo, mas hoje só tem no papel. Tem verbas e mais verbas, mas a cidade em vez de crescer [...] não vejo crescimento no Crato. Enquanto tiver essas cidades aí a fora **para instituir o agente executivo**, o Crato tá no papel, essa é que é a verdade. Porque quando se valorizava os filhos da terra, o Crato era outro. [...] sabe o que existe hoje? Interesse financeiro. É só isso. [...] É muito triste, pra mim é triste, muito triste. Os próprios políticos acabaram. Brigas política (FRANCISCO DAS CHAGAS, 2013 – grifos da autora).

O relato de Francisco das Chagas (Chaguinha) é uma representação da fala da maioria dos entrevistados que presenciavam diariamente o efeito das confusões políticas, das promessas não cumpridas por parte dos governantes e dos abusos de autoridade. João do Crato também responsabiliza as administrações políticas. Ele diz que “o que antes era algo normal, que mantinha o charme da cidade, [...] que era o que atraía os olhares, já não tem mais, e [...] eu acho que foi muito uma questão de política”, e complementa dizendo que “os administradores da cidade que vieram conseqüentemente não tiveram mais compromisso em preservar a cultura”. É importante observar que a cultura, a que João se refere, é na verdade o Patrimônio Cultural.

Chaguinha conclui demonstrando sua frustração por não ter muita opção na hora de exercer sua função democrática: “A gente fica caçando um deputado estadual ou federal para votar, mas não tem [...]. E na hora que a gente vota em alguém daqui, ele mesmo destrói o Crato. É muito triste a gente vê isso”.

Outra fala que também expressa o desânimo do povo com a política local é a de João do Crato, quando afirma que os políticos “são pessoas vendidas para esse mercado horroroso de desvalorização da mulher, de desvalorização da juventude, que quer a juventude alienada”. Nivaldo (2013), um dos entrevistados, acrescenta ainda que “a falta de preparação do Município para ocupar os espaços políticos [...] conta muito para que todas essas questões sejam desvalorizadas”.

Ainda mencionando sobre a falta de comprometimento dos políticos em preservar o Patrimônio Histórico da cidade, Waldemar Arrais (2013) questiona: “como preservar algo quando não se sabe o verdadeiro valor?” Ele diz que é necessário que as pessoas entendam o

valor da preservação, pois “enquanto as pessoas não entenderem o valor das coisas, tanto faz destruir como não destruir”. Para ele, é importante educar o povo de forma que as pessoas apreciem a preservação histórica e cultural, pois muitos “nem sabem o porquê que tem que preservar”. Quando perguntei diretamente qual seria a importância da preservação do patrimônio, ele disse que é importante:

Não por questão do saudosismo, mas porque ele é a identidade visual da cidade, uma identidade palpável, algo concreto. Se você for a um prédio antigo ele vai te remeter a décadas ou a séculos atrás e você vai ver que a cidade existiu naquela época e que houve um determinado tipo de arquitetura que era do século XIX ou XX, e passa então a ter uma identidade (WALDEMAR ARRAIS, 2013).

A partir daí há uma maior valorização da cidade e como exemplo forte de patrimônio preservado tem-se a cidade de Triunfo, localizada bem próxima ao Crato. Triunfo é um símbolo de preservação do patrimônio, onde o comércio e a economia giram em torno do turismo histórico. A população desenvolveu uma relação de identidade com os prédios antigos e com seu contexto histórico por trás. Os prédios históricos, monumentos e espaços simbólicos são importantes portadores de memória e, naturalmente, utilizados pela sociedade para produzir significados, pois não há identidade sem memória (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Por outro lado, o Crato, com uma legislação recheada de leis preservacionistas, presencia uma realidade bem diferente. É coerente afirmar que nem sempre o que está determinado por lei é cumprido, devido a atitudes individualistas, preocupadas com o lucro, sobrepondo-se, dessa forma, as políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural.

Assim, surge a pergunta: quem são os maiores inimigos da preservação da cidade do Crato? Primeiramente, a responsabilidade maior recai sobre a própria administração municipal, que não é diretamente afetada pelos problemas sociais, e, muitas vezes, ignorante das questões culturais em geral. Através das entrevistas realizadas consegui perceber que esse segmento da população urbana também tem sua parcela de responsabilidade, em que muitos carregam um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, relevante ou digna de atenção. Salientando a importância da participação popular na construção de uma cidadania consciente, Nivaldo, em uma de suas falas revela que “a cidade pra mim é o povo, a cidade sou eu”, e ainda diz que a situação de descaso ao patrimônio histórico que o Crato presencia está em função de cada um que vive na cidade⁴⁰. É fácil direcionar a responsabilidade a outros em meio

⁴⁰ Nessa mesma lógica, Waldemar comenta que a participação popular se faz de extrema importância na efetivação dessas leis patrimoniais. Waldemar e Paulo Fuísca confirmaram a existência de Políticas Públicas no Crato voltadas para a preservação do patrimônio, mesmo estando cientes da não aplicabilidade das mesmas, contudo, a maioria dos outros entrevistados não têm noção existência dessas políticas.

a uma crise, mas, a situação de acomodação da população tem gerado uma certa negligência à suas responsabilidades no avanço do desenvolvimento sociocultural do município.

Assim, essas relações profundas existentes entre a comunidade e o seu entorno implicam em um tipo de consciência e de materialidade social, que evidencia afeição e apego (ou não) a um lugar. Esse fator é importante para o desenvolvimento local, uma vez que contribui na configuração da identidade do lugar, e, conseqüentemente, de sua população. Dessa forma, na atual perspectiva de um contexto de modernização em que o Crato vivencia a lógica cultural do capitalismo, seus moradores têm passado por um processo determinante chamada *crise de identidade*. E é exatamente nesse contexto em que as “velhas” identidades entram em declínio, dando lugar a “novas” identidades, fragmentando os indivíduos, que Hall (2001, p. 7) afirma que: “a chamada *crise de identidade* é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas”.

Desse modo, na jornada em busca de compreender a complexidade do conceito de identidade, encontrei autores como Tomaz Tadeu da Silva (2009) afirmando que esse conceito tem gerado diversas discussões e recebido severas críticas. Partindo daí, uma série de questionamentos foram sendo levantados, direcionados a compreender esse fenômeno paradoxal, e se o sujeito está sendo desconstruído, ou não, da ideia de uma identidade integral, originária e unificada.

3.5 Relações Culturais e Identitárias em um contexto globalizado

A questão da identidade e suas relações culturais tem sido um assunto amplamente discutido nas construções teórico-conceituais de análise da sociedade, principalmente nas áreas das ciências humanas e sociais. As características de um grupo, com suas crenças, ritos, mitos e experiências comuns formam sua própria identidade. As identidades não podem ser limitadas a entidades imutáveis, como afirma Santos (2001, p. 135), “não são rígidas nem, muito menos, imutáveis”, elas são como constantes processos de construção e reconstrução dos imaginários sociais. São, portanto, resultados de processos de identificação.

Boaventura de Sousa Santos, um dos mais importantes cientistas sociais e crítico do capitalismo financeiro e do neoliberalismo, diz que:

Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de

transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades (SANTOS, 2001, p. 135).

Assim, ele conclui dizendo que as identidades são identificações em curso, que, em relação às referências hegemônicas acabam sendo dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. Beired e Barbosa (2010, p. 8) afirmam que “a identidade constitui uma projeção, quer do sujeito individual em relação ao mundo exterior, quer de um sujeito coletivo em relação a um contexto social mais amplo”. Sendo assim, partindo da perspectiva individual, a identidade é vista como o resultado da articulação entre o sujeito e a estrutura da sociedade, sendo que a projeção do “eu” sobre as identidades coletivas direciona à absorção de valores e comportamentos, que, por conseguinte, tornam-se parte da subjetividade de cada um.

As identidades coletivas também são objeto de construção e reformulação ao longo do tempo, especialmente como importante vetor na formação das identidades coletivas no mundo contemporâneo. Com esse propósito, os indivíduos foram pressionados, por meio da educação, dos rituais cívicos e da política de massas, a deixar de lado seus laços identitários locais e regionais.

Assim, considerando que ocorre um processo de identificação desse conjunto com o ambiente ao seu redor, é importante compreender que “a identidade de um grupo forma-se através de traços culturais não apenas próprios desse grupo, mas também absorvidos de outras culturas passando a fazer parte da identidade local” (FLORES; BOCH, 2010, p. 3162).

Assim, a constituição da identidade é estabelecida a partir do contato inicial do homem com o mundo, transformando a natureza, produzindo assim diferentes culturas. Na concepção de Morin (2002, p. 64):

A cultura constitui a herança social do ser humano: as culturas alimentam as identidades individuais e sociais no que elas têm de mais específico. Por isso, as culturas podem mostrar-se incompreensíveis ao olhar das outras culturas, incompreensíveis umas para as outras

Portanto, os traços mais marcantes da identidade de cada um são delineados de acordo com a especificidade de cada cultura, compondo, dessa forma, identidades múltiplas e diferenciadas. Logo, a identidade humana é formada pela relação da tríade indivíduo/espécie/sociedade, uma vez que o ser humano é complexo e para inseri-lo em uma cultura é necessário compreender sua profundidade assim como inseri-lo em uma tríade em que “o indivíduo não é

noção primeira nem última, mas uma noção central da trindade humana [...]” (MORIN, 2002, p. 94-95).

Deve-se considerar que esse cenário “de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural” (HALL, 2001, p. 338), representa a acepção de novas identidades, novos deslocamentos de poder. No entanto, novas formas de resistência, de resignificação de identidades e de configuração das posições sociais representam uma mudança no equilíbrio de poder das relações de cultura, ou seja, uma mudança nas peças do jogo e não uma amputação do poder cultural (CARVALHO, 2011).

Além disso, no interior de cada sociedade existe uma sobreposição de identidades, e nesse sentido é possível encontrar diversas identidades políticas, étnicas e culturais convivendo simultaneamente de forma mais ou menos contraditória e, frequentemente, competindo entre si pela conquista da hegemonia (BEIRED; BARBOSA, 2010, p. 8-9). A partir das diferenças nos traços culturais é que a identidade se reconstrói, lembrando que a evolução do processo de formação da identidade ocorre em diferentes momentos históricos.

Nesse contexto, Hall (2001) afirma que a modernização tem como característica a constante busca pela transformação, rejeitando assim a tradição e promovendo um cenário de conflitos, onde o antigo não desaparece dando lugar ao novo, mas ambos coexistem diante de uma diversidade de pensamentos.

A ânsia de ter e o tédio de possuir, característicos da atual sociedade, são representados pela promessa de satisfação que só permanecerá sedutora enquanto o desejo continuar irrealizado. É notável que a influência e poder degradante do capitalismo tem causado uma disfunção gritante e potencialmente explosiva tem atingido a economia de pequenas e grandes cidades, cambiando assim a exploração para a exclusão (FRAGA, 2011).

Percebe-se, dessa forma, que as pretensões totalizantes de saber do pensamento moderno são questionadas. As noções de razão e racionalidade, assim como o progresso, que sempre foi visto como algo benigno, agora são bombardeados pela dúvida, dando lugar a indeterminação e a incerteza. Diante desse cenário de mudanças e revisão das práticas identitárias, Santos (2001, p. 144) trás alguns questionamentos:

[...] se a concepção hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das tendências dos processos sociais, ou se tais tendências se inverteram totalmente em tempos recentes, ou ainda sobre se se está perante uma inversão de tendências ou antes perante cruzamentos múltiplos de tendências opostas sem que seja possível identificar os vectores mais potentes.

Para Boaventura Santos vive-se em uma época difícil de ser linear, uma fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, em que, “é bem possível que seja, sobretudo, o olhar que está a mudar”. Nesse sentido, percebe-se que o processo histórico de descontextualização das identidades e de universalização das práticas sociais não é homogêneo e muito menos linear, “já que com ele concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades e das práticas” (SANTOS, 2001, 144).

É nesse cenário desordenado e sem forma definida, em que as identidades se formam e se dissolvem, que o sujeito modernizado se forma, não possuindo, assim, características próprias ou lineares. Bauman (2009 *apud* FRAGA, 2011) utiliza *vida líquida* como adjetivo totalmente vulnerável, característico dessa nova sociedade:

‘Líquido-moderna’ é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. “As preocupações mais intensas e obstinadas que assombram esse tipo de vida são os temores de ser pego tirando uma soneca” (BAUMAN, 2009, p. 8). O que impera é o consumo. E o principal medo é o de ser jogado no lixo (BAUMAN, 2009 *apud* FRAGA, 2011, p. 249).

O autor utiliza os fluidos pelo fato dos mesmos não serem capazes de manter sua forma por muito tempo e a menos que sejam comprimidos em um recipiente apertado, mudam facilmente sua forma, até mesmo por influências de pequenas forças. “Num ambiente fluído, não há como saber se o que nos espera é uma enchente ou uma seca – é melhor estar preparado para as duas possibilidades” (*id. ibid.*, p. 250).

Esse contexto de mudança estrutural tem modificado a sociedade, fragmentando suas características como as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Essas transformações que costumavam nortear o sujeito moderno, agora mudam suas identidades pessoais, causando uma perda de sentido de si, o que pode ser chamado de deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2001).

Esse duplo deslocamento, a “descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos” caracteriza a chamada *crise de identidade*. A *crise de identidade* é vista por Hall (2001) como um processo de mudanças das sociedades modernas, sendo assim caracterizado pelo declínio das velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, e o surgimento de novas identidades, que tem fragmentado e desestabilizando o indivíduo moderno. É nesse cenário de deslocamento de algo fixo e estável para uma experiência de dúvida e incerteza que são formados os primeiros indícios da sociedade pós-moderna.

Segundo Santos (2008) surgiram idéias de que o novo paradigma pós-moderno só poderia emergir quando a ciência moderna concluísse seu curso. No entanto, tendo em vista que o desenvolvimento científico e social não é endógeno, a pós-modernidade se estabilizou “como mais um privilégio das sociedades centrais, onde a modernidade tinha tido maior realização” (pg. 26).

Dessa forma, é importante enfatizar que a cidade do Crato, sendo uma cidade do interior, não possui características da pós-modernidade, no entanto, seus cidadãos, inseridos no fenômeno da globalização através da mídia e dos meios de comunicação, têm acesso a forte influência do pensamento pós-moderno, principalmente na formação de jovens com identidades massificadas. Os jovens têm deixado de lado as memórias que lhe identificam a um lugar, de tal forma que a preservação cultural, como um legado de seus antepassados, tem perdido seu valor.

Esse fato tem ocorrido exatamente devido à formação de indivíduos sem identidades próprias, que estão constantemente em busca de referenciais a que possam *se encontrar*. Todavia, em conformidade com Holanda (2006, p. 127), é possível conviver com o novo sem abandonar os valores constituídos em outras épocas uma vez que “o antigo não se joga fora só por ser antigo”. O autor ainda retrata a necessidade de uma ação catalizadora que potencialize os costumes globalizantes ante as novas gerações, a partir da avaliação do *antigo*, e da comparação de seus parâmetros, percebendo assim que a cultura possui também elementos a-históricos.

Essa questão da valorização do novo sem deixar de lado o antigo é discutida por Ghirardello (2008 *apud* BANDEIRA, 2012) que afirma que a convivência do novo com o antigo não é só possível como desejável, pois se essa convivência ocorre de maneira harmônica, as vantagens ocasionadas são de ordem tanto econômica como política e social.

Percebe-se que as novas gerações estão longe de compreender a importância dessa convivência harmônica do novo e do velho, pois sua vida está voltada a modismos passageiros. Não entendem que negar suas origens e valores “é negar-se enquanto povo, enquanto cultura, enquanto gente” (HOLANDA, 2006, p. 127). Isso ocorre devido ao forte apelo voltado ao consumo indistinto e indiscriminado de *valores culturais alienígenas*, que, de acordo com o autor “a ideia da globalidade afetou nossas tradições, de forma cruel. Ao mesmo tempo em que é bom e necessário conhecer elementos culturais diversos é importante definir as fronteiras do que se constitui nossa cultura, nossos próprios valores” (*id. ibid.*).

Desse modo, da absorção desses valores globalizantes procede uma cultura de desvalorização à natureza humana, onde a centralização do *ter* em detrimento do *ser* impera sob o processo de adaptação às mudanças sociais. Essa globalização má digerida, imposta pelos meios de comunicação em massa tem distorcido o real sentido do pertencimento, enfraquecendo a memória, cultivando assim um espaço em que o ser humano se torna mero reprodutor das condições impostas, um ser sem história (CHACON *et al.*, 2012).

Diante dessa discussão, é notável que o grande desafio é derrotar esse poder massificador das mídias que impõe as pessoas valores e princípios que enfraquecem o processo cultural local, esvaziando assim as comunidades de suas próprias culturas em que as identidades tem se perdido. Segundo a atual Secretária de Cultura do Crato, Dane de Jade, “esses espaços, uma vez esvaziados, são ocupados com valores que pouco, ou nada, contribuem para o desenvolvimento dessas pessoas enquanto seres humanos” (NEVES, 2013, p. 75).

Assim, é possível afirmar que os danos causados às tradições e aos valores culturais não tem sido um acontecimento isolado. Estudar as relações locais da cidade do Crato e da Praça Siqueira Campos representam um cenário de relações mais amplas em um contexto global, o micro representando o macro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim.
(RONNIE VON)

Esses versos do cantor e compositor Ronnie Von me lembram de uma canção que certa vez minha mãe cantarolou para mim: “A mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim”. A canção retrata um pouco da nostalgia de uma praça cheia de memórias de jovens casais que se conheciam e viviam momentos importantes de suas vidas naquele espaço urbano. A letra me fez pensar na trajetória da construção desse trabalho até aqui. Para os sujeitos da pesquisa não é mais a mesma praça, não é mais o mesmo banco, não são as mesmas flores, nem o mesmo jardim.

Como a praça da canção, a Praça Siqueira Campos também foi uma praça de amores. Uma praça onde muitos encontros, desencontros e encantos aconteceram. Isso foi possível ser percebido ao tentar traçar um perfil do processo histórico e social do Crato. Compreender o processo de povoamento da Missão do Miranda, acompanhar a Revolução de 1817 desenvolvida por Barbara de Alencar e seus filhos, notar o glamour da festa do centenário da cidade do Crato, a instituição do ICC, as aventuras de Huberto Cabral ao entrevistar o Presidente Castelo Branco em sua visita ao Crato, todos esses fatos me transportaram as cenas vividas pelo povo cratense.

Foi exatamente nesse momento em que me deparei com a Praça Siqueira Campos, o coração da cidade, presente nas narrativas de cada personagem que participou nessa construção. Percorri sua historiografia desde sua fundação pelo Coronel Siqueira Campos, passando pelos Anos Dourados em que ela foi um foco das atenções políticas e sociais, até os dias atuais, quando, para muitos, a praça não representa nenhum valor significativo, enquanto para outros ela é um precioso espaço de memórias e lembranças.

Para mim, como autora da pesquisa, a praça também não é mais a mesma que conheci ao chegar no Crato em junho de 2011. Antes, era apenas uma praça como outra qualquer. Hoje, ela está carregada de sentidos e significados construídos de cada momento dedicado à observação, a conversas informais com os que se tornaram os protagonistas dessa pesquisa. Ao olhar para o prédio comercial que já foi o antigo Café Crato, identifico-me com o local e simpatizo com aqueles que participaram da construção dessa história no centro da cidade, a história de uma elite aristocrática que vivenciou momentos e procurou eternizá-los a partir de suas praças e dos seus prédios históricos.

Esse saudosismo procedente das memórias serve como instrumento de manutenção de uma história, de um processo histórico/urbano. À exemplo de outras cidades pequenas e médias, essa pesquisa trouxe a cidade do Crato como amostra de uma arena conflituosa entre o moderno e o arcaico, tendo em vista que modernidade se reproduz ao longo de um processo que se renova. Esse processo pode ser mais rápido ou não, dependendo do momento histórico e das forças no poder que idealizam ou não essas mudanças.

Levando em consideração que a história não é a ciência do passado, mas a ciência do tempo, onde as relações do passado e do presente são tecidas em meio a valores ao longo de um processo histórico, foi possível compreender que a história não só percebe o presente pelo passado (atitude tradicional), mas também compreender o passado pelo presente. Sendo assim, o passado é uma construção e uma reinterpretação constante, e também o futuro é parte integrante e significativa da história, confirmando o caráter científico e abstrato do trabalho histórico e seu papel na construção da identidade sociocultural.

Assim, ao fazer um resgate histórico e ao descrever os aspectos culturais e sociais da cidade do Crato, especificamente, foi notável a importância dos Anos Dourados (1950-1970) para a construção da identidade dessa classe burguesa cratense, que, como foi dito, crescia de muitas formas. Naquelas duas décadas a Praça Siqueira Campos foi considerada não apenas como ponto de encontro, mas também como um centro comercial e cultural. Foi possível notar que tanto os aspectos culturais e sociais, como a arquitetura da cidade, nos Anos Dourados, contribuíram para construção de uma identidade específica de uma parcela da população do Crato que vivenciou os Anos Dourados.

Contudo, é importante esclarecer que, elaborar esse trabalho me fez pensar também nos grupos da periferia da cidade que não povoavam os mesmos espaços que a elite. Esses grupos, que muitas vezes postos a margem da sociedade sem participação nas decisões desta, também são cidadãos cratenses. Embora esse trabalho não trate diretamente sobre essa parcela da sociedade, é importante chamar atenção para a existência dela e para o seu direito de também construir a cultura local. Desse recorte pode-se ressaltar as diversas manifestações culturais como os grupos de Reisado, Maneiro Pau, Bandas Cabaçais, dentre outros que abrilhantam o contexto de eventos e atividades culturais da região.

Portanto, hoje, regida por uma sociedade comercial em busca do aclamado crescimento econômico, a cidade não é mais a mesma. A praça, antes o coração da cidade, se tornou um lugar de passagem, sem o mesmo valor e significado de antes para os seus transeuntes. É importante enfatizar que o atual momento social em que a Praça Siqueira Campos se encontra é uma representação do estado sociocultural da cidade como um todo.

Sendo assim, essa trajetória histórica e cultural do Crato tem refletido as mudanças físicas e sociais da cidade.

O Crato, assim como algumas cidades do Cariri, tem sofrido um processo de inchamento populacional sem um adequado planejamento urbano. Nota-se que em geral o crescimento populacional é um fator positivo para o mercado econômico e crescimento urbano, porém, a falta de um adequado gerenciamento municipal tem ocasionado uma série de consequências tanto a nível social, como ambiental e cultural.

Tendo em vista que a modernização é estabelecida quando os valores e a organização sociocultural são questionados e novos valores são instituídos, é razoável notar esse processo no Crato, cidade composta por diversos grupos sociais, com interesses possivelmente conflitantes, fluidos e em constante mutação. Nesse aspecto, a partir da construção da memória histórica do Crato, foi possível perceber as transformações no Patrimônio Material a partir das modificações socioculturais, uma vez que esse patrimônio é um reflexo das mudanças acontecidas na sua identidade.

Ao considerar que o Patrimônio Material contribui na configuração da identidade do lugar, nota-se que as relações profundas existentes entre a comunidade e o seu entorno implicam em um tipo de consciência e de materialidade social, que evidencia afeição e apego (ou não) a um lugar. Essa identidade local, como exemplo de identidades coletivas, também é objeto de construção e reformulação ao longo do tempo, especialmente como importante vetor na formação das identidades coletivas no mundo contemporâneo. Dessa forma, na atual perspectiva de um contexto de modernização em que o Crato vivencia a lógica cultural do capitalismo, a identidade cultural construída nos Anos Dourados, por uma elite aristocrática, têm passado por um diversos processos.

Assim, foi possível observar que essa mudança no contexto cultural dos cratenses é fruto das interações socioeconômicas dessa mesma elite no processo de reprodução do espaço urbano que tem transformado a cidade. Enquanto essa classe social lamenta pela perda do Patrimônio Histórico suas ações políticas e econômicas tem sido responsáveis pelos maiores impactos socioambientais e culturais na cidade. Percebi então que esse momento de esplendor nos Anos Dourados, mesmo sendo motivado por essa classe de pessoas, atingiu, de alguma forma, a população de toda a cidade.

No entanto, não houveram medidas que estimulassem a população da cidade a preservar esse Patrimônio. Por quê? Um dos fatores a ser considerado é a notável falta de investimento do poder público direcionado a preservação do patrimônio. É possível que,

como consequência disso, exista uma inadequada preparação daqueles que irão ocupar os espaços políticos no Município.

Nesse sentido, é interessante mencionar também que os Anos Dourados, período que recebeu uma profusão de investimentos em educação e cultura, tenha produzido pessoas sem uma devida preparação para ocupar esses espaços políticos. No entanto, a respeito da dependência do Crato em relação a Recife, a maioria das famílias, em busca de um ensino mais elevado, enviou seus filhos a Recife que de lá partiram para outros horizontes, e quase nenhum retornou a sua cidade natal. Portanto, os investimentos em educação da época foram em benefício de jovens que provavelmente não residem hoje em sua cidade, e dessa forma, não contribuem para a preparação dessas autoridades governamentais.

Outro fator importante é que não se pode preservar aquilo de que não se entende o verdadeiro valor. Assim, na busca pela preservação é necessário, primeiramente, um real entendimento da importância do Patrimônio Histórico e Cultural, não simplesmente por uma questão de saudosismo mas porque o patrimônio material é a identidade visual da cidade. Os prédios históricos, monumentos e espaços simbólicos são importantes portadores de memória e, naturalmente, utilizados pela sociedade para produzir significados, pois não há identidade sem memória.

Isso retrata muito bem o ponto em questão dessa pesquisa. No capítulo 3 foram apresentadas algumas políticas de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade do Crato, porém, o descaso a essas políticas reflete as transformações da identidade cultural dessa parte população. O Plano Diretor do Crato possui uma legislação que defende e valoriza sua relevância cultural e arquitetônica, porém, durante a formação do espaço urbano da cidade percebe-se que não houve interesse em manter a preservação desse patrimônio. Isso se deve à atitudes individualistas, preocupadas com o lucro, sobrepondo-se, dessa forma, as políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural, de forma que as políticas públicas afetaram essa mudança identitária.

Mas a pergunta ainda permanece, os órgãos públicos são os únicos responsáveis pela não efetivação das políticas de preservação do patrimônio? Durante esse trabalho foi visto que a participação popular na reivindicação dessas leis junto aos órgãos públicos é imprescindível. Os cratenses em geral estão acomodados a simplesmente culpar os órgãos públicos, mas eles não percebem o poder que podem e devem exercer em vista de seus direitos civis. A falta de preparação administrativa municipal e a permanente crise originada na desarticulação entre Estado e sociedade civil têm ocasionado a alienação da população e o divórcio entre o povo e as autoridades governamentais.

Para tanto, essa pesquisa propõe o investimento em políticas educacionais de preservação do patrimônio, de forma que sejam desenvolvidos projetos estruturais junto ao poder público e a comunidade local. As ações educativas estão associadas à forma de ler o mundo, lugar em que os sujeitos produzem conhecimento e geram cultura. Sendo assim, a educação não é meramente a reprodução do conhecimento, mas também um ato político.

Dessa forma, se fazem importantes ações que estimulem a criação da coordenadoria de patrimônio histórico no contexto da Secretaria de Cultura, audiências públicas para estruturação do Plano Diretor, assim como uma parceria com o gestor federal de preservação do patrimônio, o IPHAN. A proposta dessas ações tem como meta trazer para a comunidade uma compreensão mais clara da existência de uma diversidade social e da necessidade de comunicação com diferentes grupos sociais. Sendo assim, esta perspectiva pressupõe programas educacionais e ações educativas que conferem valor não apenas ao patrimônio, mas a história que está inserida em meio a símbolos e memórias, como parte de uma identidade coletiva, pertencente a sua cultura.

Tendo em vista a construção progressiva e durável do sentimento de pertencimento e valorização do patrimônio cultural, a sociedade se torna forte parceira na reafirmação dos valores culturais, na promoção de ecossistemas naturais e do desenvolvimento sustentável. A partir desse contexto participativo é que a sustentabilidade cultural vem a ser estabelecida em uma sociedade. O patrimônio histórico e cultural para ser sustentável precisa envolver tanto os poderes constituídos como a participação popular, no sentido de estabelecer prioridades sobre a manutenção da cultura, de forma que venha a alavancar o desenvolvimento de nossa sociedade e garantir o direito às gerações futuras de identificar seus próprios valores na ligação entre passado, presente e futuro.

Assim é fácil reconhecer esse patrimônio como um fator dinâmico e que exerce papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do lugar. Essas ações deveriam estar voltadas a provocar avanços nas relações existentes entre desenvolvimento e sustentabilidade, no sentido de pensar que o desenvolvimento das cidades deveria avançar em direção a um ambiente urbano com melhor qualidade de vida.

A sustentabilidade reivindica os referenciais culturais como forma de estimular a relação da população com suas memórias, seu legado vivo, de forma que valorize a diversidade ambiental, as heterogeneidades culturais e as múltiplas identidades. Assim o patrimônio histórico e cultural em harmonia com as necessidades da sociedade se torna um instrumento na manutenção da qualidade de vida através do estímulo ao respeito à identidade de um povo. Nesse aspecto, são agregados valores ao patrimônio – que não é apenas histórico mas também

cultural – que reforçam a origem, as raízes, garantindo as gerações futuras o acesso a essa identidade, a essa memória, uma vivência harmoniosa entre o homem e o meio.

O valor da memória refletida na forma - aparência espacial, caso do patrimônio histórico, envolve a construção histórica de pertencimento ao lugar e da percepção de identidade cultural materializada no espaço vivido presente, portanto, assim como um lápis está para um texto, a cidade está para uma caminhada. Esse é o sentimento ressaltado quando estou a percorrer a Praça da Sé, os prédios antigos e todo o seu conteúdo histórico.

A importância da Praça da Sé, que outrora foi lugar dos índios cariris; o museu histórico, antes, cadeia dos escravos; a igreja – símbolo do poder religioso construída nas mistificações entre o profano e o sagrado – são símbolos peculiares do Crato que junto a Praça Siqueira Campos se convergem em formas embutidas de essência social, política e histórica.

Ao longo da pesquisa, também foi possível perceber que nos dias atuais, em que a juventude tem se envolvido cada vez mais com os recursos tecnológicos, o patrimônio histórico tem adquirido uma conotação de passado sem sentido, daquilo que é velho, obsoleto, tradicional – implicando em formas fora do tempo contemporâneo, pois, não se tem a reflexão de historicidade, referencia e identidade. Isso endossa a desvalorização social local e, mais ainda da administração pública, que não tem interesse em desenvolver uma política pública educacional local de conservação e valorização histórica.

Ao visitar o Chile em 2013 a conservação do patrimônio histórico atraiu minha atenção e admiração – andar nas ruas foi viver um pouco da história do lugar. Cada rua, viela, praça, jardim, igreja, biblioteca e prédios estavam carregados de sentido, sentimentos e diálogos de escrita não verbalizada; senti a história daquele povo contada pela imagem, falada na paisagem. Como jovem acadêmica e autora dessa pesquisa, pude compreender dois importantes pontos: primeiro, para os mais velhos o patrimônio tem um sentido profundo, pois muitos vivenciaram a produção desses significados, assim como criaram uma relação direta com seus espaços em um momento signifiante. Já para a maioria dos jovens cratenses o significado é diferente, não compreendem o valor de identidade a partir do patrimônio, não desenvolvem a percepção de si por meio deste, enquanto ser histórico vivendo e experimentando o Crato como seu lugar.

Diante do que foi apresentado é imprescindível admitir o Patrimônio Histórico e Cultural como um recurso de identidade social e memória local; um símbolo com um elo aos fatos, aos acontecimentos e as personalidades que marcaram um lugar. De modo que, quando acreditamos que o espaço é uma construção social, então, admitimos que a sociedade produz

formas simbólicas – patrimônio histórico – a sua própria expressão em um recorte local e temporal.

É importante preservar o Patrimônio para que as gerações futuras possam sentir "in loco" a visão de uma cidade humana e como se viveu nela. A memória coletiva das cidades é imprescindível a transmitir para as gerações posteriores os fatos históricos que neles tiveram lugar e também como referência urbana e arquitetônica para o nosso momento atual. Dessa forma, é fundamental que estudos como esse sejam aprofundados, no sentido de provocar reflexão que considere a evolução urbana e arquitetônica das cidades, resguardando, suas memórias e as tradições culturais que caracterizam um povo.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, G. S. G. A.; CHACON, S. S.; BEZERRA, F. C.; NASCIMENTO, D. C.; ROCHA, G. A. **Os impactos das políticas públicas de transferência de renda nos anos 2000 no estado do Ceará, Brasil**. Portugal: APDR Congress, Faro, 2012.

ALBERTI, V. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

ANDRADE, C. Lugar de memórias... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, BA. *In.*: **Revista de turismo e patrimônio cultural**, v. 6, n. 3. Andaraí, PASOS, 2008.

ARAÚJO, A. G. **Povoamento do Cariri**. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas – Obras do Padre Antonio Gomes de Araújo, 1973 (v. 6).

ARAUJO, S. M. V. G. **O estatuto da cidade e a questão ambiental**. Brasília Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, Anexo III, 2003.

BANDEIRA, S. E. A. C. **A paisagem arquitetônica da cidade de João Pessoa/PB e seu significado**: o perceptivo dos moradores e visitantes. [Dissertação de Mestrado]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

BATISTA, E. A. **Anos dourados**: praça Siqueira Campos. Fortaleza: A Província, 2009.

BEIRED, J. L. B.; BARBOSA, C. A. S. (orgs.). **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BEZERRA, W. **Homenagem a Humberto Cabral**. Crato: Revista A Província. O Universo pelo Regional, 2006.

BISPO, M. N. Políticas públicas e o patrimônio histórico: das primeiras ações a economia da cultura. *In.*: **Revista Contemporânea**, ed. 17, v. 9, n. 1. Rio de Janeiro: 2011.

BOSSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond, Fortaleza: BNB, 2008.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: E-dusp, 1998.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *In.*: **Revista do patrimônio histórico e artístico**, n. 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

CARVALHO, A. C. Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias. *In.*: **Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)**, v. 4, n. 1. Rio de Janeiro: Unirio/MAST, 2011.

CASTRO, H. R. **A região metropolitana na federação brasileira: estudo do caso de Londrina, Paraná.** [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2006

CEARÁ. **Lei do plano diretor de desenvolvimento urbano do município do Crato.** Crato: Legislação Básica, 2000.

_____. **Lei do plano diretor municipal do Crato.** Crato: Legislação Básica, 2009.

_____. **Lei orgânica do município do Crato.** Câmara Municipal do Crato, Poder Legislativo. Promulgada 05 de abril de 1990 com as alterações adotadas pelas Emendas de nº 1, de 1990, a 12, de 2002. Publicada em 2003.

_____. **Plano diretor municipal do Crato.** Crato: Plano de Estruturação Urbana, 2009.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil (Série BNB Teses e Dissertações, n. 08), 2007.

CHACON, S. S.; BEZERRA, F. C.; NEVES, F. G. T.; ROCHA, G. A.; NASCIMENTOS, D. C. Território, cultura e sustentabilidade: observações acerca da formação histórica da identidade do Cariri cearense e do processo criativo de seu povo. *In.*: COOPAT, C. M. S.;

MATTOS, M. **Agrupamentos da música tradicional do cariri cearense.** Juazeiro do Norte: Quadricolor, 2012.

CONCEIÇÃO, R. J.; NUÑEZ, B. E. C. **Análise do desenvolvimento sustentável na região metropolitana de Curitiba: uma aplicação do método de marco lógico.** Disponível em: <http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a_085.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

CORTEZ, A. O. O. **A construção da “cidade da cultura”:** Crato (1889-1960). [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

COUTINHO, L. M.; QUARTIERO, E. M. Cultura, mídias e identidades na pós-modernidade. *In.*: **Revista Perspectiva**, v. 27, n. 1. Florianópolis: jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

CRISTÓVAM, J. S. S. **Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional.** 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7254>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

FARIAS FILHO, W. A. F. **A arquitetura urbana do Crato.** Crato: Revista A Província. O Universo pelo Regional, 2006.

_____. **Crato, evolução urbana e arquitetura (1740-1960).** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FIGUEIRÊDO FILHO, J. **História do Cariri.** Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FLORES, A.; BOCH, Q. M. Políticas públicas e patrimônio cultural, resgate da história e afirmação da identidade de um povo: estudo de caso em cidades turísticas da serra gaúcha. *In.: XIX Encontro Nacional do CONPEDI*. Fortaleza: 2010.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FRAGA, M. V. Os não lugares não existem: uma visão crítica na pós-modernidade. *In.: Revista ponto-e-vírgula*, v. 10, p. 245-259. São Paulo: 2011.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GALDINO, M. N. **A tradição do pífano e a academia da flauta transversal: uma experiência de formação artística e pedagógica**. [Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Música Licenciatura]. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDANI, M. V. **Cidadania e políticas públicas a respeito do patrimônio cultural**. 2006. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/002e3.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.

GONÇALVES, J. S. **O conceito de desenvolvimento na obra de Surge Latouche**. Crato: Monografia do Curso de Ciências Econômicas – URCA, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOLANDA, L. **O Crato daqui e o Crato d'além mar**. Crato: Revista A Província. O Universo pelo Regional, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo. *In.: Jornal Diário do Nordeste*. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=168360>> Acesso em: 11 jun. 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará). **Perfil básico municipal do Crato**. Crato: Governo do Estado do Ceará, 2013.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. **Museu resgata história de Bárbara de Alencar**. Cariri: 2004. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/museu-resgata-historia-de-barbara-de-alencar-1.34041>>. Acesso em: 24 out. 2013.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. **Obras de restauro preservam acervo do Museu Vicente Leite**. Cariri: 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/>>

regional/obras-de-restauro-preservam-acervo-do-museu-vicente-leite-1.353026>. Acesso em: 24 out. 2013.

JORNAL DO CARIRI. **Huberto Cabral, a memória**. Região do Cariri: 24 a 30 e abril de 2012.

LEFF, E. **Saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia?** 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **Historia oral. Como fazer. Como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, D.; GARCIA, J.; BASTOS, S. R.; CAIENA, H. **O Crato virtual**. Crato: do Blog do Crato, 1998. Disponível em: <<http://blogdocrato.blogspot.com.br/p/historia-do-rato.html#sthash.E4030cIt.dpuf>> Acesso em: 10 out. 2013.

MENEZES, E. O. **A cidade e o urbano**. Crato: Revista A Província. O Universo pelo Regional, 2000.

MICHELON, F. F.; MACHADO JÚNIOR, C. S.; GONZÁLEZ, A. M. S. Políticas públicas e patrimônio cultural. In.: FERREIRA, F. **Ensaio, trajetórias e contextos**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTENEGRO, F. H. **A influência do Crato na história da educação do Cariri**. 37. ed. Crato: Revista Itaytera, Instituto Cultural do Cariri, 1993.

MORIN, E. **O método V: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOTTA, M. F. Espaço Vivido/Espaço Pensado: o lugar e o caminho. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, 2003.

NASCIMENTO, C. A. G. **Memória e experiências musicais na construção da identidade cultural da comunidade do Belmonte**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2013.

NEVES, F. G. T. **Ação cultural para o desenvolvimento sustentável**: trajetórias e percursos na região do Cariri. [Dissertação de Mestrado]. Juazeiro do Norte: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), Universidade Federal do Ceará, Campus do Cariri, 2013.

OLIVEIRA, A. L.; VIANA, G. Desenvolvimento regional do Paraná sob a ótica da urbanização. In.: **Revista Capital Científico**, v. 5, n. 1. Guarapuava, PR: 2007.

OLIVEIRA, C. D. **A disciplina jurídica do inventário enquanto instrumento de proteção do patrimônio cultural brasileiro**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Fortaleza: Fundação Edson Queiroz, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), 2013.

OLIVEIRA, D. B. **O fim das grandes narrativas modernas e sua influência sobre a concepção de patrimônio cultural**. Fortaleza: I Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2012.

OLIVEIRA, F. P. **Alma sertaneja – lembranças**. Brasília: 2003.

OLIVEIRA, J. C. A. **A problemática ambiental e o desenvolvimento urbano na cidade do Crato – Ceará**. [Dissertação de Mestrado]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), 1998.

OLIVEIRA, J. C. A.; ABREU, R. C. Resgatando a história de uma cidade média: Crato capital da cultura. In.: **Revista Historiar**, ano II, n. I. Cidade: 2010.

OLIVEIRA, J. J. **Crato Tênis Clube**: lembranças de um tempo glamoroso. Crato: 2010.

PINHEIRO, José Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

REVISTA A PROVÍNCIA, n° 1. **O universal pelo regional**. Crato: 1954.

_____, n° 4. **O universal pelo regional**. Crato: 1993.

_____, n° 24. **O universal pelo regional**. Crato: 2006.

_____, n° 26. **O universal pelo regional**. Crato: 2008.

_____, n° 31. **O universal pelo regional**. Crato: 2013.

REVISTA ITAYTERA, n° 3. **Revista Oficial do Instituto Cultural do Cariri (ICC)**. Crato: 1957.

ROLIM, U. G. L. **Quem salvará o museu do Crato?** Crato: Revista A Província. O Universo pelo Regional, 2008.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In.: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, C. J. **Necessidades da história: os usos da memória na construção da cidadania cultural**. Fortaleza: I Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECRETARIA DE CULTURA DO CRATO. **IPHAN aprova o tombamento provisório da antiga casa de câmara e cadeia do município do Crato**. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1425006687730162&set=a.1393887624175402.1073741838.1391018957795602&type=1&theater>> Acesso: 11 dez. 2013.

SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, M. G. H. **Cotidianos sonoros na constituição do *habitus* e do campo pedagógico musical: um estudo a partir dos relatórios de vida de professores da UFC**. [Dissertação de Mestrado]. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, 2009.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA, R. T. B. **O arquivista e as políticas públicas de arquivo**. Congresso Nacional de Arquivologia. Anais. Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In.: **Revista Sociologias**, ano VIII, nº 16. Porto Alegre: 2006.

TEMÓTEO, J. **Anos de chumbo: o Movimento Político Estudantil e a Ditadura Militar no Crato**. Crato: A Província Editora, 2013.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

VIANA, J. I. B. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade**. [Dissertação de Mestrado]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

VIANA, J. I. B. **Orgulhosa (mente) cratense: o instituto cultural do cariri e o pensamento intelectual sobre a cidade (Crato: 1950-1960)**. Fortaleza: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

XIMENES, D. S. S. A evolução da Sustentabilidade ambiental urbana e as interferências da ética. *In.*: **Revista Labverde**, nº 02. São Paulo: 2011.

ANEXOS

ANEXOS A

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO
PODER LEGISLATIVO
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO CRATO
ESTADO DO CEARÁ
2003

2ª edição

Texto da Lei Orgânica de 05 de abril de 1990 com as alterações adotadas pelas Emendas de nº 1, de 1990, a 12, de 2002.

SECÃO III**Da Cultura**

Art. 276. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, respeitando o conjunto de valores e considerando a Cultura um serviço essencial.

Art. 277. Para a execução das atividades culturais do Município, fica criado o Conselho de Cultura, a ser regulamentado em lei.

Art. 278. A política cultural do Município deverá facilitar à população o acesso à produção, à distribuição e ao consumo dos bens culturais.

Art. 279. Cabe ao Município promover o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante:

I – oferecimento de estímulos ao cultivo das ciências, artes e letras;

II – cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesses históricos e artísticos;

III – incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais;

IV – tombamento do patrimônio histórico.

Art. 280. O Município deve:

I – cuidar do seu patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, promovendo o levantamento, tombamento e preservação dos vários elementos que compõem;

II – cuidar do arquivo público, evitando que se destruam documentos históricos de interesse do Município;

III – promover o tombamento de prédios e/ou logradouros públicos, bem como de recursos naturais renováveis e não renováveis de caráter relevante;

IV – apoiar os artistas, de modo geral, dando-lhes oportunidade de promoção e de profissionalização;

V – manter a banda de música municipal e o conservatório;

VI – apoiar entidades e escolas que promovem atividades artísticas e culturais;

VII – criar, implantar e manter museus, bibliotecas públicas e teatros municipais;

VIII – proporcionar condições para o desenvolvimento do folclore do Município, zelando pela manutenção de sua autenticidade.

Art. 281. Lei determinará o percentual da receita do Município que será destinada às atividades culturais.

Art. 282. O Município recomendará a incorporação ao currículo da rede de ensino o estudo dos provimentos e manifestações histórico-culturais, com vistas à sua valorização e preservação.

Art. 283. O Município construirá Centros Culturais nos bairros residências, dando prioridade aos bairros populares.

§ 1º Os centros culturais deverão ser construídos de forma que ofereçam condições físicas para apresentações teatrais, musicais, danças e outras manifestações artístico-culturais;

§ 2º Os centros culturais conterão bibliotecas devidamente dotadas de material de estudo, pesquisa e informação, no âmbito das mais variadas modalidades artísticas;

§ 3º Os centros culturais serão administrados na conformidade do que dispuser o Regimento Interno do Conselho de Cultura.

Art. 284. Através de convênios e contratos a Prefeitura apoiará e incentivará a atividade cultural nos sindicatos, associações de moradores e associações populares.

Art. 285. A Prefeitura promoverá, pelo menos duas vezes por ano, festivais culturais e artísticos, garantindo, de preferência, a participação de artistas e conjuntos locais.

Art. 286. A Prefeitura contribuirá para a promoção de obras e trabalhos dos artistas e conjuntos locais.

Art. 287. Será criado e mantido o Museu da Rapadura, sob a tutela do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 288. Serão incluídos nas placas das ruas mais antigas os seus antigos nomes, conforme o conhecimento da História e dos habitantes.

Art. 289. Lei especial criará a Fundação Cultural José de Figueiredo Filho, com a finalidade maior de dotar os artistas de autonomia e liberdade de criação, preservando assim suas funções de interferência e renovação de costumes na comunidade, além de vivificar os espaços culturais existentes e a serem criados.

Art. 290. A Prefeitura incentivará o turismo local, através de:

I – conservação de pontos turísticos;

II – realização de festivais e outros eventos de natureza cultural, artística ou esportiva;

III – organização de eventos festivos em épocas de colheita da produção agrícola;

IV – elaboração e promoção de um Calendário turístico.

Art. 291. O Poder Municipal desenvolverá programa específico, destinado a incentivar o turismo no Município.

ANEXO B

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DO CRATO LEGISLAÇÃO BÁSICA LEI DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (2000) CONSÓRCIO VBA / ESPAÇO PLANO

Subseção III

Do Tombamento

Art. 10 - O tombamento constitui limitação administrativa e de disponibilidade a que estão sujeitos os bens integrantes do patrimônio ambiental, histórico, paisagístico e cultural do município, cuja conservação e proteção sejam de interesse público.

Art. 11 - Constitui o patrimônio ambiental, histórico, paisagístico e cultural do município o conjunto de bens imóveis existentes em seu território e que, por sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis e a fatos atuais significativos, ou por seu valor sociocultural, ambiental, histórico, científico, estético, paisagístico ou turístico, seja de interesse público proteger, preservar e conservar.

§ 1º - Os bens, referidos no "caput" deste artigo, passarão a integrar o patrimônio histórico e sociocultural mediante a sua inscrição, conjunta ou isoladamente, no Livro de Tombo.

§ 2º - Equiparam-se aos bens referidos neste artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens naturais que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza.

Art. 12 - Consideram-se edificações, obras e monumentos naturais de interesse de preservação aquelas que se constituírem em elementos representativos do patrimônio ambiental urbano do município pelo seu valor histórico, cultural, social, funcional, técnico ou afetivo.

§ 1º - A identificação das edificações, obras e dos monumentos naturais de interesse de preservação será feita pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, mediante os seguintes critérios:

- I. historicidade – relação da edificação com a história social local;
- II. caracterização arquitetônica – estilo arquitetônico de determinado período histórico;
- III. situação em que se encontra a edificação – necessidade ou não de reparos;
- IV. representatividade – exemplares significativos dos diversos estilos arquitetônicos e períodos de urbanização;
- V. raridade arquitetônica – apresentação de formas valorizadas, porém, com ocorrência pouco comum;
- VI. valor cultural – qualidade que confere à edificação permanência na memória coletiva;
- VII. valor ecológico – relação existente entre os diversos elementos naturais bióticos e abióticos e sua significância;
- VIII. valor paisagístico – qualidade visual de elemento natural de características ímpares;
- IX. nível de interesse do bem tombado – se municipal, estadual ou federal.

§ 2º - O projeto arquitetônico de restauração ou reforma das edificações identificadas de interesse de preservação deverá ser submetido, previamente, ao exame da Secretaria Municipal de Planejamento, para parecer técnico, e posterior encaminhamento ao Conselho Municipal do Plano Diretor, para avaliação final.

§ 3º - Não será permitida a utilização de perfis metálicos ou placas similares que encubram quaisquer elementos das fachadas das edificações identificadas como de interesse de preservação.

Art. 13 - Os bens tombados deverão ser conservados e em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos ou mutilados.

§ 1º - As obras de restauração somente poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação/aprovação do Conselho Municipal do Plano Diretor e comunicação/autorização obrigatória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

§ 2º - Dependendo do grau de interesse, o projeto arquitetônico ou urbanístico deverá ser submetido à análise pelo órgão estadual ou federal competente.

§ 3º - A requerimento do proprietário, possuidor ou detentor, que comprovar insuficiência de recursos para realizar as obras de conservação ou restauração do bem, o Poder Público Municipal poderá assumir esse ônus.

§ 4º - Sem prévia consulta ao Conselho Municipal do Plano Diretor, não poderá ser executada qualquer obra nas proximidades do imóvel tombado que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou que não se harmonize com o aspecto estético, arquitetônico ou paisagístico do bem tombado.

§ 5º - A vedação supra estende-se à colocação de cartazes, painéis de propaganda, anúncios, tapumes ou qualquer outro objeto de empachamento.

ANEXO C

**PDM CRATO
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE E
À ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA
PLANO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA**

Entender a cidade e o território municipal onde ela se insere e o dinamismo que permeia as relações históricas, culturais, sociais e econômicas existentes, almejando transformá-la em um lugar de referência quanto à qualidade de vida de todos os seus habitantes, no qual as atividades urbanas tradicionais compartilhem com novas perspectivas de desenvolvimento em harmonia com o ambiente natural e a paisagem, com a preservação do patrimônio e da cultura, articuladas à atração de novos negócios e investimentos é a utopia que todo gestor municipal persegue na contemporaneidade. Mesmo em uma época em que os problemas urbanos parecem insolúveis frente às demandas que acompanham a crescente concentração de população em nossas cidades, ao longo das últimas quatro décadas.

Compreender que os maiores requerimentos do presente estão vinculados ao desenvolvimento local e aos projetos urbanos, os quais se apresentam como iniciativas de estruturação do espaço, dotação de infra-estrutura e renovação de setores da cidade, de acordo com planos de requalificação urbana e parcerias empreendedoras, que tanto podem acrescentar dinamismo à economia local como contribuir para a construção de uma visão de futuro adequada à melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da cidadania, que terá como resultado notável um contexto urbano mais equilibrado e em maior harmonia com o meio ambiente.

ANEXO D

CRATO PLANO DIRETOR MUNICIPAL LEGISLAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL VERSÃO FINAL (2009) PDM CRATO PLANO DIRETOR MUNICIPAL PMC/PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO SEINFRA/SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA FUNDETEC/FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CARIRI

Subseção IV **Do Tombamento**

Art. 38º - O tombamento constitui limitação administrativa e de disponibilidade a que estão sujeitos os bens integrantes do patrimônio ambiental, histórico, paisagístico e cultural do município, cuja conservação e proteção sejam de interesse público.

Art. 39º - Constitui o patrimônio ambiental, histórico, paisagístico e cultural do município o conjunto de bens imóveis existentes em seu território e que, por sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis e a fatos atuais significativos, ou por seu valor sociocultural, ambiental, histórico, científico, estético, paisagístico ou turístico, seja de interesse público proteger, preservar e conservar.

§ 1º - Os bens, referidos no "caput" deste artigo, passarão a integrar o patrimônio histórico e sociocultural mediante a sua inscrição, conjunta ou isoladamente, no Livro de Tombo.

§ 2º - Equiparam-se aos bens referidos neste artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens naturais que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza.

Art. 40º - Consideram-se edificações, obras e monumentos naturais de interesse de preservação aquelas que se constituírem em elementos representativos do patrimônio ambiental urbano do município pelo seu valor histórico, cultural, social, funcional, técnico ou afetivo.

§ 1º - A identificação das edificações, obras e dos monumentos naturais de interesse de preservação será feita pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, mediante os seguintes critérios:

I - historicidade – relação da edificação com a história social local;

II - caracterização arquitetônica – estilo arquitetônico de determinado período histórico;

III - situação em que se encontra a edificação – necessidade ou não de reparos;

IV - representatividade – exemplares significativos dos diversos estilos arquitetônicos e períodos de urbanização;

V - raridade arquitetônica – apresentação de formas valorizadas, porém, com ocorrência pouco comum;

VI - valor cultural – qualidade que confere à edificação permanência na memória coletiva;

VII - valor ecológico – relação existente entre os diversos elementos naturais bióticos e abióticos e sua significância;

VIII - valor paisagístico – qualidade visual de elemento natural de características ímpares;

IX - nível de interesse do bem tombado – se municipal, estadual ou federal.

§ 2º - O projeto arquitetônico de restauração ou reforma das edificações identificadas de interesse de preservação deverá ser submetido, previamente, ao exame da Secretaria Municipal de Planejamento, para parecer técnico, e posterior encaminhamento ao Conselho Municipal do Plano Diretor, para avaliação final.

§ 3º - Não será permitida a utilização de perfis metálicos ou placas similares que encubram quaisquer elementos das fachadas das edificações identificadas como de interesse de preservação.

Art. 41º - Os bens tombados deverão ser conservados e em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos ou mutilados.

§ 1º - As obras de restauração somente poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação/aprovação do Conselho Municipal do Plano Diretor e comunicação/autorização obrigatória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

§ 2º - Dependendo do grau de interesse, o projeto arquitetônico ou urbanístico deverá ser submetido à análise pelo órgão estadual ou federal competente.

§ 3º - A requerimento do proprietário, possuidor ou detentor, que comprovar insuficiência de recursos para realizar as obras de conservação ou restauração do bem, o Poder Público Municipal poderá assumir esse ônus.

§ 4º - Sem prévia consulta ao Conselho Municipal do Plano Diretor, não poderá ser executada qualquer obra nas proximidades do imóvel tombado que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou que não se harmonize com o aspecto estético, arquitetônico ou paisagístico do bem tombado.

ANEXO E**ESTADO DO CEARÁ
Poder Executivo
MUNICÍPIO DE CRATO****Diário Oficial**

Ano **2013**, Edição n.º **2849** - Crato (CE), Sexta-feira 16 de Agosto de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO**Lei Nº. 2.895/2013**

Ementa: Suspende, por seu relevante valor Histórico e Cultural, as fachadas de imóveis edificadas antes de 1980 no Centro do Crato.

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO promulga nos termos do art. 43, §§ 3º e 7º, da Lei Orgânica do Município do Crato, a seguinte Lei, resultante da sanção tácita do Prefeito Municipal:

Art. 1º. Fica suspensa a demolição de qualquer fachada no Centro do Crato edificada antes de 1980 no Centro do Crato, até posterior deliberação do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Da mesma forma, suspende qualquer demolição, modificação ou reforma.

Art. 2º. O Poder Executivo, através do Órgão competente, irá providenciar inventário de imóveis no Município que prezem pelo tombamento de suas fachadas para o devido procedimento.

Art. 3º. Poderá, o proprietário, na vigência dessa lei, solicitar ao Poder Executivo a liberação do imóvel para reforma, entre outros, podendo o Município liberar, fundamentando a sua decisão, de acordo com cada caso.

Art. 4º. Deverá ser criada uma comissão com representantes do CREA, Secretaria de Obras do Município, Câmara dos Vereadores, Universidade Regional do Cariri, Secretaria de Cultura, para elaborar em conjunto com o Poder Executivo este inventário.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará essa lei no prazo de trinta dias após a sua publicação.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Crato em, 31 de julho de 2013.

PRESIDENTE LUIS CARLOS DUARTE SOBREIRA SARAIVA

ANEXO F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto: A Praça Siqueira Campos como símbolo de um patrimônio esquecido: uma análise histórica do panorama sociocultural e das políticas públicas locais na cidade do Crato-CE

Pesquisador Responsável: Rebecca Isabelle Herculano Silva

Professora Orientadora: Dra. Suely Salgueiro Chacon

Instituição a que pertence o pesquisador responsável: Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Telefone: (88) 8857.6760

A presente pesquisa tem com objetivo analisar o impacto das Políticas Públicas nas transformações da identidade cultural da população, refletidas nas mudanças na paisagem arquitetônica da Praça Siqueira Campos na cidade do Crato-CE.

Sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a autorizar e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso não queira participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir dele, não sofrerá nenhum dano.

As informações coletadas nesta pesquisa serão utilizadas única e exclusivamente com o propósito acadêmico-científico. A divulgação dos resultados deste estudo ocorrerá em eventos didático-científicos e os resultados serão apresentados de forma coletiva.

Diante do exposto, eu _____, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e publicação dos resultados.

Crato, ____/ ____/ 2013.

Assinatura do(a) participante ou responsável legal

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1. Como você descreveria a Praça Siqueira Campos por volta de 1950 e 1960?
2. O que você poderia nos dizer sobre a instituição do ICC e dos Lugares de Memória? Trouxeram muitas mudanças para a cidade?
3. Os tempos mudaram, qual a sua visão sobre a cultura na cidade do Crato hoje? Ela se tornou uma cidade culturalmente esquecida?
4. O que mudou?
5. Qual a sua relação com a PSC hoje?
6. Que outros pontos você descreveria como ícones da paisagem arquitetônica na cidade? Lugares que anteriormente eram pontos de referência e hoje não são mais.